

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 972^a

Sessão de 08/12/2015

1 972^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos oito dias do mês de dezembro
2 de dois mil e quinze, às dez horas, reúne-se o Conselho Universitário, na nova
3 Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Reitoria, na Cidade Universitária
4 “Armando de Salles Oliveira”, sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr.
5 Marco Antonio Zago e com o comparecimento dos seguintes Senhores
6 Conselheiros: Vahan Agopyan, Adalberto Américo Fischmann, Alexandre
7 Nolasco de Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Janina Onuki, Maria
8 Cecília Loschiavo dos Santos, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de
9 Carvalho, André Simmonds de Almeida, Antonio Carlos Hernandez, Antonio
10 Carlos Marques, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Antonio Marcos de Aguirra
11 Massola, Diana Gonçalves Vidal, Belmiro Mendes de Castro Filho, Benedito
12 Honório Machado, Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco, Bruno Sperb
13 Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Gilberto Carlotti Júnior,
14 Clodoaldo Grotta Ragazzo, Dante Pinheiro Martinelli, Douglas Emygdio de
15 Faria, Douglas Rogério Anfra, Eduardo Henrique Soares Monteiro, Renato Luiz
16 Sobral Anelli, Elisabeth Mateus Yoshimura, Fabiana de Oliveira, Fabiano
17 Guasti Lima, Fernando José Benesi, Fernando Luis Medina Mantelatto,
18 Fernando Salvador Moreno, Frederico Pereira Brandini, Gabriel Maurílio
19 Colombo de Freitas, Gabriella da Silva Luz, Germano Tremiliosi Filho, Gerson
20 Aparecido Yukio Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Rubens Beçak,
21 Guilherme Zdonek Mongeló, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Jackson Cioni
22 Bittencourt, Jean Paul Walter Metzger, Junior Barrera, João Cyro André, Fábio
23 Frezatti, José Alfredo Gomes Arêas, José Antonio Visintin, José Carlos
24 Bressiani, José Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Renato
25 de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério Cruz e Tucci,
26 Maria Isabel de Almeida, Julia Machini de Miranda, Júlio Cerca Serrão, Laerte
27 Sodrê Júnior, Leny Sato, Lucieli Dias Pedreschi Chaves, Luiz Gustavo Nussio,
28 Luiz Henrique Catalani, Luiz Silveira Menna Barreto, Marcela Silva Carbone,
29 Márcia Akemi Yamasoe, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira
30 Martins, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de Campos Oliveira,
31 Maria Angela Faggin Pereira Leite, Maria Aparecida de Andrade Moreira
32 Machado, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Cristina Motta de
33 Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Cícero Romão Rezende de
34 Araujo, Maria Madalena Januário Leite, Maria Vitoria Lopes Badra Bentley,

35 Marisa Helena Gennari de Medeiros, Matheus Claudino Pinto Silveira Souza,
36 Matheus Finardi Lima de Faria, Neli Maria Paschoarelli Wada, Oswaldo Baffa
37 Filho, Paulo César Rodrigues Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Paulo
38 Roberto Pereira Santiago, Paulo Sérgio Varoto, Pedro Bohomoletz de Abreu
39 Dallari, Pietro Ciancaglini, Renato Melo Ribeiro, Richard Charles Garratt,
40 Roberto Gomes de Souza Berlink, Rodney Garcia Rocha, Sérgio França
41 Adorno de Abreu, Silvana Martins Mishima, Silvio Moure Cícero, Silvio Roberto
42 Farias Vlach, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Suely Vilela, Terezinha de
43 Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Umberto Celli Junior, Valdecir de
44 Assis Janasi, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto
45 Tricoli, Victor Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge e Walter Vettore. Presente,
46 também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.
47 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
48 respectivos suplentes, os Conselheiros: Amâncio Jorge Silva Nunes de
49 Oliveira, Ana Lucia Duarte Lanna, Belmira Amélia de Barros Oliveira Bueno,
50 Eduvaldo Paulo Sichieri, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
51 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Jefferson Antonio Galves, Joaquim José
52 Martins Guilhoto, José Sérgio Fonseca de Carvalho e Maria Helena Pereira
53 Toledo Machado. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros:
54 Alexandre Martins Rodrigues, Antenor Cerello Júnior, Dulce Helena de Brito,
55 Elice Natália Botelho, Fábio de Salles Meirelles, Henrique Iglecio Fernandes,
56 José Arana Varela, Lucas Santos Sorrillo, Maria Tereza Nunes, Oswaldo Luiz
57 Bezzon e Sérgio Persival Baroncini Proença. Havendo número legal de
58 Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a nongentésima septuagésima
59 segunda sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M.**
60 **Reitor:** “Conselheiros, conselheiras e convidados, declaro aberta a
61 nongentésima septuagésima segunda sessão do Conselho Universitário da
62 Universidade de São Paulo. Informo que após a discussão da ata da sessão
63 anterior, entraremos na Ordem do Dia e deixaremos o Expediente para depois
64 do almoço. Com pesar, devo anunciar que não será possível fornecer almoço
65 como havíamos planejado, pois não conseguimos viabilizar a tempo os
66 procedimentos para pagamento. De tal maneira, que pedirei desculpas e que
67 cada um dos Conselheiros e Convidados, hoje, excepcionalmente, utilizem seu
68 vale refeição e providenciem sua própria refeição. Contaremos com um

69 intervalo suficiente para que ninguém sofra com a fome. Será possível almoçar
70 e retornar. Isto, pelo menos, ainda está sob nosso controle.” A seguir, o **M.**
71 **Reitor** passa à **PARTE I – EXPEDIENTE**, colocando em discussão e votação a
72 Ata da 971ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 10.11.2015 e
73 pergunta aos Conselheiros se há qualquer alteração para ser feita. Ato
74 contínuo, o Cons. Marcos Domingos Siqueira Tavares indica uma correção.
75 **Cons. Marcos Domingos Siqueira Tavares:** “Apenas uma pequena correção,
76 onde se lê ‘Museu Biológico’, leia-se ‘Museu de Biologia’.” A seguir o **M. Reitor**
77 agradece e pergunta aos Conselheiros se há mais alguma alteração para ser
78 feita, reforçando que neste momento tratam-se de questões de conteúdo e que
79 indicações de aspecto formal podem ser feitas posteriormente. Não havendo
80 manifestações contrárias, a Ata é aprovada, por unanimidade, passando o **M.**
81 **Reitor** à **PARTE II - ORDEM DO DIA – CADERNO I – ALIENAÇÃO. 1.**
82 **PROCESSO 91.1.5430.1.4 – MANOEL GAMA.** Alienação da metade ideal do
83 imóvel situado à Rua Manuel Guilherme dos Reis, nº 480, Parque Grajaú, São
84 Paulo, oriundo de herança vacante de Manoel Gama. Informação do
85 Departamento de Patrimônio Imobiliário de que, realizada vistoria no imóvel, foi
86 verificado que no local foi construído um sobrado, contendo um ponto
87 comercial (bar) no pavimento inferior e três moradias no pavimento superior.
88 Em contato com o advogado da co-proprietária, este esclareceu que sua cliente
89 tem interesse somente na aquisição do bem, não havendo interesse na locação
90 do imóvel. O imóvel encontra-se registrado em nome da Universidade e não há
91 lançamentos de débitos junto à Prefeitura Municipal (04.04.14). Laudo Técnico:
92 informa o Valor do Imóvel - R\$ 198.500,00, sendo a Fração Ideal (50%) - R\$
93 99.250,00 (base: agosto/2015) (12.08.15). O DPI encaminha os autos à PG,
94 para manifestação, tendo em vista informação de que o imóvel encontra-se em
95 região de proteção ambiental (31.08.15). **Parecer da PG:** em que pese não
96 especificada a modalidade de proteção ambiental incidente sobre o imóvel em
97 questão, não vislumbra óbice à alienação da metade ideal, haja vista que as
98 limitações recaem sobre o uso e não sobre o direito de dispor (03.09.15).
99 **Parecer da CAVI-HV:** aprova o Parecer Técnico, com o valor de venda
100 apontado (24.09.15). **Parecer da COP:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr.
101 Laerte Sodré Júnior, favorável à alienação da metade ideal do imóvel situado à
102 Rua Manuel Guilherme dos Reis, nº 480, Parque Grajaú, São Paulo, oriundo de

103 herança vacante de Manoel Gama (03.11.15). **M. Reitor:** “Nós somos
104 proprietários de metade do imóvel e o proprietário da outra metade tem
105 interesse em adquirir o restante. Trata-se de imóvel resultante de herança
106 vacante, desta forma foi realizada uma avaliação técnica, sendo que, os dados
107 e o preço previsto estão disponíveis na pauta. Como se trata de alienação,
108 precisamos do quórum de dois terços, portanto, nesta sessão seria o
109 equivalente a 79 votos favoráveis. Alguém gostaria de fazer alguma
110 manifestação com relação a este tópico?” Não havendo manifestações, o **M.**
111 **Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral antes de abrir a votação.
112 **Secretário Geral:** “Depois dos problemas técnicos que tivemos na última
113 reunião do Conselho Universitário, realizamos algumas reuniões junto com a
114 equipe técnica para tentar resolver estes problemas, tanto no tocante à questão
115 da votação quanto no que diz respeito à questão dos microfones. Alerta, desde
116 já, que quanto aos microfones, pode ser que haja uma falha momentânea; por
117 favor, isto não é nada contra ninguém. Perguntei sobre isto à equipe técnica,
118 pois fui Diretor e membro do Conselho na antiga sala do Co e estes problemas
119 não ocorriam. Responderam-me que na antiga sala do Co, o microfone era
120 cabeado, e como aqui o sinal é sem fio, temos certos problemas. Com relação
121 ao funcionamento do sistema de votação na última reunião, o problema que
122 tivemos foi oriundo dos canais de comunicação, pois o *wi-fi* – tanto dos
123 celulares, quanto dos notebooks, quanto do sistema de votação – comunicam-
124 se em canais. Desta forma a equipe técnica – e saliento a presença da Elaine
125 responsável pela conectividade da STI que está ao fundo da sala – buscou
126 fazer os ajustes, de tal forma que, em princípio, estes detalhes serão
127 resolvidos. De qualquer maneira, gostaria de fazer dois esclarecimentos que
128 dizem respeito aos terminais de votação: por favor, se alguém precisar se
129 ausentar da sala para ir ao banheiro, deixe o terminal de votação aqui, pois se
130 o terminal sai da área de cobertura do sinal, temos um problema de
131 comunicação; no caso do Conselheiro ir embora, temos um funcionário que
132 está na saída e recolherá seu terminal e dará baixa no sistema. Por fim, isto é
133 válido para todos, mas principalmente para os novos, no canto superior direito
134 do terminal temos um *led* que acusa se o terminal está funcionando quando a
135 votação for aberta, abaixo temos o *led* de votação, um segundo *led*, que deverá
136 estar piscando, às vezes este sinal pode demorar de dois a quatro segundos

137 por causa do sinal de *wi-fi*, peço-lhes um pouco de paciência, caso não esteja
138 piscando aguardem de dois a quatro segundos, que é o tempo para que o
139 sistema comunique. Assim que votarem, o *led* de 'em votação' deverá parar de
140 piscar, se acontecer de o *led* superior direito piscar em vermelho, por favor
141 levantem a mão e nos avisem, para que a equipe efetue a troca, pois pode ser
142 um problema de bateria." A seguir, o Cons. Bruno Sperb Rocha solicita a
143 palavra, por 'questão de ordem'. **Cons. Bruno Sperb Rocha:** "Gostaria de
144 aproveitar os esclarecimentos para perguntar se esta sessão já está sendo
145 transmitida." **Secretário Geral:** "Sim, a sessão de hoje, conforme deliberação
146 do Conselho, está sendo transmitida pelo IPTV, esta é a primeira vez e será
147 sempre assim daqui para frente." A seguir, o **M. Reitor** inicia os testes do
148 sistema de votação e após, não havendo quaisquer incoerências, passa à
149 votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim =
150 90 (noventa) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 3 (três); Total de votantes
151 = 94 (noventa e quatro). É aprovada a alienação da metade ideal do imóvel
152 situado à Rua Manuel Guilherme dos Reis, nº 480, Parque Grajaú, São Paulo,
153 oriundo de herança vacante de Manoel Gama, obedecido o quórum estatutário.
154 **M. Reitor:** "Tenho ainda um anúncio festivo, peço uma salva de palmas para o
155 nosso Vice-Reitor que está ficando mais novo hoje." **Aplausos.** **Vice-Reitor:**
156 "Muito obrigado, depois de uma certa idade não se comemora muito essas
157 coisas, mas muito obrigado a todos." A seguir, o **M. Reitor** passa ao
158 **CADERNO II – ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA USP. PROTOCOLADO**
159 **2015.5.1645.1.7 – SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Ofício da Procuradora
160 Geral, Dr.^a Márcia Walquiria Batista dos Santos, à Superintendente Jurídica,
161 Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci encaminhando alguns ajustes nas
162 disposições alteradas/acrescidas dos dispositivos do Estatuto, referente à
163 eleição de Presidente e Vice-Presidente das Comissões Estatutárias
164 (Resolução nº 7141/2015) (26.11.15). **Texto atual:** Artigo 45 – A Congregação,
165 órgão consultivo e deliberativo superior de cada Unidade, tem a seguinte
166 constituição: ... § 5º – Os membros a que se referem os incisos III, IV e V
167 deverão ser, no mínimo, Professores Associados. (renumerado pela Resolução
168 nº 4279/96) § 6º – Os Professores Titulares e Associados, por motivo
169 justificado, poderão ser dispensados, pela Congregação, das Presidências a
170 que se refere o parágrafo anterior, devendo, nesse caso, tais Presidências ser

171 exercidas por Professores Doutores. **Texto proposto:** Artigo 45 – A
172 Congregação, órgão consultivo e deliberativo superior de cada Unidade, tem a
173 seguinte constituição: ... § 5º – revogado § 6º – revogado ... **Texto atual:** Artigo
174 48 – ... § 4º - O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos,
175 pelo Vice-Presidente, que assumirá as atribuições ordinárias da função,
176 inclusive as de participação em colegiados. (...) Sem correspondente. **Texto**
177 **proposto:** “Artigo 48 – ... § 4º - O Vice-Presidente sucederá ao Presidente em
178 caso de vacância, bem como o substituirá em suas faltas e impedimentos,
179 assumindo temporariamente, nestas últimas hipóteses, todas as atribuições
180 ordinárias da função, inclusive a de participação em colegiados. (...) § 7º - Os
181 interessados em concorrer à Presidência e à Vice-Presidência da Comissão
182 disporão de prazo de dez dias para fazer a inscrição prévia de suas
183 candidaturas, em forma de chapa. § 8º - As chapas poderão ser compostas por
184 Professores Titulares e Associados. § 9º - Caso encerrado o termo inicial de
185 registro de chapas sem que haja ao menos duas inscrições, será determinada
186 a prorrogação do prazo de inscrições, uma única vez, por mais dez dias,
187 hipótese em que poderão ser apresentadas candidaturas compostas também
188 por Professores Doutores. **Texto atual:** Artigo 49 – ... § 3º – Aplicam-se ainda
189 à Comissão de Pós-Graduação os critérios contidos nos parágrafos 2º a 6º do
190 artigo 48. Artigo 50 - As Comissões de Pesquisa e de Cultura e Extensão
191 Universitária, se criadas, terão sua composição estabelecida no Regimento da
192 Unidade, obedecidas as normas gerais dos Colegiados Superiores, aplicados,
193 no que couber, os critérios fixados para a Comissão de Graduação, dentre eles
194 os previstos no artigo 48, parágrafos 3º a 6º. **Texto proposto:** Artigo 49 – ... §
195 3º – Aplicam-se ainda à Comissão de Pós-Graduação os critérios contidos nos
196 parágrafos 2º a 9º do artigo 48. Artigo 50 - As Comissões de Pesquisa e de
197 Cultura e Extensão Universitária, se criadas, terão sua composição
198 estabelecida no Regimento da Unidade, obedecidas as normas gerais dos
199 Colegiados Superiores, aplicados, no que couber, os critérios fixados para a
200 Comissão de Graduação, dentre eles os previstos no artigo 48, parágrafos 3º a
201 9º. **Disposições Transitórias:** Artigo 4º-D - ... § 4º - Os mandatos do
202 Presidente e do Vice-Presidente escolhidos nos termos do caput serão
203 limitados ao término do mandato ou do primeiro biênio do Diretor em exercício.
204 **Disposições Transitórias:** Artigo 4º-D - ... § 4º - Os mandatos do

205 Presidente e do Vice-Presidente escolhidos nos termos do caput serão
206 limitados ao término do mandato ou primeiro biênio do mandato do Diretor em
207 exercício. **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Victor
208 Wünsch Filho, favorável à proposta de alteração do Estatuto da USP
209 encaminhada pela Procuradoria Geral, que trata das eleições de Presidente e
210 Vice-Presidente das Comissões Estatutárias, conforme segue: supressão dos
211 parágrafos 5º e 6º do artigo 45; alteração do parágrafo 4º e inclusão dos
212 parágrafos 7º, 8º e 9º no artigo 48; alteração do § 3º do artigo 49; alteração do
213 caput do artigo 50; e alteração do artigo 4º-D das Disposições Transitórias.
214 (02.12.15). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:**
215 “Trataremos de uma alteração estatutária, que neste caso é uma
216 complementação da votação ocorrida na última reunião, a qual trata da questão
217 da eleição para Presidente e Vice-Presidente das Comissões Estatutárias. Esta
218 complementação refere-se à substituição do Presidente pelo Vice-Presidente, e
219 pergunto se a Professora Maria Paula gostaria de fazer algum esclarecimento.”
220 **Prof.ª Dr.ª Maria Paula Dallari Bucci:** “Esta alteração é muito singela e visa,
221 exclusivamente, sanar alguns problemas que foram percebidos após a
222 aprovação do texto, pois como este texto sofreu alterações significativas em
223 sua tramitação, faltaram alguns dispositivos que foram introduzidos nas
224 redações de Diretor e Vice-Diretor e deveriam ter entrado nesta redação. Se
225 observarem o texto, perceberão que existem alterações nos artigos 45, 48, 49,
226 50 e no 4º D. No artigo 45, basicamente, trata-se de revogar dispositivos
227 antigos, no caso, parágrafo 5º e 6º, que estão em desacordo com a nova
228 sistemática - esta que aparece no artigo 48, como é possível perceber pela
229 introdução do parágrafo 7º, que trata da inscrição prévia das candidaturas, do
230 parágrafo 8º, que afirma que as chapas poderão ser compostas por
231 Professores Associados e Titulares, e o parágrafo 9º, que trata da sistemática
232 em duas rodadas, ou seja, se na primeira rodada, com Titulares e Associados,
233 não se completar o mínimo de duas inscrições, prorroga-se o prazo de
234 inscrições por mais dez dias, para que os Doutores possam participar. Desta
235 forma, esta sistemática do 7º, 8º e 9º permite revogar os dispositivos antigos
236 presente nos parágrafos 5º e 6º da redação anterior. O parágrafo 6º reflete
237 aquela sistemática onde o professor precisava dizer que não era candidato. No
238 artigo 48, por meio dos parágrafos 7º, 8º e 9º temos a alteração que implicará o

239 artigo 49, onde vislumbramos um ajuste dos parágrafos, no caso, os parágrafos
240 2º ao 6º passam a contemplar aditivos, ficando do 2º ao 9º exatamente por
241 causa desta adequação. No artigo 50 temos a mesma coisa, apenas correção
242 dos parágrafos, pois a referência passa a ser do 3º ao 9º. No artigo 4º-D temos
243 uma coisa muito simples, pois faltou o termo 'do mandato', então na redação do
244 trecho final teremos: 'primeiro biênio do mandato do Diretor em exercício '. Por
245 fim, faltou esclarecer a menção que está no artigo 48, parágrafo 1º, neste caso,
246 onde também deixou de ser incluída, que dispõe que o Vice-Presidente
247 sucederá ao Presidente em caso de vacância. Como se pode perceber, não há
248 nada de mérito, tratam-se apenas de adequações de redação no sentido de
249 guardar plena uniformidade com o tratamento de Diretor e Vice-Diretor com
250 Chefe e Vice-Chefe de Departamento. Sendo estes os esclarecimentos.” **M.**
251 **Reitor:** “Esclarecidos estes pontos, pergunto se algum Conselheiro gostaria de
252 se manifestar.” Ato contínuo, não havendo manifestações o **M. Reitor** passa à
253 votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim =
254 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 7 (sete); Total
255 de votantes = 93 (noventa e três). É aprovada a alteração do estatuto da USP,
256 conforme proposto. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO III – ELEIÇÃO**
257 **E SUBSTITUIÇÃO/SUCESSÃO DE DIRETORES E VICE-DIRETORES DE**
258 **MUSEUS E INSTITUTOS ESPECIALIZADOS. 1. PROTOCOLADO**
259 **2015.5.1670.1.1 – SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA.** Proposta de texto
260 substitutivo sobre eleição e substituição/sucessão de Diretores e Vice-Diretores
261 de Museus e Institutos Especializados, encaminhada pela Comissão instituída
262 pela Portaria GR nº 826/2015 (19.11.15). **Parecer da PG:** com relação ao art.
263 46-A, § 17, inciso I, sugere a supressão do excerto "incluídos os docentes com
264 vinculação subsidiária, nos termos do art. 130-A do Regimento Geral, limitado a
265 um voto;". Com relação ao art. 51, § 6º, aponta que o colégio eleitoral ficou,
266 com a redação de tal parágrafo, bastante amplificado (só no inciso IV tem-se
267 84 eleitores). Com relação ao art. 16 das Disposições Transitórias, propõe uma
268 reorganização das disposições, tendo em vista que a regra que, na proposta
269 original, constava do parágrafo 2º é a que demandava uma disposição
270 transitória que lhe complementasse, e não propriamente a do caput do art. 16.
271 Com relação ao § 3º, recomenda sua inserção junto ao artigo 46-A do
272 Regimento (24.11.15). **Parecer da CLR:** após ampla discussão sobre a nova

273 proposta de texto que trata da eleição de Diretor e Vice-Diretor de Museus e
274 Institutos Especializados, no âmbito da reforma do Estatuto e Regimento Geral
275 da USP, aprova a versão atualizada da mesma, incorporando as sugestões
276 propostas em plenário, conforme material anexo. (02.12.15). Ofício da
277 Superintendente Jurídica, Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci, ao Secretário
278 Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, informando que verificou um
279 erro material na redação do § 11 do artigo 46-A, devendo o mesmo constar
280 com a seguinte redação: “§ 11 - Os candidatos às funções de Diretor e Vice-
281 Diretor de cada Museu deverão ser Professores Titulares ou Associados 3 da
282 Universidade.” (02.12.15). Versão atualizada do texto substitutivo sobre eleição
283 e substituição/sucessão de Diretores e Vice-Diretores de Museus e Institutos
284 Especializados, com as alterações propostas pela CLR. **Texto atual:** TÍTULO
285 III-A DOS MUSEUS CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
286 Artigo 46-A – ... (...) § 1º – O Diretor será designado pelo Reitor, conforme
287 procedimentos da Universidade previstos no art. 46 do Estatuto, com mandato
288 de quatro anos, vedada a recondução. § 2º – O Vice-Diretor, substituto do
289 Diretor em suas faltas e impedimentos, e seu sucessor, em caso de vacância,
290 até novo provimento, será designado pelo Reitor, conforme procedimentos da
291 Universidade previstos no art. 46 do Estatuto, com mandato de quatro anos,
292 vedada a recondução. (...). **Texto proposto:** TÍTULO III-A DOS MUSEUS
293 CAPÍTULO I – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO Artigo 46-A – ... (...) § 1º
294 – O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos por meio de eleição em chapas e
295 com até dois turnos de votação, a ser realizada nos termos do parágrafo 6º e
296 seguintes. (NR) § 2º - O Vice-Diretor substituirá o Diretor em suas faltas e
297 impedimentos, e suceder-lhe-á em caso de vacância. (NR) (...) § 6º - O
298 processo de eleição do Diretor e do Vice-Diretor será conduzido por uma
299 Comissão eleitoral, que terá as atribuições de divulgá-lo, incentivar a inscrição
300 de candidatos adequados às demandas do cargo e promover debates públicos,
301 atuando nas fases de inscrição de chapas, votação e apuração. § 7º - A
302 Comissão eleitoral será integrada por cinco membros, da seguinte forma: I –
303 três membros eleitos pelo Conselho Deliberativo respectivo, observados os
304 seguintes parâmetros: a) um integrante do referido Conselho Deliberativo; b)
305 um docente da Universidade, reconhecido especialista na área de
306 conhecimento respectiva; c) um membro externo à Universidade, reconhecido

307 especialista na área de conhecimento respectiva. II - dois membros,
308 provenientes de Unidades distintas, escolhidos dentre os docentes de pelo
309 menos cinco Unidades afins definidas no Regimento do Museu, reconhecidos
310 especialistas na área de conhecimento respectiva. 5 § 8º - O Conselho
311 Deliberativo do Museu, quatro meses antes do encerramento do mandato do
312 Diretor, deverá instaurar o processo eleitoral, elegendo os membros da
313 Comissão eleitoral mencionados no inciso I do parágrafo 7º e solicitando ao
314 Reitor a realização das designações previstas no inciso II do parágrafo 7º. § 9º
315 – Constituída a Comissão eleitoral, esta publicará edital detalhando o
316 procedimento de escolha dos dirigentes, dando-lhe ampla divulgação na
317 Universidade, inclusive por meios eletrônicos. § 10 – O edital deverá ser
318 elaborado em conformidade com normas padronizadas acerca de
319 procedimentos eleitorais aprovadas pela Comissão de Legislação e Recursos.
320 § 11 - Os candidatos às funções de Diretor e Vice-Diretor de cada Museu
321 deverão ser Professores Titulares ou Associados 3 da Universidade. § 12 - Os
322 interessados disporão do prazo de dez dias para fazer a inscrição prévia de
323 suas candidaturas, em forma de chapa, composta cada uma delas por um
324 candidato a Diretor e um candidato a Vice-Diretor, acompanhada do programa
325 de gestão a ser implementado. § 13 – Cada uma das chapas deverá conter ao
326 menos um docente do Museu, como candidato a Diretor ou a Vice-Diretor. § 14
327 – Caso encerrado o termo inicial de registro de chapas sem que haja ao menos
328 duas inscrições, a Comissão eleitoral determinará a prorrogação do prazo de
329 inscrições, uma única vez, por mais dez dias, hipótese em que poderão ser
330 apresentadas candidaturas compostas exclusivamente por docentes externos
331 ao Museu. § 15 - Os docentes que exercerem as funções de Diretor, Vice-
332 Diretor, Presidente e Vice-Presidente das Comissões mencionadas nos incisos
333 IV a VII, e que se inscreverem como candidatos, deverão, a partir do pedido de
334 inscrição, desincompatibilizar-se, afastando-se daquelas funções, em favor de
335 seus substitutos, até o encerramento do processo de eleição. 6 § 16 -
336 Encerrada a fase de inscrições, serão divulgadas as chapas inscritas, para a
337 realização da eleição. § 17 - O colégio eleitoral será composto da seguinte
338 forma: I - pelo conjunto de docentes do Museu; II - pelos demais membros do
339 Conselho Deliberativo; III - pelos Diretores e representantes das Congregações
340 das Unidades afins no Conselho Universitário, observado o mínimo de cinco

341 Unidades afins definidas no Regimento do Museu; IV – por representantes dos
342 servidores técnicos e administrativos do Museu, em número equivalente a
343 cinco por cento do total dos componentes do colégio eleitoral mencionados nos
344 incisos I a III; V – por representantes discentes de pós-graduação, em número
345 equivalente a cinco por cento do total dos componentes do colégio eleitoral
346 mencionados nos incisos I a III, escolhidos entre os estudantes regularmente
347 matriculados nos programas do Museu. § 18 - Para efeitos de composição da
348 Comissão eleitoral e do colégio eleitoral, nos termos do parágrafo 7º, inciso II, e
349 do parágrafo 17, inciso III, deverão ser indicadas pelo menos cinco Unidades
350 afins, sem prejuízo de serem indicados, também como afins, para outros
351 efeitos acadêmicos, Museus ou Institutos Especializados. § 19 - Aplicam-se
352 aos Museus, bem como a seus Diretores e Vice-Diretores, as normas
353 constantes do artigo 46, parágrafos 9º a 13 e do artigo 46-A, do Estatuto. **Texto**
354 **atual:** TÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DE INTEGRAÇÃO Capítulo II Dos Institutos
355 Especializados Artigo 51 – São órgãos de direção dos Institutos
356 Especializados: (...)§ 2º – O Diretor, com mandato de quatro anos, vedada a
357 recondução, será designado pelo Reitor, se tiver obtido maioria absoluta de
358 votos, em primeiro turno, votado pelo Conselho Deliberativo. Caso nenhum dos
359 elegíveis tiver obtido a mencionada maioria, proceder-se-á a um segundo
360 turno, realizado na sequência, entre os dois concorrentes melhor votados,
361 considerando-se eleito o que obtiver maioria simples. § 3º – O Vice-Diretor,
362 substituto do Diretor em suas faltas e impedimentos e seu sucessor em caso
363 de vacância, até novo provimento, será designado pelo Reitor nos termos do
364 parágrafo anterior. Texto proposto: TÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DE
365 INTEGRAÇÃO Capítulo II Dos Institutos Especializados Artigo 51 – ... (...)§ 2º –
366 O Diretor e o Vice-Diretor serão escolhidos por meio de eleição em chapas e
367 com até dois turnos de votação, a ser realizada, no que for compatível, nos
368 termos dos parágrafos 6º e seguintes do artigo 46- A. (NR) § 3º- O Vice-Diretor
369 substituirá o Diretor em suas faltas e impedimentos, e suceder-lhe-á em caso
370 de vacância. (NR) (...) § 5º - Aplicam-se aos Institutos Especializados, bem
371 como a seus Diretores e Vice-Diretores, as normas constantes do artigo 46,
372 parágrafos 9º a 13 e do artigo 46- A, do Estatuto. (NR) § 6º - No caso do
373 Instituto de Estudos Avançados, o colégio eleitoral será composto da seguinte
374 maneira: I - pelos membros do Conselho Deliberativo; II - pelo Presidente da

375 Comissão de Pesquisa; III – pelos ex-membros do Conselho Deliberativo, ex-
376 Diretores e ex-Vice-Diretores do Instituto; IV - pelos Diretores das Unidades e
377 representantes das respectivas Congregações no Conselho Universitário.
378 **Texto atual:** TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS (...) (sem
379 correspondente). **Texto proposto:** TÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES
380 TRANSITÓRIAS (...) Artigo 15 – A primeira eleição de Diretor e Vice-Diretor de
381 cada Museu e Instituto Especializado segundo a nova sistemática prevista,
382 respectivamente, no artigo 46-A e no artigo 51, parágrafo 2º, ocorrerá por
383 ocasião do encerramento do mandato do Diretor em exercício na data de
384 entrada em vigor da presente disposição. § 1º – Na ocasião mencionada no
385 caput, caso não coincidentes os mandatos dos atuais Diretor e Vice-Diretor, o
386 mandato do Vice-Diretor eleito na primeira eleição realizada em chapas
387 somente terá início por ocasião da vacância ocasionada por morte, renúncia ou
388 pelo término do mandato de seu ocupante. 8 § 2º - Na hipótese do parágrafo
389 anterior, o mandato do primeiro Vice-Diretor eleito segundo a nova sistemática
390 mencionada no caput, será limitado ao do Diretor com o qual foi eleito. Artigo
391 16 - No caso de Museus e Institutos Especializados em que o prazo de quatro
392 meses de antecedência, estabelecido no art. 46-A, parágrafo 8º, já tiver sido
393 ultrapassado por ocasião da entrada em vigência desta disposição, a
394 instauração do processo eleitoral e o requerimento de designação dos demais
395 membros da Comissão eleitoral deverão ser realizados no prazo de até trinta
396 dias contados da entrada em vigor das regras definidas no art. 15 supra. Artigo
397 17 - Os Museus e Institutos Especializados deverão encaminhar ao Gabinete
398 do Reitor, no prazo de cento e oitenta dias da publicação desta Resolução,
399 proposta de alteração dos respectivos Regimentos, com a indicação das
400 Unidades afins e demais adaptações necessárias. Parágrafo único – Enquanto
401 não aprovadas e publicadas as alterações regimentais de que trata o caput, a
402 indicação das Unidades afins, para efeito da composição tanto da Comissão
403 Eleitoral, prevista no artigo 46-A, § 7º, inciso II, como do colégio eleitoral, nos
404 termos do parágrafo 17, inciso III do mesmo artigo, constará do edital da
405 eleição, aprovado pelo Conselho Deliberativo. **M. Reitor:** “Este assunto entrou
406 em pauta na reunião anterior como uma proposta inicial, elaborada pela
407 Comissão que está promovendo as reformas do Estatuto, a proposta sofreu
408 críticas e sugestões no plenário, estas foram levadas em conta, de tal sorte que

409 a proposta foi retirada de pauta e rediscutida pela mesma Comissão, incluindo
410 os dois representantes neste Conselho, dos Institutos Especializados e dos
411 Museus, desta forma, o que retorna agora é resultado de uma longa
412 negociação que ocorreu nestas semanas ,e de um acordo que focalizou em
413 essência os pontos levantados na última reunião. Pergunto inicialmente se o
414 Professor Carlotti gostaria de, em nome da Comissão, fazer algum
415 esclarecimento adicional.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior**: “Como o
416 Professor Zago salientou, depois da reunião do Conselho Universitário, a
417 Comissão se reuniu escutando a posição que os Museus e Institutos tinham
418 colocado durante a reunião, e escutando, também, as manifestações dos
419 Conselheiros deste Co naquela oportunidade. Fizemos algumas reuniões entre
420 os membros da Comissão, tanto da Comissão com os dois representantes que
421 temos no Conselho Universitário, bem como com outros interessados em
422 comentar esta eleição, e chegamos a esta proposta distribuída aos
423 Conselheiros, que guarda algumas características. Primeiramente, a Comissão
424 eleitoral deverá ser mantida, contudo tiramos da mesma o poder de veto que
425 esta teria em relação a candidatos inscritos no concurso, desta forma esta
426 Comissão deverá procurar candidatos, promover debates e organizar todo um
427 trabalho inicial, no entanto, abandona o poder de veto que possuía na proposta
428 anterior. Em relação aos candidatos que poderiam pleitear a eleição no Museu,
429 permaneceu o item que garante que na chapa de Diretor e Vice-Diretor haja ao
430 menos um membro do museu, isto se manteve. Ademais, caso não tenhamos
431 isto, permite-se uma segunda rodada, com a possibilidade de uma ampla
432 participação de todos os membros da Universidade com uma chapa única sem
433 pessoas ligadas ao Museu. Em um terceiro eixo temos os eleitores, de tal
434 modo que, atendendo as solicitações dos Museus, ampliou-se o colégio
435 eleitoral, cerca de 100% do colégio eleitoral inicial, ou seja, tínhamos o
436 Conselho Deliberativo do Museu e agora duplica-se esse colégio eleitoral na
437 maioria das Unidades – talvez um pouco a mais ou um pouco a menos – com a
438 participação de Unidades afins. Antes, tínhamos a participação da
439 Universidade como um todo e agora fica limitado à participação das Unidades
440 afins. Estes são os três tópicos que foram feitos da proposta. A Comissão
441 eleitoral, os elegíveis e os eleitores. Em relação aos elegíveis, temos uma
442 proposta complementar, que foi distribuída, pois depois da avaliação da CLR

443 foi estabelecido que na primeira rodada eram elegíveis os Professores Titulares
444 e Associados 3, então depois da reunião da CLR fizemos nova reunião com os
445 Museus e chegamos a este documento impresso. Nesta proposta, a qual a
446 Comissão está de acordo – após consulta à CLR – inclui-se uma segunda
447 rodada, da mesma forma como é feita para com os Diretores nas Unidades de
448 Ensino, no qual se abre a possibilidade de candidatura para Professores
449 Associados 2 e Associados 1. Desta forma, primeiramente se abre a
450 possibilidade de candidatura para Professores Titulares e Associados 3 e,
451 posteriormente, em uma segunda rodada, abre-se a possibilidade de se incluir
452 os Professores Associados 1 e 2. Se não houver a possibilidade de se fazer a
453 eleição contemplando membro interno e membro externo, neste caso abre-se
454 uma terceira rodada na qual é possível que os dois sejam membros externos.
455 Guarda-se similaridade com a eleição dos Diretores, mas ainda mantêm a
456 possibilidade aberta de, caso não tenhamos nenhum candidato do Museu ou
457 do Instituto – pois são Instituições pequenas, às vezes com 3 ou menos
458 professores – abre-se a possibilidade de composição da chapa com duas
459 pessoas externas. Creio que estes sejam os princípios gerais do que se
460 realizou após aquela modificação. Destaco que são alterações significativas em
461 relação à proposta inicial, mas que atendem os princípios de abertura e
462 participação da Universidade nestas eleições e respeitam as particularidades
463 de Museus e Institutos, ao menos é esta a impressão que tivemos ao fim deste
464 processo.” **M. Reitor:** “Desta forma, além da proposta que está aqui, no
465 sumário e na ordem do dia, que foram distribuídos, a Comissão propõe agora
466 que se modifique a redação do artigo 46-A no seu parágrafo 14, dando uma
467 nova redação - que foi distribuída - e inserindo um parágrafo, o parágrafo 15.
468 Assim sendo, aquilo que no vosso caderno é 15 passa a ser 16, depois 17 e
469 assim por diante. Creio que todos compreenderam a modificação proposta.
470 Desta forma, pergunto à CLR, representada pelo Professor Tucci, se estão
471 confortáveis em aceitar esta proposta de modificação. De tal maneira que, a
472 mesma substituiria, de saída, o documento apresentado.” **Cons. José Rogério**
473 **Cruz e Tucci:** “Gostaria de dizer, no sentido frisado pelo Professor Carlotti, que
474 a mesma é para guardar coerência. Exatamente esta coerência que tem sido o
475 espírito de toda a reforma e que deve ser levada em consideração pelo
476 Conselho. Não tenho nada a aduzir e estou à disposição para quaisquer

477 esclarecimentos que se fizerem necessários.” **M. Reitor:** “Desta forma, abro a
478 palavra para todos que quiserem se manifestar.” **Cons. Antonio Carlos**
479 **Marques:** “Creio que é importante esclarecer que todo este processo – como
480 foi muito bem dito pelo Professor Carlotti – foi desenvolvido de maneira
481 bastante harmônica e amadurecida, tentando contemplar uma abertura das
482 possibilidades, bem como uma ampla sensibilidade, conforme foi colocado
483 anteriormente. No que concerne aos Institutos Especializados e aos Museus,
484 existe uma aprovação com relação à proposta que deverá ser votada.” **Cons.**
485 **Marcos Domingos Siqueira Tavares:** “Gostaria de endossar o que foi dito
486 pelo Professor Carlotti, pelo Magnífico Reitor e agora pelo meu colega
487 Professor Antonio Marques, que este foi um processo desenvolvido ao longo
488 dos últimos meses e esta proposta que os senhores possuem atende às
489 expectativas dos Museus e dos Institutos, de tal modo que quero reiterar esta
490 fala.” **M. Reitor:** “Entendo que há amplo acordo com relação ao texto proposto,
491 cabe uma explicação de um assunto menor, que para alguns pode parecer
492 exótico, mas que já foi motivo de queixa. O texto fala sempre dos Museus e
493 depois remete os Institutos. Esta é uma tática que se utiliza na elaboração de
494 documentos deste teor e também em legislações, na qual se quer que
495 exatamente um seja espelho do outro e acho que vem da época onde não
496 havia computador e não se podia usar o *copy paste*. Desta forma, o indivíduo
497 escrevia um texto, discutia com muito cuidado aquele texto e, por fim,
498 colocava-se 'neste outro caso faça-se como aquele', o que encerrava a
499 questão. Não há nada no sentido de um ser menor do que o outro. Poderíamos
500 ter começado pelos Institutos, ter descrito detalhadamente o processo eleitoral
501 dos Institutos e ao final dizer, para os Museus segue a mesma coisa. Houve
502 crítica no sentido de que havia muitas coisas para os Museus e poucas para os
503 Institutos, na verdade há a mesma quantidade, pois um é remetido ao outro.
504 Com isto evita-se erro, pois mesmo na cópia é possível o erro ou o
505 esquecimento de algo, e as leis, as legislações são para quando se tem
506 conflito, afinal, quando não há conflito não há problema, contudo quando há
507 conflito busca-se a lei e verifica-se o que está escrito, e mesmo sendo o texto
508 claro ainda há espaço para discussões – haja visto o que ocorre em Brasília.” A
509 seguir, o **M. Reitor** passa à votação do texto apresentado, com a modificação
510 introduzida no plenário.” **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte

511 resultado: Sim = 91 (noventa e um) votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 8
512 (oito); Total de votantes = 99 (noventa e nove). É aprovada a alteração do
513 Regimento Geral. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO IV –**
514 **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO GERAL – ELEIÇÕES ELETRÔNICAS NA**
515 **USP. 1. PROTOCOLADO 2015.5.1671.1.8 – SUPERINTENDÊNCIA**
516 **JURÍDICA**. Proposta de inclusão do artigo 246-A nas Disposições Gerais do
517 Regimento Geral da USP, objetivando regulamentar eleições eletrônicas na
518 Universidade de São Paulo. Ofício da Superintendente Jurídica, Prof.^a Dr.^a
519 Maria Paula Dallari Bucci, ao Secretário geral, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda
520 Velasco, encaminhando a proposta de inclusão do artigo 246-A nas
521 Disposições Gerais do Regimento Geral da USP, tendo em vista as últimas
522 alterações do Estatuto e do Regimento Geral, aprovadas pelo Conselho
523 Universitário, em especial o artigo 215, § 6º do Regimento Geral. Texto
524 proposto: “Artigo 246-A - As eleições na Universidade poderão ser realizadas
525 de forma eletrônica, desde que certificada a segurança do sistema a ser
526 utilizado, observados os critérios definidos pela Comissão de Legislação e
527 Recursos, a quem incumbirá definir normas padronizadas a respeito da
528 matéria.” (1º.12.15). **Parecer da CLR:** aprova a proposta de inclusão do artigo
529 246-A nas Disposições Gerais do Regimento Geral da USP, conforme proposto
530 (02.12.15). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:**
531 “Trata-se de um tópico identificado depois da votação no último Conselho, que
532 determina sobre a eleição dos Representantes das Categorias Docentes no Co
533 por meio eletrônico. A Procuradoria entendeu que era necessário
534 complementar com uma Resolução específica permitindo que se faça votação
535 eletrônica com esta finalidade. Em essência é isto e pergunto se alguém
536 gostaria de se manifestar. Em síntese trata-se de algo próximo a uma repetição
537 daquele texto, com o acréscimo da permissão de eleição eletrônica.” Ato
538 contínuo, não havendo mais manifestações o **M. Reitor** passa à votação.
539 **Votação**. Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim = 91
540 (noventa e um) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 5 (cinco); Total de
541 votantes = 98 (noventa e oito). É aprovada a alteração do Regimento Geral. A
542 seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO V – MINUTA DE CONVÊNIO 1.**
543 **PROCESSO 2015.1.23936.1.7 – ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.**
544 Minutas de Convênio e de Permissão de Uso a serem celebrados entre a USP

545 e a Mitra Arquidiocesana de São Paulo, administradora da Catedral
546 Metropolitana de São Paulo, visando à instalação de um órgão de tubos
547 “Gerhard Grenzing” adquirido pela USP, na Catedral Metropolitana de São
548 Paulo. Ofício da Diretora da ECA, Prof.^a Dr.^a Margarida Maria Krohling Kunsch,
549 ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando sugestões
550 de uso para os órgãos de tubos que a Universidade dispõe e que precisam de
551 cuidados e manutenção especiais (07.08.15). Ofício do Pe. Dr. José Rodolpho
552 Perazzolo, ao Magnífico Reitor, encaminhando uma contra proposta à minuta
553 de convênio e plano de trabalho, anteriormente encaminhados ao Cardeal
554 Odilo Pedro Scherer, a ser celebrado entre a USP e a Arquidiocese de São
555 Paulo, no que diz respeito à instalação e ao uso de órgão de tubos na Catedral
556 Metropolitana de São Paulo (09.11.15). Termo de Permissão de uso de órgão
557 de tubos, construído pelo artesão-organeiro Gerhard Grenzing, pela Mitra
558 Arquidiocesana de São Paulo. **Parecer da PG:** entende que o acordo poderá
559 ser formalizado nos termos da proposta. Todavia, no tocante ao mérito, diante
560 das atividades a serem desenvolvidas pela Unidade, recomenda que os autos
561 sejam instruídos com aprovação do Conselho de Departamento de Música, da
562 Congregação e da COP. Outrossim, apresenta-se adequada a previsão de
563 outorga de permissão de uso no âmbito do referido convênio, sendo este o
564 instrumento adequado para disciplinar a transferência de uso de bem público
565 em favor de terceiro, para fins de interesse público. Quanto à minuta, cabe
566 apenas alertar acerca do equívoco na numeração dos parágrafos da cláusula
567 segunda, recomendando, ainda, a alteração do foro eletivo previsto na cláusula
568 sexta, tendo em vista que a comarca da Capital é a mais indicada para dirimir
569 eventuais questões relacionadas ao termo de permissão de uso, por se tratar
570 do local em que o bem permanecerá instalado (17.11.15). Ofício da Chefe do
571 Departamento de Música, Prof.^a Dr.^a Mônica Isabel Lucas, encaminhando, ad
572 referendum do Conselho do Departamento, a minuta de Convênio entre a USP
573 e a Arquidiocese de São Paulo, visando a instalação e uso de órgão de tubos
574 “Grenzing” de propriedade da Universidade de São Paulo, devidamente
575 atualizada (18.11.15). **Parecer da Congregação da ECA:** aprova, por
576 unanimidade, a celebração do convênio entre a USP e a Mitra Arquidiocesana
577 de São Paulo, com a participação do Departamento de Música no
578 desenvolvimento das atividades de coordenação técnica e administrativa do

579 referido convênio (25.11.15). Informação da Chefia de Gabinete do Reitor: com
580 o propósito que a Reitoria atua em consonância com interesses daqueles que
581 atuam cotidianamente na docência e prática da música no âmbito da
582 Universidade, foram ouvidos o Departamento de Música e a Congregação da
583 ECA, que apoiam a solução acordada entre a USP e a Mitra Arquidiocesana de
584 São Paulo. **Parecer da COP:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Adalberto
585 Américo Fischmann, favorável à formalização do convênio e do termo de
586 permissão de uso entre a USP e a Mitra Arquidiocesana de São Paulo,
587 administradora da Catedral Metropolitana de São Paulo, visando a instalação
588 de um órgão de tubos “Gerhard Grenzing” adquirido pela USP, na Catedral
589 Metropolitana de São Paulo, conforme proposto nos autos (1º.12.15). **Parecer**
590 **da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci,
591 favorável à formalização do Convênio e Termo de Permissão de Uso entre a
592 USP e a Mitra Arquidiocesana de São Paulo, visando à instalação de um órgão
593 de tubos “Gerhard Grenzing”, da USP, na Catedral Metropolitana de São Paulo,
594 conforme proposto (02.12.15). **M. Reitor:** “Trata-se de um convênio que será
595 celebrado, se aprovado, entre a Universidade de São Paulo e a Mitra da
596 Arquidiocese de São Paulo. O objetivo é permitir a instalação, na Catedral da
597 Sé de São Paulo, de um órgão adquirido em 2013 pela Reitoria da
598 Universidade de São Paulo. É um órgão volumoso e vultoso, que ocupa muito
599 espaço, nós não dispomos, na Universidade, de um prédio específico ou
600 mesmo um local adequado para sua instalação. Além disso, a Universidade
601 dispõe de um segundo órgão, que foi doado há alguns anos. Trata-se de um
602 órgão de valor histórico, um órgão menor, o qual estamos tomando as
603 providências para que seja restaurado. Planejamos instalá-lo no Anfiteatro
604 Camargo Guarnieri, mas este órgão maior, novo, adquirido de uma empresa
605 alemã, está ainda encaixotado, correndo o risco de vencer a garantia e
606 deteriorar-se, de tal forma que somos responsáveis em dar um destino para
607 ele. Obviamente, este órgão foi comprado essencialmente com objetivo
608 didático, portanto qualquer solução que se dê a sua instalação deve permitir
609 seu uso para fins didáticos, por isto a Congregação da Escola de
610 Comunicações e Artes aprovou uma proposta de que ele seja instalado na
611 Catedral Metropolitana, uma vez que este convênio não doa o órgão, mas sim
612 concede uma permissão de uso. Desta forma, ele será instalado e usado para

613 funções religiosas, que também, de certa forma, atendem o interesse de
614 formação musical e de divulgação musical, entre outros. Desta forma, este
615 poderá dar acesso à ampla parcela da população aos benefícios da música e
616 permitirá aos nossos estudantes de música o tempo suficiente para estudo,
617 portanto é nesse sentido que a proposta é apresentada.” **Cons. Eduardo**
618 **Henrique Soares Monteiro**: “Na realidade, nossa preocupação maior é quanto
619 à forma na qual o órgão está condicionado. Temos uma grande preocupação
620 no Departamento de Música, pois se trata de um instrumento complexo, temos
621 uma fachada na qual se pode ver o órgão, mas atrás desta fachada temos
622 toneladas de equipamentos e maquinários. Se este maquinário e sua parte
623 técnica não forem devidamente instalados sofreremos com os problemas
624 oriundos de deterioração. Temos a questão do órgão que foi doado ao
625 Departamento de Música há quase 10 anos, este também precisa ser instalado
626 e estamos tomando providências para isto, sendo esta a nossa preocupação
627 maior, pois daqui a um tempo seu funcionamento será comprometido. Foi
628 pensado na Catedral, pois esta não apenas atende às dimensões em suas
629 salas de modo a comportar um órgão deste tamanho, como tem o devido
630 espaço para instalação. Como dito, tratam-se de toneladas de equipamentos,
631 assim há o coro da Catedral que possui espaço suficiente. São necessários 50
632 metros quadrados para a instalação deste instrumento e na Catedral temos
633 missas no horário do almoço e no final da tarde, de tal modo que, o dia inteiro a
634 Catedral está disponível para ser utilizada como local para estudo e para a
635 prática musical. No convênio temos previsto uma gama de ações com
636 finalidades didáticas, alunos participando como executantes em missas,
637 concertos de todos os organismos da Universidade, eventualmente um festival
638 internacional de órgão, ou seja, há realmente uma séria de ações didáticas que
639 fariam com que o órgão fosse realmente utilizado de forma proveitosa.” **Cons.**
640 **José Rogério Cruz e Tucci**: “Quando se ouve a expressão 'permissão de uso',
641 pode parecer à Mitra Arquidiocesana, contudo, na verdade, é dever do
642 administrador preservar os bens móveis e imóveis e incorre em improbidade
643 aquele que não zelar por estes. Isto nosso colega Vice-Diretor da Escola de
644 Comunicações e Artes ressaltou muito bem, ou seja, vai se deteriorar este
645 órgão que está encaixotado – como o Professor Zago ressaltou –, contudo, a
646 tônica, o aspecto mais importante desta permissão de uso é que este é um

647 bem de interesse público. É um bem destinado ao interesse público, esta é a
648 equação que sem qualquer dúvida a CLR, não apenas aprovou, como
649 entendeu louvável pela iniciativa. Por isto, falando em nome da CLR, quero
650 deixar muito claro que este é um ato, não apenas por dever do administrador,
651 como atenderá também à Comunidade.” **Cons. Adalberto Américo**
652 **Fischmann**: “No que tange à COP, analisamos estes processos de permissão
653 de uso e entendemos que é muito válido nós cedermos, ou melhor, permitirmos
654 que a Mitra Arquidiocesana faça uso deste equipamento, pois como o
655 Professor Zago ressaltou, corremos o risco de perder a garantia deste
656 equipamento por parte do fabricante e consideramos extremamente importante
657 que isto permita aos estudantes e praticantes de música terem a oportunidade
658 de se exercitarem e se aperfeiçoarem utilizando o órgão na Catedral, do
659 contrário teríamos guardado aqui, certamente, um prejuízo, tanto para a
660 Universidade, em manter uma estrutura encaixotada não funcionando, quanto
661 para os usuários e, sobretudo, para o público. Desta forma, não vejo razão
662 alguma para não atender a este pedido, tanto da Mitra Arquidiocesana quanto
663 da Universidade de São Paulo, pois há um interesse comum das partes.”
664 **Cons. Benedito Honório Machado**: “Minha consideração é no sentido de que
665 sou plenamente favorável à transferência deste órgão de tubos para a Catedral
666 da Sé – até para atenuar um pouco nossos pecados administrativos – creio que
667 isto é muito bem vindo e é exatamente neste sentido, nesta direção de que
668 faremos uma transferência para uma entidade absolutamente digna de crédito,
669 para o uso da comunidade e dos estudantes de música. Creio que é
670 importante, e nesta direção que é minha intervenção, que tenhamos um pouco
671 mais de informações da história deste instrumento, pois este é um aspecto
672 extremamente relevante, afinal estamos legitimando um processo a partir desta
673 transferência para a Catedral da Sé e este órgão passa a estar absolutamente
674 legítimo no contexto de sua aquisição, a qual tenho dúvidas – acredito que
675 muitos de nós a tenham – sobre seu processo na gestão anterior, tendo em
676 vista que – como o próprio Professor Zago nos informou em uma de minhas
677 questões nas reuniões anteriores – a compra de qualquer bem na Universidade
678 não precisa passar por este Conselho, creio que isto tenha sido feito nestes
679 padrões. Contudo, gostaria de saber o custo deste órgão, visto que, a julgar por
680 dimensões técnicas descritas aqui, não deve possuir um valor pequeno.

681 Ademais, esta é uma questão importante no sentido de que teremos de prestar
682 contas à comunidade sobre a aquisição de um bem para o qual não havia
683 sequer espaço e instalações para seu adequado funcionamento. Suponho – e
684 creio que é importante o esclarecimento da Administração e da própria Escola
685 de Comunicações e Artes – que a compra tenha tido, também, a anuência da
686 Congregação daquela Instituição, pois do contrário há ônus perante o
687 contribuinte e quem paga o imposto, nosso ICMS, deverá se sentir, com toda a
688 legitimidade, frustrado em suas expectativas sobre o que a Administração da
689 Universidade de São Paulo, anterior, mas em seu conjunto – afinal todos nós
690 fazemos parte desta instituição – faz em relação as suas compras, haja vista a
691 compra de um equipamento que poderia até ter um espaço, ao que me consta
692 que seria construído, mas que, se não houve um vínculo educacional para os
693 estudantes de música, desta forma, o processo em sua origem tem vícios e
694 esta é uma suposição, estou meramente supondo, mas gostaria, portanto, dos
695 devidos esclarecimentos. Como disse anteriormente, vamos transferir este
696 equipamento para a Catedral e se possível outros equipamentos para outras
697 entidades religiosas da grande São Paulo, para que nos protejam.” **M. Reitor:**
698 “Agradeço ao Professor Benedito e irei, na medida do possível, dar alguns
699 esclarecimentos sumários. Quando esta gestão tomou posse este órgão já
700 estava na Universidade, encaixotado e ocupando um espaço significativo. A
701 história da aquisição não é muito clara, mas certamente o pedido não partiu da
702 Congregação da Escola de Comunicações e Artes. Havia manifestações
703 anteriores do Departamento de Música, no sentido de promover a restauração
704 de um órgão menor que está na Universidade e corre o risco de deteriorar, pois
705 é um órgão muito antigo com valor histórico e estamos tomando providências
706 para isto. Este novo órgão não tem condições de ser instalado no Anfiteatro
707 Camargo Guarnieri, a proporção entre a sala e o instrumento não permite isto,
708 ela não poderia dar vazão máxima para as suas qualidades musicais e o órgão
709 se transformaria em um elefante branco dentro do anfiteatro. Optamos, assim,
710 por instalar naquele local o órgão menor que precisa ser restaurado, o órgão
711 maior precisa de uma sala muito grande. É claro que, entre as opções, pensou-
712 se na Sala São Paulo, que talvez recebesse o órgão, mas existe um empecilho
713 intransponível, que é o fato de que lá não poderia ser usado para o treinamento
714 de nossos estudantes, pois eles precisam praticar diversas vezes por semana,

715 muitas horas e a Sala São Paulo é extremamente ocupada para ensaios das
716 orquestras e dos conjuntos próprios. Por isto ficou inviável do ponto de vista
717 acadêmico. Esta outra opção nos pareceu uma boa oportunidade. Retomando
718 o aspecto da história da aquisição, ela certamente não se originou na Escola
719 de Comunicações e Artes. Assim sendo, diante ao que o Professor Benedito
720 falou e impossibilitado de dar as informações completas, só visualizo uma
721 saída, que no caso é instalar uma Comissão de Sindicância para examinar todo
722 o processo de aquisição deste órgão e espero que isto satisfaça, enquanto
723 resposta, ao Conselho Universitário. Ademais, creio que isto não prejudica em
724 nada sua votação para permissão de uso, pois precisamos dar um destino e
725 uma utilização para o órgão. Meu ponto é que não consigo dar as respostas
726 plenas ao Professor Benedito e, portanto, tenho uma única saída que é pedir
727 que isto seja examinado, não partindo do princípio que houve algum erro, mas
728 no sentido de esclarecer e visando esclarecimentos não há nada melhor do
729 que um processo formal de uma Comissão de Sindicância.” **Cons. Benedito**
730 **Honório Machado**: “Estou de pleno acordo. Creio que temos um passivo no
731 caso e a obrigação pública de esclarecer, primeiro nossa comunidade interna
732 e, posteriormente, a comunidade externa, pois sabidamente este fato já veio a
733 público nos meios de comunicação e é uma obrigação da Universidade apura-
734 lo, bem como todos os outros fatos que tenham possíveis irregularidades.”
735 **Cons. Eduardo Henrique Soares Monteiro**: “Gostaria de reforçar o fato de
736 que a aquisição do órgão não passou pela Escola de Comunicações e Artes.
737 Nossa preocupação é justamente no sentido de que, considerando que ele já
738 foi adquirido, que possa ser usado de modo correto e que possa beneficiar, de
739 fato, os alunos do Departamento, bem como toda a comunidade. Esta é nossa
740 preocupação e esclareço que não foi um processo originário do Departamento
741 de Música ou mesmo da Escola de Comunicações e Artes.” **Cons. Douglas**
742 **Rogério Anfra**: “Gostaria de saber o valor, especificamente, para que eu
743 possa informar aos alunos da Pós-graduação da ECA. Conversei com alguns
744 alunos da Pós-graduação da Música e estes não veem qualquer problema, a
745 princípio, desde que se compreenda a natureza do processo que será
746 estabelecido nesta relação, mas gostaria de entender quais as instâncias pelas
747 quais passou esta decisão de compra destes órgãos.” Ato contínuo, o
748 **Secretário Geral** esclarece que o órgão menor foi doado. **Cons. Douglas**

749 **Rogério Anfra**: “Gostaria ainda de entender a natureza desta contrapartida em
750 relação ao ensino litúrgico para os alunos pelo mestre que tratará do órgão na
751 Igreja, considerando que o ensino da Universidade é laico, gostaria de
752 entender a natureza deste processo em relação a este ensino litúrgico que será
753 prestado como contrapartida aos alunos.” **Cons. Eduardo Henrique Soares**
754 **Monteiro**: “Não saberia informar detalhes sobre o processo de compra, uma
755 vez que não participamos. Com relação à atuação do organista no culto
756 religioso – não apenas o católico, mas em qualquer religião – isto é
757 fundamental para o desenvolvimento de sua atuação profissional e esta é uma
758 prática difundida no mundo inteiro. Na realidade, não se trata de uma questão
759 da religião, mas de atuação profissional. O organista deve lidar com isto, pois a
760 maioria dos cultos religiosos tem a música intrínseca em sua realização, de
761 modo que, ser organista é uma profissão e ele deve tocar na igreja e tocar no
762 culto seja qual religião for, de modo que, precisa apreender a fazer isto. Muitos
763 de nós fizemos isto, inclusive eu próprio, por exemplo, quando morava nos
764 Estados Unidos e tocava em uma Igreja Cristo Cientista e, para isto,
765 necessitava -se de algum tipo de preparação, no sentido de como se dão estas
766 relações, precisava-se conhecer qual o tipo de repertório, em que momento se
767 toca e de qual maneira. Isto é importante para os alunos de órgão e, para a
768 preparação de sua vida profissional, é válido que passem por esta experiência.
769 Não há nenhuma relação com o tipo de religião, mas com a presença da
770 música em qualquer tipo de culto religioso.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli**
771 **Wada**: “Gostaria de sugerir a este Conselho e ao Magnífico Reitor que este
772 órgão fosse vendido para a instituição no qual está sendo doado. Para que não
773 fosse uma doação e sim uma venda e que o dinheiro fosse aplicado no
774 Hospital Universitário.” **M. Reitor**: “Gostaria de esclarecer que o órgão não está
775 sendo doado e ele continuará sendo propriedade da Universidade de São
776 Paulo, de modo que a Mitra Arquidiocesana está oferecendo o espaço da
777 Catedral da Sé para que possamos instalar este órgão que a Universidade
778 adquiriu e, portanto, de certa forma, a Mitra está prestando um serviço à
779 Universidade de São Paulo ao permitir a sua instalação, para que os nossos
780 estudantes e estudantes de outras Universidades possam praticar o
781 aprendizado desta área da música. Portanto, há um benefício mútuo, pois ao
782 mesmo tempo que a Catedral se beneficia da instalação de um instrumento

783 importante, que faz parte da vida de muitas catedrais, independentemente, de
784 sua linha religiosa, a Universidade se beneficia enormemente em ter uma
785 ampliação no ensino, aprendizado e pesquisa, uma vez que se prevê que
786 poderão ser realizados festivais e concertos – que são os instrumentos que
787 permitem o progresso do conhecimento nesta área. Assim sendo, não é
788 doação, mas sim uma permissão de uso.” Ato contínuo, não havendo mais
789 manifestações o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico
790 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco) votos; Não = 2
791 (dois) votos; Abstenções = 7 (sete); Total de votantes = 104 (cento e quatro). É
792 aprovada a minuta de convênio de permissão de uso entre a USP e a Mitra
793 Arquidiocesana de São Paulo. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO VI –**
794 **ORÇAMENTO DA USP PARA 2016.** Proposta de Orçamento da USP para
795 2016, aprovada pela COP em 1º.12.2015. **M. Reitor:** “Passamos ao orçamento
796 da Universidade para o próximo ano. Neste caso, convidamos o Professor
797 Adalberto Fischmann, Presidente da COP, para tomar assento à Mesa e nos
798 auxiliar no encaminhamento desta questão. Antes gostaria de manifestar nosso
799 agradecimento ao empenho da COP, não só neste momento, mas ao longo do
800 ano. Um ano que, certamente, colocou pressões muito maiores sobre a COP
801 do que nos anos anteriores. Agradeço ao Professor Adalberto e, na pessoa
802 dele, todos os membros da COP. Em segundo lugar, gostaria de dizer que
803 almejamos modificar nossas práticas de elaboração do orçamento, ela
804 reconhecidamente não atingiu ainda as melhores marcas e não foi possível
805 progredir mais do que isso neste ano, uma vez que estivemos submetidos a
806 muitas pressões, mas, certamente, registramos os pedidos de vários e esta
807 será a primeira missão da próxima COP que será eleita na primeira reunião do
808 Conselho Universitário do próximo ano, de tal modo que, esta próxima COP
809 possa dedicar-se a esta missão de reorganizar o processo de elaboração do
810 orçamento da Universidade de São Paulo. De qualquer maneira, isto é o que
811 temos hoje e é este processo que iremos discutir. Aproveito, como fiz
812 referência a isto, para lembrar a todos que, preliminarmente, está marcada
813 para o dia primeiro de março, primeira terça-feira de março, a primeira reunião
814 do Conselho Universitário de 2016. Peço que marquem em vossa agenda, isto
815 será confirmado posteriormente, mas em princípio, esta é a data que se deve
816 reservar.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann (apresentação):** “Faremos

817 uma breve apresentação que aprovamos na COP, na terça-feira passada,
818 trazendo as informações de como estamos enxergando o ano de 2016. Temos
819 aqui a previsão que está sendo estimada para o ano de 2016 e está se
820 baseando, essencialmente, na informação que a Secretaria de Planejamento e
821 Gestão nos passou, em setembro deste ano, onde o ICMS previsto é da casa
822 de R\$ 131 bilhões, sendo que 75% deste orçamento é a quota-parte do Estado,
823 ou seja, R\$ 98 bilhões. Destes R\$ 98 bilhões, a estimativa da receita teve
824 alguns parâmetros considerados para estabelecer o que seria destinado às três
825 Universidades, primeiramente, a arrecadação efetiva até o mês de agosto
826 deste ano, segundo, as séries históricas observadas nos últimos três anos e,
827 em seguida a projeção da arrecadação até o final deste ano de 2015. Também
828 foi considerada, nesta ocasião, a informação que nos foi passada de uma
829 inflação anual prevista de 5,51%, que sabemos estar totalmente fora da
830 realidade hoje. Também temos a posição do PIB para o país, a qual era
831 estimada, naquela ocasião, em 0,4% negativos, ou seja, um PIB de redução
832 para o ano de 2016. Na seguinte, temos a previsão para o caso da
833 Universidade de São Paulo, e como todos sabem, temos uma quota-parte
834 deste total, sendo esta, no que tange à Universidade de São Paulo, de R\$ 5,25
835 bilhões para o ano de 2016. Estes R\$ 5,25 bilhões resultam, essencialmente,
836 de transferência do tesouro paulista, que praticamente é tudo, ou seja, R\$ 4,94
837 bilhões, mas já está incluído a 'Lei Kandir', que é um percentual que o Governo
838 Federal transfere aos Governos Estaduais, acrescido ainda de R\$ 296 milhões,
839 que são recursos próprios da Universidade e mais R\$ 16 milhões de Recursos
840 vinculados federais, somando estas três parcelas: R\$ 4,94 bilhões, R\$ 296
841 milhões e R\$ 16 milhões chegamos aos R\$ 5,25 bilhões. A receita própria que
842 mencionamos anteriormente, que são recursos da própria Universidade,
843 decorrem essencialmente de juros que a Universidade ganha com suas
844 aplicações oriundas de suas provisões e de prestação de serviços. Assim
845 sendo, a receita patrimonial que temos, corresponde à R\$ 175 milhões, a
846 receita de serviços – que é essencialmente SUS do Hu – corresponde à R\$
847 105 milhões, outras receitas correntes correspondem a R\$ 13 milhões e outras
848 receitas de capital, R\$ 1,323 milhões. Estes outros números correspondendo à
849 R\$ 10, R\$ 20 e R\$ 10, que tratam de transferências correntes, alienação de
850 bens e transferências de capital, consistem em informações que recebemos da

851 Secretaria de Planejamento, isto é simplesmente algo do orçamento público,
852 para que os campos não fiquem zerados. Na sequência, temos, conforme dito,
853 a transferência do Governo Paulista para a Universidade de São Paulo, que
854 corresponde a R\$ 4,94 bilhões, deste total a grande maioria é destinada à
855 pessoal e seus reflexos, ou seja, R\$ 4,81 bilhões. Temos mais um acréscimo
856 de gastos estimados com custeio e capital de mais R\$ 670 milhões e o déficit
857 orçamentário corresponde a R\$ 543 milhões. Desta forma, temos então R\$
858 4,94 bilhões menos R\$ 4,81 bilhões de pessoal, o que nos dá um saldo de R\$
859 126 milhões. Este valor será insuficiente para cobrir todas as nossas despesas
860 e, desta maneira, teremos de fazer uso de reservas e recursos próprios, no
861 valor de R\$ 670 milhões para cobrir estes outros custeios e gastos de capital.
862 Ou seja, teremos, ao final de 2016, conforme colocado na nossa última
863 reunião, um déficit de R\$ 543 milhões. Esta é a estimativa. Algumas mudanças
864 nas diretrizes devem ser salientadas, primeiramente os recursos para outros
865 custeios de investimentos das Unidades, órgãos e Institutos são basicamente
866 os mesmos valores que nós praticamos neste ano de 2015. São valores
867 praticamente iguais para o ano que vem. Também houve algumas mudanças
868 em termos de unificação das diretrizes, estas são relativamente pequenas e
869 mantivemos, basicamente, o mesmo orçamento para as Unidades, órgãos e
870 Institutos que foi utilizado para este ano corrente de 2015. Portanto, 2016 será
871 praticamente uma repetição. Outro ponto diz respeito à parte de seguros que
872 foram agrupados e esta cobertura de sinistros ficou agrupada em termos de
873 seguros de acidentes pessoais, seguros de veículos e reposição de
874 equipamentos de laboratório, informática, portáteis e de audiovisual sinistrados.
875 Isto foi agrupado. Outro ponto é que o adicional de equipamentos de segurança
876 deverá ficar em torno de 15% da manutenção predial e também passará a
877 contemplar os EPI's, que são os equipamentos de proteção individual. A STI
878 que antes estava incorporada dentro da Reitoria passou a ser um órgão de
879 serviço apartado. Mudando de *slide*, olhando dentro de uma figura geral sobre
880 o exercício do ano que vem, temos, conforme falamos, o gasto com pessoal de
881 R\$ 4,81 bilhões, incorporando ativos, SPprev e todos os benefícios. Além disto,
882 temos os precatórios de indenizações, que são muito menores este ano, pois já
883 pagamos em 2015, que teve um volume bastante grande com as indenizações
884 das demissões voluntárias e com outros custeios de investimento, na ordem de

885 mais R\$ 670 milhões, o que projeta um déficit de R\$ 543 milhões que serão
886 alcançados ao final de 2016. Isto fecha aqueles R\$ 4,94 bilhões que referimos
887 anteriormente. Desta forma, basicamente, isto é o que gostaria de trazer ao
888 conhecimento dos senhores Conselheiros e coloco-me à disposição, caso
889 queiram algum esclarecimento.” **Cons. Junior Barrera:** “Gostaria de perguntar
890 a respeito de alguns parâmetros expostos pelo Professor, que me parecem
891 incorretos quanto à sua predição para o futuro, 5,5% de inflação e se não me
892 engano 0,4% negativos do PIB me parecem, hoje em dia, sabidamente fora da
893 realidade. Quão confiável são estas predições? Também não percebi o senhor
894 indicar algum tipo de correção de inflação nos salários, sem contar outros
895 fatores, considerando que muitos não tiveram aumento de salários este ano.”
896 **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Temos que nos pautar pelos dados
897 que a Secretaria de Planejamento e Gestão nos informa. Evidentemente, hoje
898 sabemos que estes números não são corretos, ou melhor, a previsão para o
899 ano de 2016 não está em linha com qualquer estimativa feita hoje. A inflação
900 será certamente maior e o PIB, infelizmente, deverá ser negativamente maior.
901 Do ponto de vista de inflação, isto pode, de alguma forma, ser compensado,
902 pois com o aumento da inflação, a arrecadação tende a aumentar e,
903 conseqüentemente, se esta aumentar, a transferência para a Universidade
904 também tenderá a aumentar; claro que tudo isto tem limites, mas há uma
905 tendência. Com relação ao PIB, não sabemos o que irá acontecer, estamos, no
906 momento, vivendo tempos de indefinição com aquilo que deverá ocorrer com
907 relação aos agentes econômicos e como estes se comportarão para o ano de
908 2016; e há alguns economistas que preveem que este PIB negativo será maior
909 do que 0,4%, enquanto outros consideram que haverá um movimento por parte
910 dos agentes econômicos de recuperação progressiva para o ano de 2016, de
911 modo que, nossa expectativa é de que isto venha, de fato, ocorrer, mas está
912 completamente fora de nosso controle. Com relação à provisão de reajustes,
913 conforme falamos em nossa reunião, onde apresentamos as diretrizes para o
914 orçamento de 2016, no Co anterior, não seria prudente de nossa parte fazer
915 qualquer estimativa, pois este valor de reajuste depende do dissídio que for
916 estabelecido junto ao CRUESP. O CRUESP definirá isto e veremos como isto
917 poderá ser absorvido, se é que o CRUESP vai decidir em uma direção deste
918 tipo em relação às três Universidades. Com relação à Universidade de São

919 Paulo, não será diferente de suas demais coirmãs, UNESP e UNICAMP, que
920 também estão em situação bastante difícil. Assim sendo, qualquer definição
921 proveniente do CRUESP deverá ser uma definição que levará em conta a real
922 situação das três Universidades e como o andamento do orçamento se
923 desenvolverá ao longo dos primeiros meses, pelo menos os quatro primeiros
924 meses, do ano de 2016.” **Cons. Benedito Honório Machado**: “O único
925 consolo, Professor Adalberto Fischmann, é que o senhor é Economista.” **Cons.**
926 **Adalberto Américo Fischmann**: “Não, não sou.” **Cons. Benedito Honório**
927 **Machado**: “Mas é da área e isso me deixa mais tranquilo, porque estou falando
928 com um profissional do assunto, coisa que, obviamente, eu, como a maioria
929 desse plenário, não somos. A primeira consideração é em relação à COP e,
930 depois, ao Professor Zago. Em relação à COP, em referência à página 6, o
931 último parágrafo da proposta da COP - que o Professor Adalberto detalhou
932 muito bem em sua apresentação - refere-se à utilização do adicional de R\$ 546
933 milhões, que significa o déficit orçamentário do exercício previsto para 2016. A
934 minha questão ao Professor Adalberto é sobre as questões da reserva e da
935 receita própria. Vou, depois, pautar-me pela questão da receita própria que
936 está, pelo menos na minha opinião, adquirindo uma dimensão extremamente
937 importante, sobre a qual a Universidade terá que olhar com mais atenção. De
938 qualquer forma, Professor Adalberto, dos R\$ 546 milhões, se eu entendi
939 corretamente, cerca de R\$ 273 milhões virão das reservas financeiras e R\$ 270
940 milhões virão da receita patrimonial e de serviços. Além disso, do que o senhor
941 apresentou em sua fala, há um déficit adicional de R\$ 106 milhões. Minha
942 questão é a seguinte: da receita e do déficit orçamentário, temos uma parcela
943 expressiva das receitas geradas pela Universidade, que não só a atual
944 administração, mas especialmente as próximas administrações da
945 Universidade vão ter que olhar com muita atenção e carinho, para não ficarmos
946 expostos às questões sazonais da economia e viver essas fortes emoções que
947 vivemos nos últimos dois anos, que seguramente viveremos nos próximos
948 anos; portanto, é sobre essa questão que gostaria que o Professor Adalberto
949 comentasse melhor depois. O déficit de 11% será neutralizado com recursos
950 que vêm, tanto da reserva financeira e investimento, quanto da receita própria
951 da universidade. A última parte desse parágrafo, ainda na página 6, que acho
952 uma questão extremamente importante, é a meta orçamentária estabelecida

953 pela COP, a ser atingida nos próximos dois anos, que trata de ajustar o
954 orçamento da Universidade ao valor de transferência do tesouro estadual. Acho
955 que neste cenário da economia estadual e brasileira, esse ajuste não vai
956 acontecer. De forma que é nesse cenário de pessimismo econômico que acho
957 que as questões das receitas próprias da Universidade devem ser melhor
958 estudadas e propostas devem vir à tona. Por exemplo, a chamada renda
959 própria ou renda industrial, que ao que me consta, corresponde a 5% ou 10%
960 de repasses das entidades que prestam serviços dentro da Universidade,
961 obviamente, em uma situação de crise como essa, esse percentual tem que
962 aumentar em benefício da Universidade. Essas são questões que vamos ter
963 que discutir, para que não tenhamos, no próximo ano, sobressaltos como têm
964 acontecido nos últimos dois, três anos. Vamos ter que encontrar um plano
965 melhor de gestão da Universidade e escolher o que podemos, de fato, manter
966 como atividade fim da Universidade, quais as atividades vamos ter que
967 negociar com a comunidade e o que não precisaremos manter, como é o caso
968 que discutimos antes, sobre um órgão de tubos, por exemplo. Neste cenário,
969 temos grandes desafios. Gostaria, portanto, de ter essas considerações da
970 parte do Professor Adalberto e do Professor Zago, para que tenhamos uma
971 melhor visibilidade, em um cenário muito complexo, que serão os próximos
972 doze meses, que corresponde a essa peça orçamentaria.” **Cons. Adalberto**
973 **Américo Fischmann**: “Suas ponderações estão certas, pois, de fato, esse
974 déficit será coberto, tanto com receitas próprias (recursos próprios que a
975 Universidade arrecada), como com a utilização das reservas. Como não tenho
976 recursos próprios, vou ter que fazer uso das reservas, então está correta essa
977 colocação. Com respeito à sinalização que temos para esse exercício, também
978 não estou entendendo que tudo isso que estamos colocando irá ocorrer de
979 uma forma precisa. Na COP, nos pautamos e discutimos longamente esses
980 números, como a melhor previsão que poderíamos fazer, mas ela está sujeita,
981 sem dúvida alguma, a diversos eventos que poderão ocorrer, tanto no sentido
982 positivo quanto no sentido negativo. Entre a divulgação que recebemos das
983 informações da Secretaria de Planejamento e hoje, já temos uma situação da
984 economia progressivamente deteriorada. Não temos bola de cristal para
985 antecipar o que vai ocorrer durante o exercício de 2016, todavia, quaisquer
986 mudanças que vierem a ocorrer, elas terão que ser levadas em conta. E, como

987 colocamos nas diretrizes orçamentárias para 2016, durante o ano de 2016
988 vamos ter duas previsões do orçamento; uma primeira logo depois da
989 discussão que vai ser travada no CRUESP, em junho com os dados de maio,
990 quando vamos fazer a primeira revisão do nosso orçamento e, uma segunda
991 revisão, já mais para o final do ano, quando o ano já estiver mais definido para
992 justamente ajustar o orçamento. Essas duas revisões já estão programadas e
993 vamos ter que nos ajustar a números que a realidade que vivenciaremos até
994 aquele momento. Sem dúvida alguma, o momento é de preocupação e muita
995 precaução. Vamos ter que olhar com muito cuidado quaisquer
996 comprometimento de recursos com demandas que a Universidade têm e são
997 muitas e vamos ter que zelar com cuidado por isso.” **Vice-Reitor**: “Colegas
998 temos um número muito grande de inscritos e se mantivermos os tempos
999 mínimos, finalizaremos até umas duas horas da tarde. Proponho que falem três
1000 pessoas e, depois, o Professor Adalberto responde, para ver se conseguimos
1001 acelerar e dar oportunidade a todos de discutir.” **Cons. Bruno Sperb Rocha**:
1002 “Em primeiro lugar quero fazer referência a uma questão que está na
1003 introdução da explicação do orçamento 2016. Lá se faz referência a uma série
1004 de aumentos em relação aos gastos em 2015, para pessoas, permanência,
1005 para os restaurantes e para uma série de alíneas. Só que isso não leva em
1006 conta a inflação, um exemplo é a permanência estudantil. Recentemente, a
1007 Reitoria divulgou um comunicado dizendo que a verba para permanência
1008 estudantil aumentou em 2015 em relação a 2014, porque se gastou 211
1009 milhões e no ano anterior 200 milhões. Só que se você pôr nesta conta os
1010 quase 10% de inflação em 2015, na verdade, se tem um corte de quase 5%.
1011 Agora está se dizendo que o gasto com permanência aumentou em 4,6 %, mas
1012 a soma é de R\$ 209 milhões, inclusive, até em termos absolutos, é menos do
1013 que neste ano; ainda mais em termos relativos, pelo menos cerca de 10%
1014 menos do que neste ano. Isso é uma questão - para quem entende de
1015 contabilidade e faz um orçamento como esse - de honestidade. Se fiz a conta
1016 direito, os R\$ 4,9 bilhões são mais ou menos R\$ 300 milhões a mais do que foi
1017 repassado este ano. Então, poderíamos estar comemorando e dizendo que a
1018 situação é ótima, porque está entrando cada vez mais dinheiro na
1019 Universidade, mas é evidente que seria um engano, porque temos 10% de
1020 inflação no ano. Então, a receita, em termos reais, cai. Agora, quando se vai

1021 falar que está se gastando em alíneas como permanência estudantil, ignora-se
1022 a existência da inflação e finge-se que está aumentando os gastos. Portanto,
1023 não se tem aumento nem em pessoal, nem em permanência, nem em
1024 restaurante, nada disso; tem corte. Isso é reflexo de um orçamento que está
1025 sendo proposto e vai ser aprovado por esse Conselho Universitário, que busca
1026 resolver a situação dessa forma, com corte ao invés de - como viemos
1027 discutindo e como a representação vem dizendo a cada reunião - buscar o
1028 aumento de repasse por parte do Estado e, inclusive, também como fez o
1029 conselheiro anterior, questionando o que é arrecadado e o que é repassado
1030 pelas fundações. Somos contra a existência de fundações dentro da
1031 Universidade, repassando o que repassam hoje ou repassando mais, mas,
1032 ainda assim, é evidente que é um questionamento razoável. As fundações
1033 arrecadam rios de dinheiro, que na última reunião, o Professor Fishmann disse
1034 que na verdade é pouquíssimo, então, quero que mostre o quanto arrecadam
1035 as fundações, porque nunca se mostra isso. Não é pouquíssimo, mas
1036 repassam 5% ou 10% para a Universidade. Não estamos a favor de que as
1037 fundações fiquem repassando mais, estamos contra a existência delas, mais
1038 isso aqui é um roubo e tenho certeza que não vai ser aprovado um repasse
1039 maior, mesmo nesta situação, o aumento do repasse de 5% ou 10%
1040 simplesmente porque, como a Adusp vem denunciando, cerca de um terço
1041 deste Conselho Universitário é dirigente de fundações privadas que atuam
1042 dentro da Universidade. Assim, obviamente, não vai legislar que si mesmo
1043 pague mais para a Universidade, vão fazer como sempre: o contrário disso. Por
1044 isso, quero fazer alguns questionamentos nestes dois minutos que faltam,
1045 sobre alguns pontos concretos. Primeiro em relação ao pessoal. A previsão é
1046 feita com base nos salários atuais e o Professor Fishmann disse que não cabe
1047 provisionar recursos para reajuste salarial, mas nos anos anteriores era
1048 provisionado. De forma que, aqui há uma clara mudança, por isso vale, sim, um
1049 questionamento: isso é uma declaração de intenção da parte da COP e, talvez,
1050 da Reitoria de não dar reajuste salarial ano que vem? A segunda questão é
1051 sobre a permanência estudantil, que já fiz referência. Em uma tabela fala-se
1052 em R\$ 70 milhões e na outra fala-se em R\$ 209 milhões. Se entendi bem, é
1053 porque quando fala de R\$ 209 milhões está contando com os gastos com
1054 pessoal nos serviços no que diz respeito a permanência estudantil. Isso

1055 também beira a desonestidade, não em termos contábeis, provavelmente não,
1056 mas em termos de discurso, pois a Reitoria diz que gasta muito dinheiro com
1057 pessoal e, depois, solta declarações dizendo: estamos gastando bastante
1058 valorizando a permanência estudantil. Só que R\$ 140 milhões estão contados
1059 nos dois, e isso se repete, inclusive, em outras alíneas e em outros gastos.
1060 Senão, não dá para entender o que disse o Reitor na última reunião, quando
1061 disse que as creches custam R\$ 24 milhões para quatrocentas crianças e o
1062 auxílio creches para pouco mais de três mil crianças, R\$ 22 milhões; porque
1063 aqui está dizendo que as creches vão custar R\$ 1,5 milhão, ou seja, 0,03% do
1064 orçamento. Portanto, os 24 milhões, só posso supor - não tenho a informação,
1065 como várias outras pessoas não têm - que ele está contando o gasto com
1066 pessoal para dar os R\$ 24 milhões. Mesmo assim, considerando R\$ 24 milhões
1067 e o gasto com pessoal, há de se fazer uma comparação, pois, recentemente,
1068 no jornal da USP, o Reitor disse que o aumento do teto salarial não geraria
1069 impacto para o orçamento, porque esse impacto seria pouco significativo, já
1070 que seria de menos de 1%. Aqui, o impacto no orçamento é de 0,03%, que é
1071 quanto custam as creches, e mesmo os R\$ 24 milhões, contando o gasto com
1072 pessoal, não chega a 0,5%, portanto, não chega a metade do que o Reitor,
1073 para falar dos tetos salarial, chama de impacto insignificante, mas quando se
1074 trata de creches é significativo. Com relação aos restaurantes, diz que há um
1075 aumento de 5% para que continue prestando os serviços. A minha pergunta é:
1076 como? Acabou de ser terceirizado o bandeirão da Faculdade de Direito e
1077 acabou de sair a licitação para a terceirização do bandeirão da Prefeitura, coisa
1078 que havia sido negada pelo Superintendente da SAS, quando o bandeirão da
1079 prefeitura foi fechado. Recentemente, saiu o anúncio de uma negociação para
1080 instalação de um Bom Prato e acabou com um Decreto extinguindo a função
1081 de cozinheiro e auxiliar de cozinheiro, minha pergunta é: se é para continuar
1082 prestando o serviço, como? da forma que é hoje, é com terceirização e como a
1083 extinção dessas funções?" **Cons.^a Marcela Silva Carbone:** "A primeira coisa é
1084 com referência à permanência estudantil, sobre a qual faço das palavras do
1085 Conselheiro Bruno as minhas palavras, mas gostaria de complementar
1086 algumas coisas. Sobre permanência estudantil é muito fácil falar aqui que está
1087 aumentando, quando a gente não se utiliza disso ou quando os nossos filhos
1088 não precisam se utilizar disso. Aumentar a permanência estudantil significa

1089 melhorar o encanamento do meu apartamento do CRUSP, melhorar a
1090 insalubridade do meu apartamento do CRUSP, significa que quando chover
1091 não vai ter mais infiltração e não vai molhar toda minha cama no meu
1092 apartamento do CRUSP, significa que vamos ter uma boa bolsa para poder
1093 complementar nossos estudos, uma boa bolsa moradia para aqueles que não
1094 conseguem apartamentos no CRUSP, porque R\$ 400, para quem for procurar
1095 quitinete no entorno não dá, pois o valor é de R\$ 900 para cima. Então, com R\$
1096 400 ninguém consegue permanecer na Universidade. Aumentar a permanência
1097 estudantil significa aumentar dinheiro, precisa aumentar o investimento neste
1098 setor e se os dados estão dizendo que o aumento é de 4,6% e a inflação está a
1099 10%, isso não é um aumento, como o Conselheiro Bruno colocou, é corte. Na
1100 minha opinião isso não vai resolver o problema da Universidade de São Paulo,
1101 inclusive, vai seguir e aprofundar sua elitização. Segundo ponto. Gostaria de
1102 saber para onde vai o dinheiro das fundações e também qual o impacto dos
1103 escândalos de corrupção, que saíram no Estadão e em outros jornais
1104 protagonizados por muitas pessoas da Universidade de São Paulo. Além disso,
1105 queria compreender por que o Reitor e a Universidade não cobram mais
1106 dinheiro do Governador do Estado de São Paulo? Por que não aumentar o
1107 repasse de 9% para 11,6%? Já que a Universidade de São Paulo se expandiu,
1108 desde 1995, e vem se expandido, mas o investimento não se expande. O que
1109 queremos, a precarização e privatização da Universidade que é pública?
1110 Porque é isso que parece. Outra coisa, isso não falamos, mas em 2014 a
1111 histórica mobilização que os trabalhadores fizeram nesta Universidade
1112 conseguiu impor para esse Conselho Universitário o adiamento, inclusive, o
1113 engavetamento da proposta de desvinculação do HU, mas o Reitor, passando
1114 por cima de todas as reivindicações, colocou para fora 209 trabalhadores do
1115 HU, fechou 56 leitos, sendo que 40% são de UTI, o que é absolutamente grave
1116 para a situação da nossa Universidade, tanto para o estudo quanto do ponto de
1117 vista da saúde, dos estudantes e do entorno e de todas as pessoas que se
1118 utilizam desse hospital. Também, fechou setores de ortopedia, entre tantas
1119 outras coisas. Agora soltou uma portaria que, com uma canetada, extinguiu a
1120 função de cozinheiro e de auxiliar de cozinha. Isso atingiu mais de 300 pessoas
1121 na SAS, o que também é um absurdo e caminham para precarização, ainda
1122 mais da nossa possibilidade de ter um almoço de qualidade, porque todos aqui

1123 dispõem de VR e, agora, na hora do almoço, vão poder almoçar em bons
1124 restaurantes, mas nós, estudantes, não. Nós, agora, na hora do almoço, vamos
1125 ter que ir lá para o bandejão e pegar fila, muita fila para entrar, porque não têm
1126 funcionários. Essa é a realidade da Universidade de São Paulo que tem tudo a
1127 ver com o orçamento. Por último, o tema das creches. Espero que os
1128 professores permitam que possamos entregar um comunicado dos setores das
1129 creches que gostaria de fazer a leitura: 'Segundo nossa Constituição Federal, o
1130 Estado, qual a Universidade faz parte, não pode retroceder no que se refere às
1131 políticas públicas da primeira infância, política pública esta que a Universidade
1132 faz parte com a função social de formar quadros e ampliar, alargar a
1133 experiência social e cultural na área da educação na primeira infância, por meio
1134 de pesquisas de ponta inovadoras que alimentem o país como um todo.' Além
1135 de ser uma política de permanência, porque faz com que as mulheres mães
1136 possam garantir o seu direito de estudar. O que aconteceu com o fechamento
1137 das vagas das creches é que muitas vezes as mulheres mães tiveram que
1138 colocar seus filhos dentro da sala de aula e muitas vezes sofreram retaliações
1139 por causa disso. Então, em minha opinião, é só fazer coro com o que o Geraldo
1140 Alckmin está fazendo com o Estado de São Paulo, fechando escolas e
1141 precarizando a educação. Na minha opinião, é isso o que está acontecendo
1142 aqui, com esse orçamento que vai ser votado: corte e precarização da
1143 Universidade de São Paulo." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Como
1144 estamos falando de orçamento, gostaria de fazer uma singela contribuição para
1145 diminuir as despesas da Universidade de São Paulo. Gostaria que essa gestão
1146 acabasse com as chefias. Vou dar um exemplo: a Faculdade de Direito tem
1147 145 funcionários e 55 chefias, mais os seus substitutos, sendo que têm
1148 pessoas que têm cargos de chefias e sequer têm subordinados para chefiar,
1149 por isso fica aqui minha singela proposta para o Magnífico Reitor. Outra
1150 questão é que gostaria de perguntar para o Professor Fishmann o seguinte: no
1151 orçamento, não percebi a previsão de aumento salarial para 2016. Gostaria
1152 que ele respondesse se está previsto, pelo menos, a reposição da inflação. A
1153 terceira pergunta é o seguinte: quero agradecer ao Professor Fishmann,
1154 porque tenho feito perguntas aqui e ele, inclusive, tem me respondido por
1155 ofício, mas uma pergunta que tenho insistido é a do dinheiro proveniente dos
1156 convênios com a Petrobras, pois sabemos que várias unidades têm convênios

1157 com a Petrobras, inclusive museus, de forma que gostaria que fosse
1158 explicitado, em toda exposição do Professor, o que significam esses convênios
1159 e o quanto entra (deve entrar milhões e milhões de reais) e é necessário
1160 fiscalizar muito bem esse dinheiro que adentra a Universidade de São Paulo.
1161 Outra questão: observei, no orçamento, que a dotação básica para a aquisição
1162 de equipamentos de proteção individual aumentou, mas o que acontece é que
1163 não temos o controle desse dinheiro e os equipamentos de proteção individuais
1164 são adquiridos pelos diretores de unidades. Assim, temos unidades em que o
1165 SESMT dá treinamento para os funcionários, os funcionários ficam todos
1166 ansiosos para utilizar os equipamentos de proteção individual e o diretor não
1167 adquire esses equipamentos. Dessa forma, não adianta aumentar a verba se
1168 não existir um controle e se, na realidade, ninguém souber aonde vai parar
1169 esse dinheiro, porque têm unidades necessitando desses equipamentos de
1170 proteção individual para trazer segurança para os funcionários e não adquirem.
1171 Para terminar, sobre as questões dos precatórios, já ouvi falar aqui que o
1172 pagamento de precatórios é pouco. Não é pouco não, é muito. Neste caso, tem
1173 que se encontrar um mecanismo para que o ator público que provocou esse
1174 precatório pague a Universidade pelo prejuízo causado. Temos processos de
1175 danos morais, demissões irregulares e não pagamento de direitos trabalhistas
1176 que, muitas vezes, esses precatórios são cometidos por diretores de unidades.
1177 Então, que esse diretor, quando a Universidade pagar a pessoa que entrou na
1178 justiça, reponha esse dinheiro para a Universidade, porque o ator responsável
1179 por aquele precatório não foi nem o Reitor, nem o contribuinte e nem a
1180 comunidade uspiana, mas sim foi um ato ilícito do administrador público.”
1181 **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Com relação à questão de aumentos,
1182 de fato mantivemos os mesmos salários já praticados no ano de 2015, sem
1183 alteração. Como falamos anteriormente, vamos fazer uma revisão desse
1184 orçamento de 2016 por volta do mês de junho, com base nos dados de maio.
1185 Então, essa será a oportunidade que fazemos a primeira revisão do
1186 orçamento. Relativo à permanência estudantil, mantivemos os mesmos valores
1187 praticados no ano de 2015 e, com relação às creches, que foram mencionadas
1188 tanto pela Conselheira Marcela, como pelo Conselheiro Bruno, essa é uma
1189 decisão que já foi tomada anteriormente e ela está sendo mantida e seguida
1190 dessa forma. Com relação aos recursos provenientes das fundações, eles

1191 acabam incorporando o orçamento da USP como recursos que temos como
1192 receitas, que são incorporadas ao orçamento. A questão de pedir mais
1193 recursos ao governo do Estado de São Paulo é uma questão bastante difícil,
1194 embora seja o caminho mais fácil se o governo do Estado dispusesse desse
1195 recurso, mas sabemos perfeitamente que o governo do Estado está, também,
1196 em uma situação bem difícil. Várias atividades do Estado encontram-se, de
1197 certa forma, com dificuldades de se manter em plena atividade, e qualquer
1198 aumento, que seria desejável de ser obtido por parte da Universidade,
1199 implicaria em redução de transferência para outras secretarias ou outros
1200 órgãos do governo. De forma que essa é uma questão muito complexa e muito
1201 difícil de ser conseguida. Com relação aos restaurantes da SAS e o pessoal
1202 que tem sido reduzido, também é uma política que foi adotada anteriormente e
1203 que está sendo seguida. Com relação aos reajustes salariais, conforme a
1204 Conselheira Neli apontou, já comentamos anteriormente que esses reajustes
1205 não foram incorporados ou provisionados nesse orçamento, porque não temos
1206 ainda quaisquer informações a respeito de como isso irá acontecer no Estado.
1207 Mas, de qualquer forma, neste ano percebemos o agravamento da situação da
1208 economia, o que nos faz levar a uma posição de maior cautela com relação ao
1209 orçamento. Referente aos EPIs, que os diretores são instados a adquirir para
1210 os seus servidores, na verdade, isso ocorre não só com relação aos diretores
1211 de unidades, mas também de todos os órgãos da Universidade, notadamente
1212 prefeituras, SAS, etc. Se algum diretor for responsável e não está seguindo o
1213 que é recomendado pelo próprio orçamento e pelas recomendações do
1214 SESMT, certamente ele não está cumprindo com as suas obrigações.
1215 Finalmente, com relação aos precatórios, concordo com a conselheira Neli.
1216 Havendo possibilidade de responsabilização de quem tomou qualquer decisão
1217 equivocada, é muito correto que a Universidade procure responsabilizar aquele
1218 gestor que praticou algo indevido.” **Cons. José Renato de Campos Araújo:**
1219 “Quero fazer apenas uma pergunta para o Professor Adalberto Fischmann
1220 sobre a resposta que ele deu agora. O Senhor disse, sobre as creches, que só
1221 estava implementando uma política já aprovada anteriormente. Não entendi
1222 que política é essa. Gostaria só desse esclarecimento, ou seja, qual política e
1223 onde foi aprovada?” **M. Reitor:** “A questão das creches, obviamente, não é um
1224 tema a ser tratado e decidido no Conselho Universitário. É uma questão de

1225 gestão. O que a Reitoria tem feito é uma atitude de prudência diante dos
1226 gastos crescentes de todos os setores da Universidade. Além do mais, diante
1227 do fato de que um programa de demissão voluntária - absolutamente
1228 necessário, porque foi este programa que garantiu, pelo menos, que nós
1229 pudéssemos manter, com tranquilidade, a previsão de pagamento de salários
1230 no futuro imediato - criou-se situações com as quais a Reitoria não podia
1231 compartilhar, ou seja, trazeremos crianças em situação de insegurança. Então,
1232 essa é uma iniciativa de responsabilidade da Reitoria e será mantida neste
1233 momento. Passado o início do próximo ano, esclarecida de uma maneira
1234 razoável qual será o futuro orçamentário e financeiro da Universidade, diante
1235 desse panorama que ninguém nesta sala é capaz de fazer uma previsão
1236 razoável do que será e passado o período de discussão do dissídio salarial,
1237 que não será discutido agora, por mais que queiram, não é o momento de fazer
1238 isso e não há condições, neste momento, para se fazer esse tipo de discussão,
1239 passado este período, a Reitoria promoverá uma discussão com aqueles que
1240 devem e precisam participar, para estabelecer uma política do que acontecerá
1241 com as creches da Universidade de São Paulo. Isso será anunciado no final do
1242 primeiro semestre do próximo ano.” **Cons. Gabriel Maurilio Colombo de**
1243 **Freitas**: “Quero fazer uma fala dividida em duas partes. Uma delas é sobre o
1244 que significa esse processo que discutimos no Co, do orçamento e a outra
1245 parte será sobre algumas observações específicas sobre o orçamento.
1246 Começo com algumas observações específicas sobre orçamento. Por exemplo,
1247 na parte de relatar as modificações do orçamento, o Professor Fischmann
1248 alerta que dada à prioridade, por exemplo, do material bibliográfico, ele é feito
1249 no investimento de 20 milhões. Isso significa, na verdade, um corte de 41% em
1250 relação ao ano passado. Isso mostra um pouco, como o Conselheiro Bruno
1251 levantou, que falta transparência neste orçamento para 2016. Não tem
1252 comparação nenhuma com o ano passado e as descrições são insuficientes.
1253 No caso da política de permanência, as creches sofrem um corte de 20% e o
1254 Restaurante Universitário também sofreu um corte de 16%. Ao mesmo tempo
1255 que, de um lado nota-se todos esses cortes nas políticas de permanências, por
1256 outro há um aumento em um programa denominado de Integrado de
1257 Segurança. Procurei informações sobre isso, mas não sei o que é. É um
1258 aumento da ordem de 333%, sobe de R\$ 3 milhões para R\$ 10 milhões os

1259 gastos, mas não tem, em local nenhum, indicado que programa seria esse e
1260 onde seriam alocados esses recursos, acho que está na linha dos recursos
1261 específicos mesmo. De uma maneira geral, chamou a atenção, porque é isso
1262 que discutimos aqui hoje, que se coloca como uma crise e como necessidade
1263 de corte e o Reitor acaba de afirmar que não cabe ao Co debater sobre a
1264 continuidade ou não das creches, como se fosse um grande problema o
1265 orçamento que enfrentamos hoje. Como muito bem lembrado pelo Conselheiro
1266 Bruno nas últimas reuniões, esse é um problema que cai aqui dentro, mas que
1267 poderia ser solucionado se os acordos com o Estado fossem cumpridos. Isso
1268 significa, no processo em que vivemos, com algumas modificações lentas e
1269 outras mais abruptas, que vai determinando uma nova forma de ser da
1270 Universidade, para encaixa-la no modelo de Estado mínimo, com menos
1271 investimentos na educação. Temos diversas provas dessas modificações
1272 lentas, sempre ressaltadas na questão da expansão da precarização, com a
1273 expansão do número de cursos, do número de vagas, do número de
1274 funcionários, docentes e de técnicos administrativos e a não expansão dos
1275 investimentos. Portanto, essa é uma combinação perversa, porque se expande
1276 precarizando. Uma modificação mais abrupta, em 2012 a Universidade tinha
1277 uma reserva financeira de R\$ 3 bilhões e foi pressionada sob a argumentação
1278 de que era muito, e então a Universidade foi queimando. Uma prova que temos
1279 disso é que hoje foi comentado de um órgão de tubos, que ninguém sabe o
1280 valor específico dele, por onde passou a ordem de compra, e que não tinha
1281 sequer lugar para ele ser aplicado. Que tipo de gasto irresponsável é esse?
1282 Esse gasto foi feito justamente na época em que se buscava queimar as
1283 reservas e, hoje, a argumentação de que estão se esgotando as reservas é a
1284 desculpa para acabar com a permanência estudantil, para acabar com as
1285 creches, não dar aumento para os professores e para flexibilizar as carreiras.
1286 Assim, vemos que é um processo pressionado de fora e, ao mesmo tempo,
1287 interno, de responsabilidade da gestão da Reitoria, como o próprio Reitor
1288 acabou de assumir a responsabilidade na gestão da creche. Esse processo vai
1289 desconfigurando e vai criando uma nova forma de universidade, que não é a
1290 universidade pública a qual conhecíamos, mas uma universidade que é, cada
1291 vez mais, carente de recursos e cada vez mais necessitada de investimentos
1292 externos. Prova disso é que vamos discutir, após esse Caderno, o Programa

1293 Parceiros da USP, ou seja, mais uma forma de arrecadar dinheiro. Dessa
1294 forma, encolhemos os recursos da Universidade para ser justificativa de acabar
1295 com as condições de permanência, assim, enquanto sequer conseguimos
1296 avançar nas condições de acesso pleno da Universidade, já precarizamos as
1297 condições de permanências. Além disso, é cortar o máximo, terceirizar os
1298 funcionários técnicos e administrativos e flexibilizar a carreira docente. Há
1299 dados que são estranhos, de uma contratação de docente que houve na
1300 EACH, acho que em 9 de setembro saiu no Diário Oficial, de uma professora
1301 assistente cuja carga horária é de 12 horas semanais, o salário de R\$
1302 1.200,00, ou seja, menor que uma bolsa de mestrado. Que tipo de política é
1303 essa que vem sendo implantada? O que esse Co expressa discutindo que tem
1304 que cortar, porque é uma crise forjada interna e externamente e cortamos, sem
1305 sequer alertar e atentar o que significa, passa aqui como se tudo fosse muito
1306 normal em relação a esses cortes que estamos fazendo, mas não é. Estamos
1307 descaracterizando a Universidade que temos construído até aqui.” **Cons.**
1308 **Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Quero compartilhar com os colegas um
1309 sentimento e, para isso, tomo a liberdade de lembrar que em março de 2014 e
1310 em dezembro de 2014, quando estávamos discutindo, respectivamente, os
1311 orçamentos de 2014 e 2015, vim a esse microfone para dizer que não
1312 concordava com o orçamento e que, no entanto, votaria e pedia a todos os
1313 meus colegas um voto de confiança, na perspectiva de que conseguiríamos
1314 reconstruir um orçamento a partir de bases mais concretas e mais
1315 transparentes, e insistia no fato de que o binômio série histórica e corte linear,
1316 pura e simplesmente, reproduz e agrava desigualdades históricas. Em algum
1317 momento, cheguei ao exemplo de uma empresa que eventualmente tivesse um
1318 funcionário que ganha salário mínimo e um funcionário que ganha 20 mil reais
1319 e cortasse 30% dos dois e saísse convencido que isso tinha sido justo. Neste
1320 momento, fico, ao mesmo tempo, esperançoso com a fala inicial do Professor
1321 Zago, que colocou como desafio, não só da COP, mas um desafio de todos
1322 nós, que para o próximo ano, de fato, consigamos avançar em repensar como
1323 formatar um orçamento que não insista, mais uma vez, em série histórica e
1324 corte linear. Fico esperançoso que avancemos enquanto Universidade. Não
1325 estarei aqui para votar o próximo orçamento e é por isso que vim aqui para,
1326 mais uma vez, lembrar o quanto isso é importante. Para unidades menores e

1327 unidades em fase de implantação, essa política pode ser particularmente
1328 brutal. Em 2013, a Unidade que dirijo recebeu, se considerarmos as dotações
1329 básicas mais recursos para treinamento, mais manutenção predial,
1330 equipamento de segurança e equipamento de informática, enfim, o que
1331 poderíamos chamar, se o Professor Adalberto me permite, de dotação básica
1332 ampliada, aquilo que a direção da Unidade e o CTA tem a possibilidade de
1333 gestão, R\$ 757 mil. Entendo que a maioria dos senhores e senhoras estão
1334 dizendo assim: só isso? Só isso. Em 2016, será R\$ 445 mil, uma redução de
1335 41%, em termos nominais, se for colocada a inflação, teríamos que funcionar,
1336 em 2016, com menos da metade da dotação de 2013. Essa redução não
1337 observando na mesma proporção em todas as alíneas do orçamento. Acho que
1338 é extremamente importante pensar que a redução da disponibilidade de
1339 recursos para custeio e investimento nas unidades de ensino e pesquisa - que
1340 estão mais próximas das atividades fins da Universidade - pode nos levar
1341 rapidamente a uma situação onde que não seja mais possível dizer que a
1342 situação orçamentária não está prejudicando as atividades fins da
1343 Universidade. Portanto, fica aqui meu desalento por não poder, na terceira
1344 oportunidade, votar um orçamento restritivo, um orçamento austero que,
1345 inevitavelmente, terá que ser, mas que me pareceu mais justo e a minha
1346 esperança, Professor Zago, é que consigamos realizar esse avanço no próximo
1347 ano, ainda que eu não esteja mais no Co.” **M. Reitor:** “Se isso ocorrer, o
1348 senhor será lembrado.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** “Nós, neste
1349 momento, não estamos discutindo o orçamento da Universidade de São Paulo.
1350 Na realidade, alguém já disse que quando se apresenta um orçamento e se
1351 discute um orçamento, está, na realidade, discutindo ou apresentando a
1352 política de como você vê aquela instituição para qual você vai destinar aquela
1353 peça orçamentaria. A grande questão que vejo é: qual a USP que
1354 pretendemos ter daqui para frente ou a partir dessa série de discussões de
1355 orçamentos que já vem, desde o ano passado, de uma fase de restrição de
1356 dinheiro? Ela é a USP que tem a excelência que sempre nos orgulhamos? É a
1357 USP que vai avançar e estará na liderança de processos acadêmicos de
1358 inovação, criatividade e de benefício à nossa sociedade, ou vai ser uma USP
1359 que vai tentar, a todo custo, suportar o que pode e o que não pode, apenas
1360 para se acomodar ao orçamento existente? Falo isso por várias razões.

1361 Primeiro, o Prof. Zago, reiteradamente, ressaltou neste Conselho, pelo menos
1362 desde as últimas três sessões, quando ele foi instado pelo Professor João
1363 Vitor, que é responsabilidade da Reitoria e da COP apresentar um orçamento e
1364 a forma de encaminhar a dotação orçamentária para que aquele orçamento se
1365 cumpra. E ele ressaltava sempre que é do Reitor, da COP e do Conselho
1366 Universitário - Conselho Universitário somos nós. Penso um pouco diferente,
1367 acho que isso não está correto. Penso que a liderança de encontrar soluções
1368 para os nossos problemas orçamentários deve ser da Reitoria, sim, deve ser
1369 da COP, como Comissão Assessora, e o Co tem que dizer sim ou não. Temos
1370 que nos conformar a ir cortando, como foi comentado aqui, baseado em séries
1371 históricas e cortes lineares, ou seja, apenas brutos em todos os setores ou
1372 temos uma Universidade que queremos preservar e ela tem que ser olhada
1373 com mais cautela e com um pouco mais de atenção. A maneira como isso vai
1374 ser feito é algo extremamente importante. Por exemplo, concordo com
1375 manifestações dos funcionários e alunos e de outros professores, de que um
1376 orçamento em que se prevê 0% de aumento para o funcionalismo como um
1377 todo, é inaceitável. Isso não deve estar em cogitação. Nós devemos colocar,
1378 mesmo com o risco de aumentar o déficit, alguma previsão orçamentária para
1379 aumento salarial, porque estamos sinalizando para o CRUESP, 'olha, a USP
1380 está disposta a manter essa estrutura, manter a sua excelência e conservar o
1381 poder de compra dos seus assalariados em uma base de 10%, que é a
1382 previsão da inflação para o ano que vem.' A Reitoria e as Pró-Reitorias, os
1383 dirigentes da nossa instituição podem dizer que não temos dinheiro para fazer
1384 isso, pois vamos sangrar ainda mais o orçamento. Eu ouvi aqui – e isso é um
1385 pouco o papel do Conselho - inúmeras propostas de aumento da arrecadação
1386 e de aumento das receitas da Universidade, que passam desde a cobrança de
1387 acordos firmados pela expansão da Universidade que não foram cumpridos,
1388 potencial aumento da alínea do ICMS e que possa ser arrecadado, até
1389 proposta de criação de *endowments* para captar recursos no mercado
1390 financeiro. Ou seja, o próprio Conselho Universitário está fazendo o seu papel,
1391 está dando dicas de onde podem vir várias fontes de recursos extras
1392 orçamentários, ou melhor, fora desse padrão de transferência do ICMS. Então,
1393 acho que esse orçamento, como Conselheiro membro do Conselho
1394 Universitário, representando a Faculdade, não tenho condições de aprovar,

1395 porque não concordo com um orçamento que não prevê, por exemplo, um
1396 percentual de reajuste de salários, uma manutenção de serviços importantes
1397 da Universidade de uma maneira diferenciada, como foi dito por alguns
1398 conselheiros, e não em corte simplesmente linear. Acho que a Universidade
1399 pode mais do que isso, ela tem condições de fazer coisas melhores. Não vejo
1400 como possamos encaminhar a aprovação ou não aprovação dessa ementa,
1401 porque a maior parte dela é uma peça de ficção. Ele (o orçamento) mistura
1402 dados de PIB, que provavelmente são calculados em dólares, com dados de
1403 arrecadação, que muitas vezes, são corrigidos pela inflação com valores
1404 nominais, ou seja, é uma barafunda que eu não consegui entender direito e
1405 desisti disso. A minha tentativa de contribuição para essa discussão é que esse
1406 orçamento, que tentamos discutir aqui agora e que deveria estar refletindo a
1407 política da Universidade, não foi abordado da maneira adequada, no meu modo
1408 de ver. Não se trouxe aqui uma proposta de qual universidade teremos e qual a
1409 maneira mais eficaz e eficiente de atingir esses objetivos de universidade que
1410 queremos. Porque é disso que se trata, acho que essa é nossa discussão de
1411 hoje.” **Cons.ª Gabriella da Silva Luz**: “É importante trazer a reflexão, neste
1412 momento, de que o debate sobre o orçamento da Universidade, mais uma vez,
1413 vem se dando de uma maneira antidemocrática, porque o Conselho
1414 Universitário não consegue representar toda a diversidade que encontramos na
1415 Universidade de São Paulo. E o que é ainda pior é que muitas das decisões
1416 sobre o orçamento da USP são todas por fora do Co, por debaixo dos panos e
1417 em reuniões que são ainda menos representativas. Tudo isso se mostra como
1418 um grande erro, porque o que é decidido sobre o nosso orçamento está
1419 diretamente ligado com os rumos da Universidade, com a garantia da
1420 manutenção de sua qualidade ou da sua precarização. E um exemplo disso
1421 são os debates que vêm ocorrendo sobre as substituições dos bandejões por
1422 restaurantes Bom Prato e, também, a questão da redução do número de vagas
1423 nas creches para as mães estudantes. Nada disso passou pelo Conselho
1424 Universitário e isso é bem ruim. Neste sentido, enquanto representante
1425 discente dos alunos, venho trazer a preocupação de quem está dentro da sala
1426 de aula e de quem é estudante da USP, que não participa da maioria destes
1427 debates, e que sente que a Universidade pode piorar a cada dia, porque todas
1428 essas medidas são tomadas em reuniões e conselhos que não são

1429 representativos e que são antidemocráticos. Então, viemos para garantir que
1430 se as coisas continuarem a se dar dessa maneira, nós, estudantes, juntos com
1431 os funcionários e professores aliados, vamos nos manifestar contra o projeto
1432 de precarização e sucateamento da Universidade, como é o exemplo que
1433 vemos da manifestação que está ocorrendo lá fora nesta manhã, pelos
1434 funcionários; e que vamos nos mobilizar para que a USP continue sendo uma
1435 Universidade pública e mantenha a sua qualidade.” **Cons. João Cyro André**
1436 **(apresentação)**: “O orçamento da USP proveniente de receitas do Tesouro do
1437 Estado é de R\$ 4,940 bilhões, que é 2,1% maior do que a estimada para 2015
1438 e 7,2% maior do que a efetivamente recebida. Isso corresponde a 10% do
1439 orçamento do Estado de São Paulo; é um valor extremamente significativo o
1440 que a Universidade recebe e deve responder à sociedade. A despesa total da
1441 USP prevista no orçamento é de R\$ 5,483 bilhões, que supera em 11% o valor
1442 da receita. Essa despesa não contempla o aumento salarial em 2016. Nessas
1443 condições de orçamento utiliza-se R\$ 543 milhões da reserva financeira da
1444 USP, isso corresponde a 43% do seu valor de R\$ 1,255 bilhão ao final desse
1445 ano, sem as correções das aplicações financeiras para cobrir um déficit que já
1446 se tornou sistemático, implantado em 2011 e até agora não integralmente
1447 corrigido. A USP, no cumprimento do artigo primeiro de seu Estatuto, deve
1448 atuar com responsabilidade fiscal e limitar seus gastos ao valor da receita
1449 transferida do Tesouro do Estado. A continuidade de uma situação econômica
1450 financeira insustentável terá consequências dramáticas para a Universidade de
1451 São Paulo, para que possa atingir seus fins previstos em seu artigo segundo do
1452 Estatuto, e atender as expectativas da sociedade que a financia. O artigo
1453 segundo do Estatuto diz respeito ao ensino e à pesquisa. Usando uma
1454 linguagem médica, há uma hemorragia ocorrendo que está sendo reduzida,
1455 reconhece-se, mas não estancada, e sempre compensada por uma única bolsa
1456 de sangue. O resultado dessa situação é conhecido. Essa é a imagem que me
1457 vem à mente quando acompanho a situação econômica financeira da USP e
1458 analiso seus orçamentos. A principal razão para essa situação foi o aumento
1459 dos servidores técnicos e administrativos, isso tem que ser dito. Ela é agravada
1460 com o aumento significativo de VA e VR, congelados desde 2014, e também,
1461 por vários itens de custeios, que devem ser avaliados. Esse gráfico mostra
1462 exatamente a situação, quando começa em 2011 a escalada de gastos e,

1463 depois, a redução que a atual gestão procurou fazer. Os objetivos maiores da
1464 USP são o ensino e a pesquisa, e seus agentes principais são os alunos, os
1465 seus professores e, subsidiariamente, seus servidores técnicos e
1466 administrativos, que atuam em ensino e pesquisa e na administração
1467 necessária. Serviços não diretamente relacionados a essas atividades não
1468 necessitam de execução direta da Universidade de São Paulo. Em relação aos
1469 professores, pode-se observar que os salários de ingresso na carreira precisam
1470 ser melhorados e os salários dos topos da carreira estão limitados por um teto
1471 estadual. Essa situação desmotiva os mais jovens a buscar as universidades
1472 estaduais paulistas e penaliza os professores de carreiras mais longas na
1473 Universidade de São Paulo, o que provocará efeitos danosos para o futuro da
1474 Universidade. Como decorrência de recente reforma estatutária, a COP
1475 recebeu a competência de elaborar proposta de parâmetros de
1476 sustentabilidade econômico-financeira para a Universidade, a ser aprovada
1477 pelo Conselho Universitário e que considera entre vários aspectos - destaque - o
1478 limite de gastos com a folha de pagamentos. As diretrizes orçamentárias da
1479 USP para 2016 não apresentam, explicitamente, esses parâmetros, o que não
1480 propicia ao Conselho Universitário a possibilidade de uma avaliação global
1481 mais qualificada. É indispensável a apresentação de um plano de curto prazo
1482 para recuperar a condição de sustentabilidade econômica e financeira da USP,
1483 que tivemos até 2010. A elaboração e implementação do plano de curto prazo
1484 para recuperar a condição de sustentabilidade econômico-financeira da USP é
1485 uma tarefa muito difícil, mas indispensável. Ela envolve aspectos
1486 administrativos, jurídicos, políticos e sociais da altura da inteligência disponível
1487 nesta Universidade. Reitero que se reconhece, nas diversas ações da atual
1488 gestão, os esforços significativos para o equilíbrio fiscal, entretanto, eles não
1489 têm sido suficientes. É louvável a meta de 2015 da COP para equilíbrio fiscal e
1490 é importante que ocorra as revisões orçamentárias, com o maior respeito à
1491 gestão reitoral atual e à COP, e também por defender o factível equilíbrio fiscal
1492 na Universidade de São Paulo, que não consigo enxergar nesta peça
1493 orçamentária, votarei pela não aprovação do orçamento e quero propor que ele
1494 seja reapresentado a este Conselho com cortes e que represente no máximo a
1495 utilização de 20% da reserva financeira da Universidade de São Paulo.” **Cons.**
1496 **Marcos Nogueira Martins:** “Queria fazer dois comentários, ambos críticos. O

1497 primeiro em relação a algumas manifestações que foram feitas aqui, colocando
1498 o trabalho da COP como próximo da desonestidade ou coisa que o valha, que
1499 acho profundamente lamentável. Acho que é um trabalho difícil, que foi muito
1500 bem feito dentro dos parâmetros que se tem para trabalhar, que são
1501 questionáveis, mas são estes com os quais temos trabalhado. Temos que dar o
1502 devido respeito e o crédito necessário à COP e a quem fez esse trabalho. A
1503 outra crítica que queria fazer é em relação à informação que é veiculada sobre
1504 a nossa situação orçamentária. Refiro-me, não sei exatamente o que está
1505 sendo televisionado, não sei de que lado vem a imagem. Essa é a manchete
1506 do Jornal da USP de duas semanas atrás, onde está escrito: 'o déficit da USP
1507 vai cair, veja quanto'. Aí você abre o Jornal e na outra página estão essas
1508 informações sobre o orçamento da USP para 2016, que nós recebemos.
1509 Nessas informações do texto é omitido o fato de que o déficit de R\$ 546
1510 milhões previsto tem um reajuste salarial zero, que, ao contrário, do Professor
1511 Arêas, eu espero que ele seja mesmo zero no ano que vem, porque acho que
1512 não temos espaço para qualquer reajuste que seja diferente de zero. O que
1513 acontece, que discordo dessa manchete é que, como foi feito esse ano,
1514 tivéssemos um reajuste igual a inflação, o nosso déficit seria igual ao déficit
1515 deste ano. Estou errado Professor Adalberto? Estou certo, porque nossa folha
1516 é de R\$ 5 bilhões, aproximadamente, e 10% disso são R\$ 500 milhões a mais,
1517 fazendo com que os R\$ 500 milhões do déficit sejam R\$ 1 bilhão, ou seja,
1518 exatamente o que temos hoje. Então, a nossa situação é gravíssima e continua
1519 gravíssima e não adianta fingirmos que está melhorando e passar essa
1520 informação para o pessoal que está aos berros do lado de fora. O que acho
1521 que temos que fazer é preparar os espíritos para a má notícia que deve chegar
1522 em maio. Se continuarmos dizendo que está tudo em ordem e chegar em maio
1523 e disser para o pessoal que não terá como dar aumento ou reajuste, acho que
1524 vai ser muito pior do que se começarmos a avisar, desde já, que a situação
1525 está muito crítica. Assim, espero e proponho à direção que - e eu concordo
1526 com o Professor João Cyro que a Administração está fazendo um trabalho
1527 muito sério e muito importante sobre o orçamento, está mantendo-o
1528 razoavelmente bem, e é importante que as atividades fins da Universidade
1529 continua sendo feita adequadamente - deixe claro a situação crítica que
1530 estamos vivendo. Só para dar um recado ao Professor Carlos Martins, a

1531 respeito de seu orçamento: bem-vindo ao clube, sei que o corte linear é burro e
1532 sei também que essa coisa de fazer série histórica também é. Acho que temos
1533 que fazer mudanças adiabáticas, uma instituição como a Universidade não
1534 pode fazer mudanças radicais, principalmente em termos de orçamento. O
1535 corte linear é burro, mas ele permite que o gestor possa fazer mudanças
1536 internas para se colocar mais dinheiro onde precisa e ir tocando. Na situação
1537 que estamos vivendo é o que dá para fazer, e espero que continuemos fazendo
1538 isso de forma adequada.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Vou fazer
1539 rápidos comentários. Primeiro, com relação ao Programa Integrado de
1540 Segurança, de fato houve um incremento e ele diz respeito à nova sistemática
1541 de segurança implantada neste segundo semestre de 2015 e que deverá
1542 persistir para 2016. Com relação ao orçamento, que tem se baseado bastante
1543 nas séries históricas e no corte linear, conforme os professores Carlos Martins
1544 e Marcos Martins ressaltaram, acho que são contribuições muito interessantes,
1545 que tenho certeza que a COP se compromete a estudar isso com bastante
1546 carinho, visto que nem sempre essas aplicações lineares são corretas e séries
1547 históricas são corretas. Então vamos olhar isso com bastante carinho e
1548 certamente traremos novidades para o próximo exercício. Referente à
1549 acomodação do nosso orçamento, as disponibilidades que estimamos receber,
1550 de fato isso é a realidade. Não podemos ousar a colocar no nosso orçamento
1551 despesas para as quais não temos a mínima segurança de que teremos
1552 recursos. Assim, temos que ser prudentes e comedidos e, infelizmente, temos
1553 que nos acomodar a esse orçamento. Com relação ao plano de curto prazo,
1554 que o Professor João Cyro referiu, estou plenamente de acordo. Acho que
1555 todos nós estamos de acordo e, vou mais longe, precisamos ter planos não só
1556 de curto prazo, mas de médio e longo prazos, porque a Universidade é uma
1557 entidade que olha bastante para o futuro, e curto prazo para nós é alguma
1558 coisa muito curta mesmo - desculpe o trocadilho -, mas de fato, neste
1559 momento, o que urge é ter um olhar para esse horizonte mais curto. Com
1560 relação ao limite de comprometimento de reservas, seja em 20% ou em
1561 qualquer valor, está muito bem, como definição e diretriz isso é válido, e nós
1562 vamos fazer toda revisão do orçamento em vista do reajuste possível. O que
1563 será discutido no âmbito do CRUESP, se for o caso, teremos que decidir por
1564 onde que caminharemos, mas, como o Professor Marcos Martins salientou,

1565 temos que ser prudentes neste momento, já que os números não nos permite
1566 fazer provisões generosas para qualquer tipos de reajustes, que não é
1567 aumento, mas tão somente, se possível, reajustes. E muitas vezes, nem esse
1568 reajuste é possível, em vista da economia como está ou tem andado
1569 ultimamente. São esses os principais comentários que queria fazer e colocome a disposição, fora desse momento, para continuar a conversar.” **M. Reitor:**
1570
1571 “Vamos passar à votação dentro de poucos minutos e depois retornaremos as
1572 14h15. Gostaria de cumprimentar a todos que participaram desse debate, que
1573 desmente uma afirmação que foi feita por uma conselheira, que disse que as
1574 coisas são resolvidas por reuniões por baixo dos panos. Obviamente, se a
1575 conselheira quiser dizer quais reuniões são essas, a Reitoria vai agradecer
1576 muito. Não há reunião por baixo dos panos, há reuniões que são técnicas e das
1577 quais participam as pessoas que devem participar e há reuniões que são de
1578 colegiados, que são públicas e transmitidas para toda a Universidade. Com
1579 relação ao que é substantivo de tudo o que foi discutido, gostaria de apontar
1580 alguns pontos. Em primeiro lugar, aquilo que um dos conselheiros chamou de
1581 mistura e barafunda, e o Professor Marcos Martins, muito gentilmente, chamou
1582 de questionável, na verdade, ele provavelmente usou esse termo porque
1583 conhece a administração pública e sabe que o orçamento da USP integra o
1584 orçamento do Estado e não somos nós quem inventamos os parâmetros de
1585 acordo com a nossa concepção política, ideológica ou seja qual for. Esses
1586 parâmetros são definidos pelo governo do Estado e pela Secretaria de
1587 Planejamento e Orçamento, portanto, sinto muito, por mais descréditos que
1588 tenhamos para uma inflação de 5,5%, é essa que fomos convidados,
1589 juntamente com todas as outras entidades que compõem o orçamento do
1590 Estado, a utilizar. O segundo ponto que acho que é importante ressaltar é a
1591 noção de que temos uma situação gravíssima e eu não discordo dele. Claro
1592 que não cabe ao Reitor ficar espalhando pânico, de fato convém procurar
1593 organizar os diferentes níveis e diferentes correntes que constituem a
1594 Universidade, da maneira que seja mais produtiva possível e com um certo
1595 grau de otimismo com relação àquilo que podemos fazer, acho que é
1596 necessário e recomendado. Nunca disse que nossa situação não é grave,
1597 sempre disse que ela precisa de cuidados. O que há é o seguinte: ‘nós’ não é
1598 plural majestático, mas as pessoas que estão aqui nesta sala. Fizemos uma

1599 gestão por dois anos que se refletiu naquele gráfico que o Professor Cyro
1600 mostrou de que, progressivamente, com o esforço conjunto, estamos trazendo
1601 a situação interna da Universidade sobre controle; no entanto, o ambiente
1602 externo nos escapa, sobre isso não tenho nenhuma dúvida, exigirá, no início do
1603 ano, que novamente nos organizemos e neste Conselho tomemos decisões
1604 sobre o nosso destino, isto é: não estamos decidindo todo o ano de 2016
1605 agora, estamos apenas fazendo o primeiro passo, que é necessário neste
1606 momento para estabelecermos os primeiros parâmetros, com base nos quais
1607 vamos nos organizar no próximo ano. E, por isso, que neste ambiente e com
1608 essas incertezas todas, seria absolutamente imprudente falar qualquer coisa
1609 sobre reajuste salarial. Eu sei que todos ficam pensando se vai ter ou não
1610 reajuste - e também o Reitor -, mas se terá e o tamanho que terá, é aqui e
1611 somos nós, dentro dessas quatro paredes que vamos decidir com aquilo que
1612 examinarmos que está acontecendo no início do ano, portanto, não há
1613 segredos, não há nada feito por baixo do pano, não há plano maléfico de não
1614 dar aumento. Nós todos seremos um voto e eu também serei um voto para
1615 decidirmos o que faremos e quando faremos. O último comentário. Disseram
1616 que não buscamos mais recursos com relação ao governo do Estado, mas este
1617 Reitor buscou sim. Como presidente do CRUESP, assinei um ofício que foi
1618 mandado ao governo do Estado pedindo reajustes, e mais do que isso, estive
1619 na Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa, falando sobre o Tópico.
1620 Reuni-me com vários deputados falando sobre esse tópico, portanto, buscamos
1621 esses recursos. Agora, sobre o realismo do Professor Adalberto de dizer que
1622 ele entende que esses recursos adicionais não virão a curto prazo, acho que
1623 seria muito bom que todos aceitassem a realidade da vida, que coloca que a
1624 vida não é como queremos, mas como ela é. Neste sentido, nesta reunião
1625 sugeriram manifestações que reputo muito importantes e que têm ocorrido aqui
1626 de maneira difusa, mas agora tomou um formato muito claro. Vou citar apenas
1627 o primeiro que fez referência a isso, que foi o Professor Benedito Machado, que
1628 falou da necessidade de tratarmos de uma maneira organizada e institucional a
1629 busca de receitas próprias para a Universidade. Isso nós faremos, se este
1630 Conselho quiser, a partir do início do ano. Cabe ao senhor e senhora decidirem
1631 se buscaremos recursos adicionais, além daqueles previstos nos repasses do
1632 ICMS do Estado. Dito isto, entendo que estamos em condições de votar e

1633 pedirei então que aqueles que concordam com a Proposta Orçamentária como
1634 está, que votem sim.” **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
1635 resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 18 (dezoito) votos;
1636 Abstenções = 07 (sete); Total de votantes = 107 (cento e sete). Proposta
1637 aprovada. A seguir, é feito intervalo para almoço, às 13h15, informando o M.
1638 Reitor que o retorno deverá ocorrer às 14h30. Às 14h30 é reaberta a sessão. O
1639 Secretário Geral anuncia uma apresentação do Cons. Eduardo Henrique
1640 Soares Monteiro que, ao piano, executa a obra Impressões Seresteiras, de
1641 Heitor Villas-Lobos (1887–1959). Em seguida, o **M. Reitor** passa a fazer as
1642 seguintes comunicações: **M. Reitor:** “Já comuniquei que a nossa primeira
1643 reunião prevista do Conselho Universitário no próximo ano será no dia 1º de
1644 março. Tenho apenas uma segunda comunicação a fazer. Infelizmente, esta
1645 nota de alegria que tivemos agora não se estende à segunda manifestação.
1646 Peço, por favor, para projetar. Essa minha manifestação se limita a uma
1647 fotografia. Ela mostra os nossos estudantes se divertindo em uma festa
1648 universitária aqui no *Campus*. Uma festa tradicional, conhecida pelo nome de
1649 ‘Quinta e Breja’. Alerto que a imagem é chocante e, portanto, aqueles que não
1650 quiserem ver, não olhem. É um divertimento realmente surpreendente. Esta
1651 pessoa participou da festa, neste momento está internada na UTI do Hospital
1652 das Clínicas. Está em estado gravíssimo, em coma. Essas são as festas que
1653 se promovem neste *Campus*, a despeito de uma decisão do Conselho do
1654 *Campus*, para proibir suas realizações. Pergunto, agora, se aqui nesta sala há,
1655 por acaso, alguém que discorda dessa proibição. Por favor, se manifeste, erga
1656 o braço. (manifestação positiva de alguns Conselheiros representantes
1657 discentes e de um Conselheiro docente) Muito bem, são essas as festas que
1658 produzimos. Portanto, entendo-me muito bem respaldado pela decisão do
1659 Conselho do *Campus* - e por essa maciça manifestação de ausência de apoio
1660 a essas festas -, que de agora em diante, a Reitoria tomará as providências
1661 para que elas não sejam mais realizadas. São festas que matam e não é o
1662 primeiro e nem o segundo. A Universidade deve abrir suas portas para realizar
1663 festas que matam desse jeito? Isso é diversão? O que isso tem a ver com a
1664 atividade da Universidade? Vamos todos esperar que, neste caso, não seja
1665 mais uma morte. Está aberta a palavra.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli**
1666 **Wada:** “Vou ler uma nota da Assembleia dos Funcionários da USP. ‘Senhores

1667 e senhoras membros do Conselho Universitário da USP, nós trabalhadores e
1668 trabalhadoras da USP, em assembleia, ao tomar conhecimento da proposta de
1669 desvinculação do HU e sua entrega ao HC - Hospital das Clínicas (gostaria de
1670 explicitar ao M. Reitor que tomamos conhecimento dessa desvinculação
1671 durante a greve de 2014, através de um documento e agora por pessoas que
1672 realmente discutem a política da área de saúde, no Estado de São Paulo e
1673 dentro da Universidade de São Paulo), decidimos nos manifestar junto aos
1674 conselheiros e conselheiras para afirmar novamente nossa posição,
1675 independentemente deste tema não ter entrado em pauta na reunião de hoje -
1676 e esperamos que jamais entre em qualquer reunião do Conselho. Não
1677 podemos aceitar a desvinculação do nosso hospital, conquistado com muitas
1678 lutas dos trabalhadores e trabalhadoras da USP e dos moradores da região.
1679 Ressaltamos que o HU sempre foi um hospital de excelente qualidade, apesar
1680 de nesta gestão ter perdido 209 funcionários pelo PIDV, sem que houvesse
1681 reposição dos demitidos. Além disso, foram fechados 56 leitos, sendo que 40%
1682 desses leitos são de UTI. Houve fechamento de setores como Ortopedia e
1683 outras especialidades. Com a greve de 4 meses, em 2014, conseguimos, entre
1684 outras coisas, impedir a desvinculação do HU. Agora, queremos deixar claro
1685 que estamos dispostos a voltar à luta com todas as nossas forças, para não
1686 permitir que esta proposta absurda venha a ser aprovada, em uma próxima
1687 reunião do Conselho Universitário, ou em qualquer outra que venha a ser
1688 convocada com esse fim. Aproveitamos para comunicar nosso estranhamento
1689 com o comunicado do Reitor veiculado ontem, ameaçando os trabalhadores
1690 com corte de ponto e afirmando que pretendíamos 'causar embaraços à
1691 reunião do Conselho Universitário, repetindo o triste episódio recente de triste
1692 de memória', insinuando que pretendíamos ocupar o Conselho Universitário.
1693 Professor, quando pretendemos, nós anunciamos. Então, não é verdade que
1694 pretendíamos hoje ocupar esse Conselho Universitário. Queremos, ainda,
1695 demonstrar nossa indignação com a extinção das funções de cozinheiro e
1696 auxiliar de cozinha, entre outras funções que vêm contribuindo com ensino e
1697 pesquisa, e que vêm sendo extinguidas através da CCRH e também
1698 negociadas entre a COPERT e a CCRH, mas mesmo assim essas funções
1699 vêm sendo cortadas, extinguidas, muitas delas estão para estudo para
1700 extinção, como por exemplo, médico do trabalho e técnico de higiene e

1701 segurança do trabalho. Isso significa que, se não haverá mais médico do
1702 trabalho, nem o técnico, nem o engenheiro de medicina do trabalho, existem
1703 proposituras de terceirização do SESMT. O fechamento de novas vagas nas
1704 creches, rumo ao fechamento das mesmas. Então, para nós, as creches serão
1705 fechadas. Gostaria de comunicar ao M. Reitor, pois talvez o Professor Waldyr
1706 Jorge não tenha entregue para o senhor, os trabalhadores fizeram um estudo
1707 muito bem feito, mostrando que era possível, sim, as creches receberem as
1708 crianças sem qualquer criança correr riscos e continuar com seus estudos,
1709 tranquilamente e em segurança, mesmo com o número de funcionários que
1710 hoje as creches possuem. Portanto, gostaria que o Reitor tomasse
1711 conhecimento desse estudo que os próprios trabalhadores e trabalhadoras das
1712 creches realizaram. Também, ressaltar nossa indignação com a vergonha de
1713 demissão de um funcionário, com mais de 30 anos de USP - ele tinha 7 anos
1714 na construção civil deste *campus* de São Paulo e 29 anos como funcionário da
1715 USP -, portador de deficiência física, perdeu as duas pernas por conta de
1716 diabetes. Esse funcionário foi vergonhosamente demitido, sob os argumentos
1717 da Procuradoria Geral e sob os argumentos de que não cabia a ele
1718 readaptação. Tenho certeza absoluta que o M. Reitor não sabe dessa
1719 demissão e das condições dessa. Terminando, contamos com o apoio dos
1720 membros do Conselho Universitário à nossa luta contra todos esses ataques à
1721 nossa Universidade. Atenciosamente, Assembleia dos Funcionários da USP.’
1722 Obrigada.” **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** “Tivemos hoje um
1723 Conselho, também, de celebração, com o aniversário do Vice-Reitor, essa
1724 beleza de execução do Professor Eduardo Monteiro, e trago também uma nota
1725 de alegria. Quero comunicar a este Conselho que o Professor Sedi Hirano,
1726 Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e
1727 Ciências Humanas, foi Diretor da Faculdade, foi Pró-reitor de Cultura e
1728 Extensão, recebeu do Governo Japonês - e o prêmio será concedido agora, às
1729 15h - a Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro e Laço. Não queria deixar de
1730 comunicar esse Conselho, peço licença também, pois quero ver se ainda dá
1731 tempo de dar uma chegadinha até lá e dizer aos Conselheiros que este é um
1732 prêmio de grande envergadura.” **M. Reitor:** “Muito obrigado. Gostaria de
1733 estender os cumprimentos da Professora Maria Arminda e tomá-los em nome
1734 da Universidade. Já que ela irá cumprimentar o Professor Sedi, peço que seja

1735 portadora, se me permitirem, dos cumprimentos de todo o Conselho
1736 Universitário, a uma condecoração que é muito expressiva, concedida pelo
1737 Governo Japonês a um professor de grande história dentro da nossa
1738 Universidade.” **Cons.^a Leny Sato**: “Quero falar de um tema que já foi trazido na
1739 última reunião do Conselho Universitário e hoje também, que é o tema das
1740 creches, o qual foi, inclusive, objeto de discussões em duas ocasiões no
1741 Instituto de Psicologia: uma em março desse ano e na última reunião da
1742 Congregação, no dia 23 de novembro. Acho que já foi falado da importância
1743 das creches, não apenas como espaço que recebe e cuida das crianças, filhos
1744 de alunos, professores e funcionários, mas também como espaço para a
1745 pesquisa, que expressa, inclusive, o espaço da USP como liderança e
1746 referência nessa temática da educação infantil, recebendo muitas visitas de
1747 pesquisadores, não apenas do Brasil, mas também estrangeiros. Desta forma,
1748 passo à leitura de uma moção, que foi aprovada pela Congregação do Instituto
1749 de Psicologia, em 23 de novembro de 2015. 'Em 2 de março de 2015, em
1750 reunião aberta no Instituto de Psicologia, com expressiva participação de
1751 funcionários técnico-administrativos, estudantes de graduação e pós-
1752 graduação e docentes, discutiu-se sobre a grave situação que afeta o
1753 funcionamento das creches vinculadas à Superintendência de Assistência
1754 Social da USP - SAS, tendo em vista o cancelamento das matrículas das
1755 crianças selecionadas, para o ingresso em 2015. Tal fato pegou a todos de
1756 surpresa. O motivo alegado foi a adesão de funcionários ao Plano de Incentivo
1757 à Demissão Voluntária - PIDV, mas o que mais chama a atenção é o modo
1758 unilateral em que essa decisão foi tomada, estendendo-se às 5 unidades -
1759 Creche Central, Oeste, Saúde Pública, São Carlos e Ribeirão Preto - ainda que
1760 todas tenham criado estratégias para o atendimento, contornando as
1761 defasagens de pessoal. O trabalho de excelência, desenvolvido pelas creches,
1762 tem amplo reconhecimento e repercussão em todo o território nacional, o que
1763 fica evidenciado pelo projeto de visitas ao longo de todo o ano, por
1764 décadas, de inúmeras redes de educação pública, que trazem seus
1765 coordenadores e professores para conhecer e aprender com a experiência das
1766 nossas creches. Este é um trabalho de extensão universitária, consistente e de
1767 longo prazo, que vem contribuindo significativamente para o avanço da
1768 qualidade da educação infantil em nosso país. Vale destacar a importância da

1769 educação infantil em relação à diminuição dos índices de evasão do ensino
1770 fundamental, já enfatizada no plano nacional de educação, de 2000.
1771 Lembremos que o compromisso com a melhoria da educação básica foi
1772 assumido pela USP desde a sua fundação. As creches da USP são pioneiras
1773 na consideração da subjetividade nos processos educacionais e, por esse
1774 motivo, mantém, desde a sua fundação, psicólogos em seu quadro funcional,
1775 em cada unidade e na equipe de supervisão. Esses profissionais sempre
1776 atuaram a partir de uma visão sobre a constituição do sujeito e da
1777 subjetividade, levando em conta o ambiente cultural e social e evitando atuação
1778 clínica ou psicologizante. Desde a sua fundação, as creches da USP têm
1779 compromisso com a pesquisa científica e com os estágios de graduação em
1780 várias áreas. São lugares que abrem as portas e recebem estagiários e
1781 pesquisadores com prioridade e reconhecimento da importância do trabalho
1782 que realizam. Dezenas de dissertações e teses tiveram as creches como
1783 campo de estudo. Em 2015, foram 141 crianças já selecionadas que não
1784 puderam ocupar as vagas a elas destinadas nas creches da SAS. O fim do ano
1785 se aproxima e a situação das creches tende a agravar-se, visto que não há
1786 notícias de abertura de vagas para 2016 até o momento. Se não houver
1787 abertura de vagas, as creches caminham para a extinção. Onze unidades - FE,
1788 IF, FFLCH, IP, IME, POLI, ECA, IB, EACH, FAU e departamentos da FFCLRP -
1789 expressaram sua profunda preocupação com o destino das creches da USP,
1790 através de moções votadas pelas suas Congregações, mas o assunto sequer
1791 foi pautado no Conselho Universitário. Entendemos que a decisão sobre a
1792 continuidade de nossas creches, que são uma referência nacional para a
1793 educação infantil, é de interesse das unidades e o assunto deve ser tratado de
1794 forma democrática, com a comunidade, trazido para a discussão no Conselho
1795 Universitário.” **M. Reitor:** “Um esclarecimento e uma pergunta. O
1796 esclarecimento - que já foi dado hoje - é que não serão abertas novas vagas
1797 este ano, se há alguma dúvida. A política de creches será decidida durante o
1798 primeiro semestre do próximo ano. Pergunto: o Instituto de Psicologia terá
1799 alguma preocupação com a questão de docentes novos, substituição de
1800 docentes em processo de aposentadoria ou aposentados? Continuemos.”
1801 **Cons. Luiz Silveira Menna Barreto:** “Pensei em fazer dois comentários, na
1802 verdade três, sensibilizado pela manifestação de defesa das creches da

1803 Universidade. Realizei pesquisas na creche central da USP, encontrei um
1804 ambiente extremamente sério e comprometido com a qualidade. Seria uma
1805 lástima perdermos esse tipo de serviço dentro do *Campus* e em outras
1806 unidades da Universidade. A segunda manifestação é uma despedida. Vou
1807 pedir encerramento do meu mandato, em função de um profundo desencanto
1808 com este Conselho. Profundo. Passei três vezes pelo Conselho Universitário,
1809 uma como representante dos mestres, na década de 1980, recém contratado
1810 como docente do Instituto de Ciências Biomédicas; depois voltei no início dos
1811 anos 2000, já animado com os projetos da USP-Leste, a EACH, à qual me
1812 transferi finalmente em 2005; e, mais recentemente, como representante da
1813 Congregação - o segundo mandato foi como representante dos Doutores.
1814 Candidatei-me e ofereci-me para ser representante da Congregação, muito
1815 animado com a perspectiva de uma discussão séria, profunda, conseqüente e
1816 arejada, dos estatutos da USP. E estou completamente desalentado, sem
1817 nenhuma perspectiva de que isso possa, de fato, representar uma inversão dos
1818 rumos pelos quais a Universidade tem sido conduzida, o que lamento
1819 profundamente. Meu terceiro comunicado é em relação a uma satisfação que
1820 devo aos colegas signatários. Durante a reunião do Conselho Universitário de
1821 outubro, fiz um pedido de inclusão na revisão do Estatuto, da figura do
1822 impedimento (*impeachment*) de dirigentes da Universidade. Fui instruído pelo
1823 Secretário Geral e depois pela Professora Maria Paula a redigir uma proposta e
1824 encaminhar à mesa, e foi assinada por cerca de 12 colegas presentes,
1825 arregimentados naqueles minutos daquela sessão. Aquela pressa foi justificada
1826 para que esse tema fosse incluído no tema seguinte, que seria a sessão
1827 passada. Para minha surpresa e decepção, não foi incluído, sob a
1828 argumentação - oriunda da CLR, segundo me informaram - de que o tema não
1829 era pertinente, quando se discutia, justamente, os impedimentos de dirigentes,
1830 por exemplo, por motivos de saúde. Como não era pertinente? E, além disso,
1831 era um tema de muita complexidade. Não é complexo, não, professora. Esse
1832 assunto é bastante simples e, evidentemente, possui implicações políticas
1833 muito sérias. E qual foi nossa inspiração ao propor isso? Foi a necessidade,
1834 que se tornou imperiosa, de impedir o então diretor da EACH, Professor Boueri,
1835 que cometeu uma série de atropelos enquanto diretor, e foi quando ficamos
1836 sabendo que a Universidade não tinha como impedir isso. Depois dessa

1837 ausência na pauta, com essa justificativa, que considero inaceitável, fui
1838 instruído a melhorar a redação e com um prazo curtíssimo, justamente para
1839 que pudesse entrar na sessão de hoje. Ora, na sessão de hoje o processo
1840 continua ausente. Agora, gostaria de ouvir formalmente, por parte da Reitoria,
1841 qual é a argumentação que justifica a não inclusão na pauta desse item, que
1842 me parece tão importante, que deixo como herança da minha passagem pelo
1843 Conselho.” **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci**: “Acho que cabe um
1844 esclarecimento em atenção ao Conselheiro que encaminhou o requerimento e
1845 todos os signatários. De minha parte - e acho que falo também pelo Secretário
1846 Geral - entendo que a proposta está sendo tratada com todo o respeito que
1847 merece e com toda a seriedade. É verdade isso, o Conselheiro encaminhou a
1848 primeira versão e cobrou por que não tinha sido discutida junto com aquele
1849 primeiro lote de temas e eu disse que é uma proposta complexa e que precisa
1850 ser mais trabalhada, por exemplo, do ponto de vista da admissibilidade. Basta
1851 ver o que está acontecendo no Brasil agora. Ou seja, será que qualquer
1852 número de signatários, pessoas do Conselho assinando um pedido de
1853 *impeachment*, isso é suficiente para deflagrar o *impeachment*? Só para
1854 exemplificar uma das questões que é complexa. Outra questão complexa, o
1855 professor exemplifica com o caso do diretor da EACH, no entanto a proposta
1856 recebida só fala da hipótese do Reitor, e como vimos nas últimas sessões do
1857 Conselho Universitário, embora haja uma similitude no tratamento do Reitor, do
1858 Vice-Reitor, Diretor e Presidentes de Comissões, cada uma precisa ser tratada
1859 em uma proposta. São alguns dos poucos exemplos de que essa proposta,
1860 para estar em condição de ser submetida ao Conselho, precisa ser burilada,
1861 trabalhada. Entendo, de minha parte, que isso será feito. O primeiro passo foi
1862 encaminhar à Comissão que está incumbida das alterações estatutárias, para
1863 que ela tenha conhecimento e dê as primeiras linhas. Por exemplo, se vamos
1864 trabalhar primeiro para Reitor e em um segundo momento estender para os
1865 demais. Ou não, se essa proposta será trabalhada como regra geral e aí já vai
1866 se especificar cada uma das instâncias que teriam competência para cada um
1867 dos processos. São algumas decisões preliminares que terão de ser tomadas
1868 para poder ter segmento a proposta. Portanto, penso que nesse caso, haver
1869 um pouco mais de estudo, um pouco mais de trabalho, é uma forma de
1870 respeito a essa Comissão, e não o inverso.” **Cons. Luiz Silveira Menna**

1871 **Barreto**: “Permita-me uma breve parte. Na verdade, a inclusão da figura de
1872 Reitor foi orientação sua. E como orientação sua, que por coerência se
1873 estenderia aos outros dirigentes, acatei por lógica e não por improvisação,
1874 como algo diferente daquilo que já havia sido proposto, no contexto da
1875 substituição de diretores de unidade, que foi, de fato, a inspiração original.
1876 Acatei a sua sugestão.” **Prof.^a Dr.^a Maria Paula Dallari Bucci**: “Apenas para
1877 não estender, informo que outras propostas mais complexas foram trabalhadas
1878 e vieram a esse Conselho uma vez e foram retomadas e rediscutidas. Não vejo
1879 nenhuma razão para que não se possa dar da mesma forma em relação a essa
1880 proposta. Mas ela terá de ser trabalhada, respeitando a complexidade,
1881 respeitando as características dela. É o que eu posso esclarecer.” **Cons. José**
1882 **Renato de Campos Araújo (apresentação)**: “Minha fala tem dois pontos. O
1883 primeiro é uma despedida do Conselho Universitário, pois meu mandato
1884 encerra-se agora. Haverá eleição para a primeira reunião de 2016. Meu
1885 mandato começou em dezembro de 2013, encerra-se em dezembro de 2015.
1886 Vou me candidatar à reeleição, mas há uma grande possibilidade de não estar
1887 aqui novamente. Então, quero agradecer por esse tempo que estive aqui,
1888 agradecer à mesa pela recepção das minhas falas, às vezes um pouco
1889 divergentes da posição da Reitoria, mas sempre de uma maneira muito
1890 respeitosa. A outra parte da minha fala é um pouco mais espinhosa. Vou pedir
1891 para projetar um pequeno trabalho que fiz. Vou dizer a origem disso tudo.
1892 Desde que iniciei como representante dos Professores Doutores - comecei em
1893 2014, logo no início do anúncio da crise financeira que passamos - sempre tive
1894 muitas dúvidas e certo incômodo em ver que sempre tratamos o orçamento da
1895 USP como quase única e exclusivamente um repasse do Governo do Estado
1896 de São Paulo, repasse do ICMS e tudo mais. Na reunião de hoje foi a primeira
1897 vez que se discutiu um pouco além disso. Então, fiz algumas solicitações à
1898 USP, uma delas ao SIC-USP (Serviço de Informação ao Cidadão), sobre a
1899 FUSP, sobre as fundações de apoio da USP. Fiz uma pergunta singela de
1900 quanto, em reais, havia sido transferido para a Universidade de São Paulo
1901 entre os anos de 2010 e 2015. A resposta foi dada dentro do tempo, é a
1902 terceira coluna que vocês estão vendo projetada. A primeira coluna se trata de
1903 recursos recebidos pela FUSP para projetos da USP. Esse dado foi retirado do
1904 próprio *site* da FUSP - no último *slide* terá até o endereço - que é a Fundação

1905 de Apoio à Universidade de São Paulo, friso bem o nome 'apoio' à
1906 Universidade de São Paulo. E a última coluna refere-se ao quanto equivale
1907 esses repasses. Em 2010, 0,29%; em 2011, 0,11%; 2012, 0,21%; e 2013,
1908 0,07%. Os outros dois anos não tem nada, porque tive a informação pelo *site*
1909 da FUSP. Adiante, temos os gráficos que apenas reproduzem a tabela inicial. É
1910 importante dizer que quando vi esses dados, fiquei com alguma dificuldade -
1911 afinal, sou sociólogo - de interpretar os valores, pois estava como mil e
1912 destacado 'em milhares', então não sabia se eram milhões, pois quando recebi
1913 dos dados da USP, que estão na próxima tabela, a diferença é muito grande.
1914 Quero apenas projetar o último *slide*. Esse não é da minha lavra, está
1915 disponível no *site* da FUSP. É um documento público que está lá, estão
1916 discriminados os valores totais, de ano a ano, e a origem. Minha pergunta é por
1917 que tão baixos esses repasses? Porque a minha inquietação inicial se dava em
1918 não ver nunca nos orçamentos da USP a discriminação da contrapartida das
1919 fundações de apoio. Não quero entrar no mérito da atuação das fundações de
1920 apoio, não é essa a minha intenção. Minha intenção é justamente entender o
1921 porquê que em um momento de crise como esse a Fundação de Apoio à
1922 Universidade de São Paulo repassa valores tão baixos, na minha avaliação,
1923 quase que irrisórios. Sei que não é possível ter uma resposta detalhada agora,
1924 mas peço para que, se possível, a COP me encaminhe uma resposta por
1925 escrito.” **Cons. José Roberto Castilho Piqueira**: “Sem querer defender nada,
1926 mas explicando, esse número que você vê como total não é o total sobre o qual
1927 se calcula o percentual repassado para a USP. Porque nesse número, por
1928 exemplo, da Petrobras, tem equipamentos, e qualquer pessoa que tem um
1929 pouco de noção de tecnologia sabe muito bem que um espectrógrafo de massa
1930 custa 70% ou 60% disso que foi colocado aí. Essa conta, na minha opinião,
1931 tem que ser feita, mas tem que ser feita corretamente. Ela está incorreta,
1932 porque não leva em conta duas coisas, o repasse para a unidade, que é maior
1933 que o repasse para a USP, e não leva em conta o cálculo do equipamento. Nos
1934 processos que conheço - que participei ou que já vi até hoje - o custo do
1935 equipamento, em geral, é muito grande, e esse equipamento está aí,
1936 incorporado ao ativo da USP e que, portanto, deveria estar naquela conta de
1937 quanto disso passou para a USP. Porque isso é patrimônio. Quando um
1938 espectrógrafo de massa, que custa R\$ 5 ou 6 milhões, é trazido para dentro da

1939 USP, isso é um repasse para a USP. Então, sem querer defender nada e
1940 querendo dizer que acho que esse cálculo é importantíssimo, penso que esse
1941 cálculo deve ser feito corretamente, e por falta de dados ele não está sendo
1942 feito corretamente. Posso esclarecer.” **Cons. José Renato de Campos**
1943 **Araújo**: “Somente sobre a questão da transparência. É justamente o que ele
1944 está dizendo. As coisas serem colocadas de forma mais transparente, não
1945 estou dizendo que tem nenhum tipo de problema.” **Cons. Junior Barrera**: “Há
1946 uma regra clara quando temos um projeto da FUSP que você tem que pagar
1947 15% do *budget* total, dos quais 5% vão para a Reitoria, 5% para o Instituto e
1948 5% para o departamento. Que eu saiba, essa é uma regra geral que se aplica
1949 sobre o *budget* total que você recebe, em recurso nacional, internacional, e os
1950 valores que foram apresentados estão a léguas de distância disso.” **Cons.**
1951 **Bruno Sperb Rocha**: “Em primeiro lugar, quero dizer que me parece desleal
1952 questionar o Instituto de Psicologia ou quem quer que seja que defende as
1953 creches, se está ou não preocupado com a contratação de docentes. Poderia
1954 ser, no meu caso, a contratação de funcionários, que sim, preocupa-me muito,
1955 enquanto a Reitoria não parece nem um pouco preocupada, pelo contrário. É
1956 uma forma de chantagem que não encontra fundamento. De maneira nenhuma
1957 a existência das creches é responsável pela falta de professores ou por
1958 qualquer outro problema da Universidade. Não há nenhuma relação de causa e
1959 consequência que tenha sido demonstrada ou que seja vagamente observável
1960 entre as duas coisas. Por isso, essa referência, qualifico como desleal.
1961 Também considero igualmente desleal a relação que foi feita, na comunicação
1962 do Reitor, entre as festas na Universidade e o episódio, cujo contexto,
1963 pessoalmente desconheço absolutamente, e, desconhecendo o contexto,
1964 independentemente disso, acho que é, sem dúvida uma tragédia
1965 absolutamente lamentável, que deve ser lamentada, deve ser repudiada;
1966 agora, qual a relação de causa e consequência entre as duas coisas
1967 demonstradas? Nenhuma. Querer fazer parecer, como acabou de fazer o
1968 Reitor, ao pedir que levantassem a mão os que defendiam as festas; querer
1969 fazer parecer que quem defende as festas na Universidade, que são parte da
1970 vida universitária, da vida acadêmica, são parte fundamental da organização
1971 estudantil; querer fazer parecer que quem defende isso defende violência,
1972 brutalidade ou assassinato, é, mais uma vez, absolutamente desleal. Nesse

1973 caso é até pior. É um uso oportunista do que claramente é uma tragédia, para
1974 defesa de uma posição política que independe disso, que é a da proibição das
1975 festas na Universidade, que já estava colocada antes desse episódio, se foi na
1976 última festa, portanto, na semana passada. Dito isso, antes de passar para o
1977 próximo tema, quero parabenizar o Professor José Renato por ter trazido os
1978 dados. Aí sim, dá para mostrar a relação de causa e consequência e se for
1979 para usar essa lógica de maneira minimamente honesta, teria de dizer o
1980 seguinte: 'bom, então depois desse sumiço de R\$ 12 milhões, via FUSP, de
1981 contrato com a Petrobras, no mínimo, tinha que fechar a FUSP e todas as
1982 outras fundações'. E não são R\$ 5 ou 6 milhões. São R\$ 740 milhões o total
1983 que apareceu ali. R\$ 740 milhões só da FUSP, que é apenas uma fundação
1984 que atua dentro da Universidade. Nesse caso, sim, dá para demonstrar
1985 bastante relação de causa e consequência entre os desvios de verbas como
1986 esse que envolvem a Poli, a Petrobras e a FUSP, e que foi recentemente
1987 denunciado pelo Estadão; e a existência e o funcionamento das fundações da
1988 Universidade tal como elas existem. Por fim, quero me somar ao que disse
1989 minha companheira Neli, a respeito do comunicado que a Reitoria soltou
1990 ontem. Hoje, nós, trabalhadores da Universidade, fizemos uma paralisação,
1991 fizemos uma manifestação aqui e, infelizmente, ontem fomos surpreendidos
1992 com um comunicado da Reitoria dizendo que a paralisação era ilegal, sem que
1993 isso tenha qualquer fundamento, sem que tenha sido feito nenhum
1994 pronunciamento judicial por parte de qualquer órgão jurídico que fosse, para
1995 dizer que a paralisação era ilegal, ameaçando de corte de ponto e desconto de
1996 salário, sem que a paralisação tivesse sido julgada ou coisa do tipo. Isso sim é
1997 um ataque ao direito de greve, que é o que o comunicado dizia que os
1998 trabalhadores estavam fazendo, uma violação do direito de greve, para
1999 amedrontar os trabalhadores, dizendo que não tinha respaldo legal porque não
2000 estava na pauta desse Co a desvinculação do HU. E quem é a Reitoria para
2001 dizer quais são os fundamentos políticos para dar legitimidade jurídica para
2002 uma paralisação, se tem ou não tem que estar na pauta do Co tal ou qual
2003 ponto. É nosso direito paralisar e manifestar no dia que for, tendo reunião do
2004 Co ou não, independentemente de qual for a pauta do Co. Fizemos isso hoje e
2005 colocamos isso na pauta porque obtivemos informações de fontes que são
2006 parte da administração dos serviços de saúde da Universidade, de que o

2007 projeto que já foi trazido a esse Conselho Universitário não foi posto em
2008 votação - de desvinculação do HU - estaria voltando nesse momento,
2009 independentemente de estar ou não na pauta de hoje, nos parece
2010 absolutamente legítima a manifestação. E não foi só por isso, foi também em
2011 função das creches, dos restaurantes, das demissões, como a do nosso
2012 companheiro José Miguel, recentemente, de todos os cortes no orçamento, que
2013 são parte do que está sendo discutido hoje, tal como era a manifestação na
2014 frente desse Conselho Universitário, que esse comunicado da Reitoria
2015 caracterizou como agressão e ameaçou de punir com o Regimento Disciplinar
2016 da USP, que até hoje, tal como foi elaborado na época da ditadura militar,
2017 proíbe manifestação política dentro da Universidade, uma expressão de um
2018 direito democrático absolutamente legítimo, como foi a manifestação que nós
2019 trabalhadores fizemos hoje, em relação a qual não vamos aceitar nenhum tipo
2020 de retaliação ou punição, seja o corte de ponto, seja processo, seja qualquer
2021 outra.” **Cons. Calos Alberto Ferreira Martins:** “Peço a compreensão de todos
2022 para a leitura de uma manifestação aprovada pela Congregação do Instituto de
2023 Arquitetura e Urbanismo, na sexta-feira passada, em defesa da autonomia
2024 universitária. Acredito que sua leitura caberá nos cinco minutos
2025 regulamentares, mas se tiver que passar alguns segundos, peço desde já
2026 desculpas e a compreensão. 'A Congregação do IAU - Instituto de Arquitetura e
2027 Urbanismo - reunida em 4.12.2015, se dirige respeitosamente ao Conselho
2028 Universitário, para manifestar o seu inconformismo com as injustificadas
2029 agressões do Governador do Estado contra as três Universidades paulistas,
2030 em entrevista televisada e repercutida pela imprensa escrita. Suas declarações
2031 constituem uma ameaça concreta à independência intelectual e política que
2032 sempre caracterizou as Universidades estaduais paulistas e as alçou a um
2033 lugar de destaque no conjunto das instituições universitárias nacionais e
2034 internacionais. Essa ameaça é tanto mais descabida pelo contexto no qual se
2035 manifestou o Governador, respondendo a críticas apresentadas por
2036 professores e pesquisadores da área de educação, a sua política de
2037 fechamento de escolas e transferência compulsória de estudantes, que tem
2038 merecido repúdio de amplos setores da sociedade. Em lugar de rebater as
2039 críticas, o Governador preferiu agredir as instituições em que atuam seus
2040 autores. Atacando a autonomia das Universidades, estabelecidas por Decreto,

2041 em 1989, o Governador exigiu lei específica para reajustes salariais, acusando
2042 a autonomia universitária de ser o motivo das Universidades estarem, nas suas
2043 palavras, quebradas. Ao afirmar que 'não há nada mais corporativo do que a
2044 USP, a UNESP e a UNICAMP', o Governador Alckmin emite um juízo de valor,
2045 cuja arbitrariedade não condiz com a dignidade do cargo que ocupa. O
2046 Governador distorce indevidamente o tema, destacando como pior exemplo a
2047 USP. 'Gasta mais do que seu orçamento todo em pessoal'. E introduz um
2048 inaceitável viés partidário e eleitoral nessa discussão, acusando 'o modelo
2049 petista como responsável pelo desarranjo financeiro da Universidade'. Também
2050 finge ignorar que a USP vem arcando com os custos de uma série de
2051 expansões com a criação de novos cursos ou *campi*, sem que seu percentual
2052 de arrecadação de ICMS cresça proporcionalmente. Com essas declarações, o
2053 Governador pretende desviar a atenção do fato de que o agravamento do
2054 desequilíbrio nas contas da Universidade de São Paulo ocorreu na gestão do
2055 reitor João Grandino Rodas, que apesar de ser o segundo colocado na lista
2056 tríplice votada pela Universidade, foi nomeado por seu antecessor, o ex-
2057 governador José Serra, que por motivos até hoje não esclarecidos, rompeu
2058 com a tradição de respeito à vontade da Universidade. Essa decisão do ex-
2059 governador impôs à USP uma gestão que, na melhor das hipóteses, pode ser
2060 caracterizada como temerária, e resultou no desequilíbrio financeiro que agora
2061 serve de justificativa para os ataques de seu sucessor. A USP precisa
2062 esclarecer ao Governador e à opinião pública que defende ferreamente a sua
2063 autonomia, conquistada em 1989, e vem lutando pela superação dos déficits
2064 herdados na gestão anterior, com políticas de contenção de despesas, que
2065 vem exigindo grandes sacrifícios da comunidade acadêmica, como discutimos
2066 aqui hoje. O Governador deve ser lembrado, respeitosa, mas firmemente, que
2067 a obrigação de todo governante democraticamente eleito é debater as críticas à
2068 sua política no campo das ideias, de modo respeitoso e republicano. Nessas
2069 condições, poderão ser debatidas, inclusive, sua visão e seu juízo negativos
2070 das Universidades paulistas. O caminho escolhido das ameaças e da
2071 desqualificação daquelas que constituem patrimônio fundamental da população
2072 paulista e brasileira não condiz com a responsabilidade e importância do seu
2073 cargo.' Se alguém considerou que esta nota é excessiva no seu tom,
2074 recomendo vivamente que seja assistido o vídeo com as declarações do

2075 Governador. Ele foi retirado do site da UOL, foi retirado do site da Rede TV,
2076 mas ele ainda está no *youtube*. Encaminharei o vídeo a todos os membros do
2077 Conselho, pois ele precisa ser visto.” **Cons.^a Marcela Silva Carbone**: “Primeira
2078 coisa, sobre o tema das festas, pois fiquei bastante ‘absurdada’ com a
2079 apresentação que tivemos. Antes de tudo, para demarcar, a foto que foi
2080 mostrada aqui, não tenham dúvidas de que eu também fiquei ultrajada, acho
2081 isso um absurdo, acho uma tragédia que tem que ser repudiada. Tudo isso
2082 porque o Zago, no início da tarde, perguntou o seguinte: ‘quem é a favor
2083 dessas festas?’, aí quem levantou a mão já ficou tachado como quem apoia
2084 esse tipo de agressão. Então quero refletir sobre uma coisa, já que vamos falar
2085 sobre o tema das festas, vamos falar mais profundamente. As reitorias na
2086 Universidade de São Paulo historicamente se utilizam das tragédias que
2087 acontecem aqui dentro, para colocar polícia militar dentro do *campus*. Agora, o
2088 Movimento de Mulheres, o Movimento Estudantil, já por muitas vezes discutiu
2089 um plano alternativo de segurança na Universidade, porque não aguentam
2090 mais esses casos de violência, porque não são só esses casos de violência,
2091 tem violência contra a mulher também, estão acontecendo estupros na
2092 Universidade de São Paulo. Isso acontece não por causa das festas, isso
2093 acontece porque não tem segurança, e o plano alternativo de segurança que
2094 sempre discutimos é que haja uma guarda universitária treinada, que não seja
2095 treinada para lidar apenas com o patrimônio público, mas que saiba lidar com
2096 pessoas; que tenha efetivo feminino na guarda universitária. Porque todas as
2097 vezes que quisemos debater isso, o Reitor sempre nos ignorou. No ano
2098 passado, no Conselho Universitário, o Reitor nos chamava de inquisidoras,
2099 porque questionávamos os casos absurdos de estupro que aconteciam aqui
2100 dentro. Então, o que aconteceu nessa foto é só mais um escândalo de falta de
2101 segurança aqui dentro. Aí, a Polícia Militar, que é a alternativa que o Reitor
2102 defende e, inclusive, quis aprofundar, sabe o que ela vem fazendo? Nas
2103 últimas semanas todo mundo deve ter acompanhado a Polícia Militar batendo
2104 em estudantes secundaristas, que estavam reivindicando que não fechassem
2105 as escolas. A Polícia Militar bate em professor, que quer lutar por um
2106 pouquinho de aumento no seu salário. A Polícia Militar, no Rio de Janeiro -
2107 acho que vocês devem ter visto no jornal - matou cinco jovens negros, que
2108 estavam chegando de um passeio. Sabe por que matou? Porque eram negros,

2109 porque a Polícia Militar é racista. Então, devolvo a pergunta para o Reitor e
2110 para todos que levantaram a mão. Quer dizer que vocês defendem isso que faz
2111 a Polícia Militar? Quer dizer que vocês defendem que a Polícia Militar mate
2112 jovens negros? Que a Polícia Militar bata em estudante? É essa segurança que
2113 queremos para nossa Universidade? Então, vamos debater isso a fundo.
2114 Também acho um absurdo essa foto que foi colocada aqui e acho que deve
2115 haver uma medida séria, por parte da Universidade, que não seja a proibição
2116 de festas, porque as festas são parte da confraternização da Universidade,
2117 fazem parte da nossa vivência com a Universidade. Esse espaço é público,
2118 agora, a Universidade tem que ser responsável pela segurança aqui dentro.
2119 Isso, categoricamente ela não é. Segunda coisa, o Zago, quando acabou a
2120 sessão da manhã, disse veementemente e usou argumentos para mostrar o
2121 quanto ele não era antidemocrático. Que engraçado isso, porque ele trata
2122 manifestantes do mesmo jeito que o Alckmin trata, com polícia, com corte de
2123 ponto e com processo. Eu, na semana passada, levei uma suspensão de uma
2124 semana, e no processo constava o seguinte: 'a estudante está sendo
2125 processada por falar em voz alta e por reivindicar mais democracia', uma piada.
2126 É muito arbitrário. Aí na sala de aula, quando falei que estava sendo suspensa,
2127 todos acharam um absurdo, os estudantes levantaram a mão para dizer o
2128 quanto o Zago é autoritário. Essa é opinião dos estudantes. E não é só do
2129 Movimento Estudantil, porque na sala de aula não tem gente só do Movimento
2130 Estudantil. Além disso, processando funcionário. Isso é um absurdo, é
2131 absolutamente antidemocrático. Por último, o desmonte que está colocado
2132 nessa Universidade é, na prática, o projeto que o Alckmin quer. É isso que está
2133 colocado dentro da Universidade, porque se hoje há um projeto de
2134 reorganização das escolas, na USP há um projeto de desmonte, de
2135 precarização, de fechamento das creches. No que se diferencia? Agora, quero
2136 deixar um recado. Essa semana, os estudantes secundaristas tiveram uma
2137 vitória linda, uma vitória de chorar, que toda a população de São Paulo
2138 admirou, toda a população de São Paulo se inspirou com esses estudantes
2139 secundaristas. Empurraram goela abaixo uma derrota para cima do Geraldo
2140 Alckmin. E um recado que quero deixar é: se prepara, Zago, se prepara,
2141 porque no ano que vem todos os estudantes e trabalhadores dessa
2142 Universidade terão se inspirado nesses estudantes secundaristas e vamos

2143 lutar, porque não vamos deixar sucatear nossa Universidade.” **M. Reitor:** “Cabe
2144 um esclarecimento ou uma pergunta. A conselheira fez a seguinte afirmação:
2145 'tem estupros acontecendo'. Tem. No mundo inteiro. Aqui, o Reitor tomou
2146 conhecimento de dois e tomou providências com relação aos dois. Se há
2147 outros, aqui não chegou. Um deles ocorreu - surpresa - em uma festa ocorrida
2148 na FAU. Alguém aqui se surpreende com isso? O segundo ocorreu aqui na
2149 praça, em frente à Reitoria, por falta de policiamento. Um elemento estranho
2150 entrou na Universidade, agrediu uma moça e a estuprou. Absolutamente
2151 lamentável e nos pede que tomemos providências quanto a isso e é isso que
2152 estamos fazendo, sob a supervisão do Conselho de Diretos Humanos da
2153 Universidade de São Paulo.” **Cons. José Eduardo Krieger:** “Gostaria de
2154 retomar um pouco o assunto levantado pelo nosso colega José Renato. A
2155 preocupação que todos temos de trazer mais transparência para os atos da
2156 Universidade, ou da vida universitária, onde se incluem, também, as
2157 fundações. Mas quero lembrar um ponto que talvez não seja muito apreciado,
2158 até pela breve análise dos dados ou da interpretação de alguns dados
2159 mostrados. No país e no mundo todo, a atividade de pesquisa é financiada pelo
2160 orçamento - com o dinheiro - da Universidade e há maneiras de se estimar qual
2161 o valor disso, o Professor Britto fez uma estimativa de quanto a USP gastava,
2162 na época em que nosso orçamento era cerca de R\$ 3,6 bilhões - isso já faz
2163 alguns anos - e não é uma quantia pequena. Você pode estimar parcelas de
2164 salários de docentes, servidores, água, luz, instrumentação e assim por diante,
2165 é cerca de 40%. De forma que só isso já colocaria um gasto muito grande.
2166 Mas, tradicionalmente, na atividade do dia a dia da pesquisa e na compra dos
2167 equipamentos é esperado que os pesquisadores - e principalmente das
2168 Universidades de maior prestígio - obtenham esses recursos de maneira
2169 competitiva, e um dos papéis da Universidade é tornar esses pesquisadores
2170 competitivos. Nossa Universidade tem tido grande sucesso nesse sentido. Veja
2171 que nosso orçamento previsto no ano passado era de R\$ 4,9 bilhões, mas
2172 evidentemente que todos sabem que ele não será realizado, deve ser em torno
2173 de R\$ 4,5 ou R\$ 4,6 bilhões, e só da FAPESP os pesquisadores da
2174 Universidade de São Paulo trouxeram R\$ 540 milhões. Isso dá mais do que
2175 10% do orçamento da Universidade. E é assim que a pesquisa é feita. Isso, da
2176 FAPESP, representa cerca de 50%. Então, a USP tem em seus quadros ótimos

2177 pesquisadores e eles estão fazendo esse trabalho. As fundações foram criadas
2178 para tornar esse processo ainda mais competitivo, pois existem linhas de
2179 financiamento que não são do tipo FAPESP, onde o pesquisador vai lá no
2180 balcão e obtém. Tem alguns que são feitos na forma de CNPJ, por exemplo, os
2181 financiamentos de várias agências federais, como a FINEP, BNDES, empresas
2182 - sejam elas públicas, semi-públicas, privadas ou semiprivadas - e para isso,
2183 um dos ingredientes necessários é contar com fundações que sejam bastante
2184 ágeis e que possam contribuir de maneira célere para que isso aconteça. Parte
2185 daqueles R\$ 540 milhões que foram dados aos pesquisadores da Universidade
2186 de São Paulo - esse dinheiro não entrou na Universidade, foi feito na base do
2187 CPF de cada um dos pesquisadores, existem regras para a utilização desses
2188 recursos - existe uma forma, que representa de 10% a 20% desse recurso, que
2189 vem na forma de reserva técnica institucional, e que vem contribuindo
2190 sobremaneira, não só para melhorar a infraestrutura da pesquisa, mas também
2191 para aperfeiçoar outras áreas. Em muitas das nossas atividades, a mesma sala
2192 que é usada para pesquisa pode ser usada também para o ensino e assim por
2193 diante. Isso são recursos vultosos que não entram no nosso orçamento, mas
2194 estão sendo trazidos. Da mesma maneira, quando você recebe um recurso via
2195 fundacional, alguns permitem que se cobre o *overhead*, outros não, e o
2196 interessante é que alguns que não permitem que seja feita a cobrança com
2197 *overhead* são exatamente algumas agências públicas. Isso tem mudado ao
2198 longo do tempo, porque isso já impõe um déficit na fundação que foi criada
2199 para auxiliar o pesquisador, mas que tem um custo. Estima-se esse custo em
2200 torno de 5% a 8%. A FUSP está procurando trabalhar nos 5%, mas está
2201 passando por uma série de medidas. Evidentemente, o Pró-reitor de Pesquisa
2202 senta no Conselho da FUSP e é um lobista, digamos assim, para que ela
2203 funcione e dê a devida atenção para as necessidades dos pesquisadores. É
2204 possível, com a marca que a Universidade tem - a USP, como maior
2205 Universidade do país - que esses *overheads* possam ir muito além do que os
2206 5% necessários para a FUSP, para gerenciar esse recurso, ou seja, contratar
2207 pessoas que possam fazer os contratos, a prestação de contas e assim por
2208 diante. Mas precisamos explorar um pouco mais esse mecanismo para que,
2209 especialmente nas situações que já foram apontadas previamente pelo
2210 professor Benedito, de Ribeirão Preto, e por outros, se fazer um esforço ainda

2211 maior para que utilizemos esse potencial que existe dos pesquisadores em
2212 trazer recursos. Para finalizar, a necessidade de dar transparência não pode,
2213 de maneira alguma, deixar embaçado o grande e fundamental papel que essas
2214 fundações têm para uma atividade da Universidade que é essencial e que
2215 depende de recursos externos de grande maneira. E recursos que são
2216 competitivos. Então, a Universidade fará todo esforço para que seus docentes
2217 possam ser os mais competitivos do mercado.” **Cons. Renato Melo Ribeiro:**
2218 “Primeiro, quero registrar que é com orgulho que retorno ao Conselho
2219 Universitário, tive a oportunidade dessa instância na época em que o Professor
2220 Marcovitch era Reitor. O que me traz aqui hoje é uma preocupação com a
2221 formação de professores na Universidade de São Paulo. Em 2004, a USP
2222 tomou uma decisão muito importante. Depois de um árduo trabalho, presidido
2223 pelo Professor José Sérgio, da Faculdade de Educação, a USP publica uma
2224 espécie de conjunto de diretrizes para a formação docente na Universidade de
2225 São Paulo. É o programa de formação de professores de 2004. Esse programa
2226 tinha um grande objetivo e pelo menos dois eixos principais. O objetivo era dar
2227 um passo a frente na valorização da formação docente na Universidade. Os
2228 dois eixos era, por um lado, integrar mais a formação de professores da
2229 Universidade, o bacharelado com a licenciatura. Isso implicava mexer na
2230 estrutura curricular, na lógica das disciplinas, no interior da Universidade. Por
2231 outro lado, o segundo eixo tinha a ambição de valorizar o estágio curricular
2232 supervisionado, o estágio obrigatório, como algo estratégico na relação da
2233 Universidade com a escola pública, que é co-formadora dos nossos
2234 licenciandos, com uma possibilidade não só de melhorar a formação dos
2235 futuros professores, mas também de se ligar, de maneira orgânica, à escola
2236 pública, incidindo na sua formação continuada, no assessoramento dos seus
2237 projetos pedagógicos. São 11 anos de existência do Programa de Formação de
2238 Professores. Para operacionalizar tudo isso, foi pensada a organização de
2239 instâncias de articulação, que são as comissões coordenadoras de curso, a
2240 comissão interunidades de licenciatura, e também um recurso humano para
2241 operacionalizar esse projeto, que era a contratação, a realização de concurso
2242 para educadores da área de formação de professores. Nesses 11 anos, alguns
2243 concursos foram realizados, o programa conta com alguns educadores nas
2244 unidades, mas na maioria das unidades e cursos de licenciatura da Faculdade

2245 de Educação, ele é feito por monitores bolsistas da pós-graduação, que aqui
2246 represento, ou seja, estudantes de mestrado e doutorado da Universidade de
2247 São Paulo, que trabalham de uma maneira bem mais precária, mas fazendo as
2248 mesmas tarefas, com a mesma missão do programa de formação de
2249 professores. Na mudança de ano, neste ano, fomos surpreendidos com a
2250 redução do número desses monitores, com esse contexto de ajustes de
2251 contingenciamento de crise da Universidade, o programa sofreu alguns cortes
2252 que comprometeram um pouco seu trabalho. Com essa preocupação, e
2253 querendo também dar visibilidade ao trabalho do Programa de Formação, que
2254 tenta cumprir uma coisa que é dita, inclusive pela administração da
2255 Universidade, de que a USP precisa se inserir na sociedade. Então, somos o
2256 programa que faz a mediação entre a Universidade e a Escola Pública, para
2257 garantir a inserção dos nossos licenciandos e para articular projetos de estágio
2258 que sejam significativos também para a escola pública, onde tanto a
2259 Universidade, como o licenciando e a escola pública possam sair ganhando.
2260 Realizamos um encontro em setembro, acolhidos pela Faculdade de
2261 Educação, com a maioria dos monitores e educadores que trabalham nesse
2262 programa. Trouxemos para o conhecimento de vocês o documento final desse
2263 encontro, que o Professor Ignácio, por meio de sua equipe, se comprometeu a
2264 distribuir as cópias que trouxemos para todos os conselheiros. Esse
2265 documento, além de mostrar o que está sendo feito nas diferentes unidades, o
2266 trabalho da relação com as escolas, esse encontro também trouxe algumas
2267 propostas, no sentido de fortalecer o Programa de Formação de Professores.
2268 Uma delas é a manutenção dos monitores. Sem monitores, em várias unidades
2269 que não contam com educadores, o programa vai simplesmente parar. Então,
2270 toda essa relação que a Universidade tem com a sociedade, até para legitimar
2271 cada centavo - e não é pouco - que se investe nessa estrutura, que tem um
2272 orçamento que não é pequeno - claro que sempre queremos mais recursos,
2273 mas não é pouco dinheiro público quando você olha o conjunto dos orçamentos
2274 da sociedade, da área social, que se investe nessa Universidade. Então,
2275 estamos muito preocupados com o que pode acontecer com o Programa. Uma
2276 proposta nossa é a manutenção dos monitores. É importante, também, garantir
2277 a representação dos educadores nas Comissões Coordenadoras de Curso.
2278 Essa Universidade tem por princípio garantir a representação de todos os

2279 segmentos, em todas as instâncias. Aqui, no Conselho Universitário, estão
2280 representados os estudantes, funcionários, mas nas COCs - Comissões
2281 Coordenadoras dos Cursos de Licenciatura, não há a participação formal dos
2282 educadores, quando há educadores nas unidades. Mesmo a CIL, como
2283 instância de articulação, poderia contar com uma representação dos
2284 educadores. Para nós é muito importante rediscutir coletivamente, de maneira
2285 mais transparente e democrática, o próximo processo seletivo de monitores. Os
2286 monitores chegam em março, abril, quando o ano letivo já começou muito
2287 antes. Portanto, existe uma série de propostas nesse documento, de ampliação
2288 do diálogo da USP com as secretarias municipais e estaduais de educação,
2289 para estabelecer uma parceria formal, em função do estágio curricular
2290 obrigatório. É um conjunto de propostas para fortalecer esse importante canal
2291 de comunicação, de inserção e de atuação da Universidade de São Paulo na
2292 educação pública paulistana e paulista. Agradeço a atenção dos conselheiros.
2293 Entregamos esse documento pessoalmente ao Pró-reitor de Graduação, que
2294 se comprometeu a abrir o diálogo conosco, e esperamos fazer esse diálogo
2295 com a administração da Universidade, com os diretores de unidades e com
2296 todos aqueles que compõem esse Conselho e decidem os rumos da
2297 Universidade de São Paulo.” (O documento citado pelo Cons. Renato encontra-
2298 se como Anexo I desta Ata). **M. Reitor:** “Obrigado, Conselheiro. Este é um
2299 tema do maior interesse da Universidade. Não precisamos reforçar isso. Quero
2300 dizer, a formação dos professores está, claramente, entre as missões para a
2301 quais a Universidade de São Paulo foi fundada. Que ela não realizou isso
2302 plenamente, todos sabemos, então qualquer movimento nesse sentido é muito
2303 bem vindo, e tenho certeza que o Pró-reitor tratará isso com a atenção que
2304 precisa.” **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** “Primeiro quero manifestar meus
2305 cumprimentos ao professor Eduardo Monteiro pela execução. Imaginem
2306 quando ele já tiver resolvido os problemas de mobilidade, como deve ser. Muito
2307 talentoso. Ia registrar também minha decepção de não ver, nas reuniões
2308 anteriores, pontos que julguei importantes, um deles o professor Menna Barreto
2309 retomou e foi devidamente esclarecido quanto ao porquê da demora, e espero
2310 que o mesmo esteja acontecendo com os outros pontos. Um deles, se não me
2311 engano, era uma proposta de mudança da composição dos colegiados que
2312 escolhiam - ou escolherão - os diretores no novo formato, para aumentar um

2313 pouco a participação de funcionários e alunos nesses colegiados. A ideia - se
2314 não me engano o professor de São Carlos fez essa proposta - seria um
2315 substitutivo, acabou não vindo à reunião em que se discutiu o assunto da
2316 escolha de diretores e a proposta inicial que ele havia comentado foi que ele ia
2317 propor frações 70-15-15, como proporções de docentes, alunos e funcionários,
2318 nesse novo colegiado. Espero que o assunto esteja em análise dentro da CLR
2319 e venha para o Conselho para decidir, pois essa ou outra proposta de
2320 ampliação do colegiado seria um grande passo na melhoria e na maior
2321 democracia dentro das unidades, nas escolhas dos diretores. Outra omissão
2322 que percebi, foi uma retirada de pauta que não entendi direito por que
2323 aconteceu, se não me engano era de substituições de chefes e vice chefes de
2324 departamento, em função de não ter sido aprovado para diretor e vice-diretor.
2325 Foi um momento meio confuso daquela reunião e gostaria de ver esse assunto
2326 voltando para ser apreciado, porque era um assunto independente daquele
2327 que, teoricamente, tinha motivado aquela retirada de pauta. Quero, também,
2328 fazer uma observação em relação aos comentários sobre festas na
2329 Universidade. Como todos aqui, participei da vida acadêmica como aluno e não
2330 faltaram festas durante minha graduação. Havia abusos, havia uma série de
2331 questões que precisariam ser controladas e acho que, tempos atrás, por conta
2332 de alguns abusos - inclusive na nossa Faculdade - um constante diálogo entre
2333 a diretoria da Faculdade e os alunos conseguiu equacionar a realização de
2334 festas dentro de um ambiente civilizado, com um pouco de euforia por parte
2335 dos alunos, mas tudo dentro do normal, e penso ser perfeitamente possível
2336 estender isso para toda a Universidade. Realmente, não concordo com a
2337 utilização de um evento isolado e específico para banir festas como um
2338 princípio. Quero dizer, dentro do contexto apresentado, não pude me
2339 manifestar, porque não havia nenhuma discussão para suportar qualquer
2340 decisão contra ou a favor de festas como o Reitor solicitou. Como última
2341 observação, quero acrescentar algo às palavras do Pró-reitor de Pesquisa.
2342 Realmente, a Universidade tem um potencial de captação de recursos em
2343 vários meios, e não só para pesquisa, mas para uma série de outros eventos
2344 que a Universidade precisa manter e sustentar, podemos imaginar uma série
2345 de possibilidades, desde cátedras patrocinadas até outro tipo de funcionamento
2346 poderia contribuir para a entrada de recursos na Universidade de uma forma

2347 aberta, democrática e bastante responsável. Então, engrossaria o caldo das
2348 pessoas que falaram nesse tema hoje, solicitando à Reitoria que consulte seu
2349 pessoal técnico e encontre formas para trazer ao Conselho, propostas para que
2350 possamos ter - no curto, médio e longo prazo - uma forma de financiamento
2351 paralelo da Universidade, que não comprometa seus objetivos.” **Prof.ª Dr.ª**
2352 **Maria Paula Dallari Bucci**: “É preciso um esclarecimento. Houve duas
2353 propostas na última reunião do Conselho Universitário, uma que tratava do
2354 mandato tampão de vice-diretor - acho que é isso que o Conselheiro se refere -
2355 e a outra era muito similar, tratava do mandato tampão de vice-chefe de
2356 departamento. A de vice-diretor houve uma divisão no Conselho, ela não foi
2357 aprovada. A de vice-chefe de departamento foi retirada de pauta e terá que ser
2358 trazida de novo no próximo Conselho. Em relação ao problema do mandato
2359 tampão do vice-diretor é que as propostas, da forma como ficaram redigidas,
2360 não têm previsão sobre o que acontece quando fica vago o posto de vice-
2361 diretor. O que tem acontecido é que algumas unidades estão com esse
2362 problema e estão remetendo as consultas à Secretaria Geral para apreciação
2363 da CLR. Acho que será imperativo que a CLR, ou crie uma regra ou recomende
2364 ou determine a formulação de alguma regra para esse caso específico.” **M.**
2365 **Reitor**: “Presumo que essa questão terá que ser trazida de novo à votação.
2366 Encerrado este ano acadêmico, no próximo ano, que se traga novamente à
2367 consideração do Conselho, para ver se temos uma decisão consistente com
2368 relação a isso, em um sentido ou em outro, não importa, mas que se esclareça
2369 definitivamente.” **Secretário Geral**: “De qualquer maneira, como ficou esse
2370 vácuo pela não aprovação, o Professor Zago disse, na ocasião, que casos
2371 pontuais seriam resolvidos pela CLR. Então, posso informar que já tivemos
2372 dois casos, que foram do Instituto de Física de São Carlos e da Faculdade de
2373 Odontologia de Ribeirão Preto, que fizeram uma consulta e a CLR deu o
2374 caminho das pedras para que não houvesse prejuízo.” **M. Reitor**: “A
2375 constituição de colegiado não foi priorizada nessa primeira parte pela
2376 Comissão que tratou disso. Havia, sim, uma previsão quando iniciamos este
2377 processo todo. Não preciso repetir o que aconteceu no dia em que iniciamos
2378 aquela votação. Houve a decisão de algumas pessoas de que a votação não
2379 deveria seguir em frente, portanto era necessário ser interrompido o
2380 funcionamento do Conselho Universitário. Invadiram o Conselho Universitário e

2381 interromperam toda a discussão e votação. Naquele dia começaria a votação
2382 sobre isso. O assunto retomará, no seu devido momento, quando houver o
2383 suficiente interesse de todas as partes envolvidas para trazê-lo. Neste
2384 momento, temos uma pauta que já foi anunciada. Resolvida a questão da
2385 governança neste nível que tínhamos e mais algumas questões adicionais,
2386 como a que foi levantada hoje, relacionada com o impedimento, o nosso
2387 próximo tópico, no que diz respeito à revisão da vida da Universidade é
2388 avaliação, progressão docente, regimes de trabalho e avaliação institucional e
2389 individual, inclusive o papel da CERT. Este é o próximo tópico para discussão
2390 nesta Universidade. Tenho anunciado isso publicamente em todos os pontos
2391 que vou. Portanto, não serão absolutamente surpreendidos para dizer que
2392 ninguém sabia que era isso. Este é o tópico, porque esse tópico precisa de
2393 solução, antes que possamos passar para a análise da contratação de
2394 docentes, que terá que ser feita. Todos sabemos que é um problema sério e
2395 importante, mas antes que isso se inicie, a própria Universidade precisa fazer
2396 uma revisão da sua vida. Portanto, este é o tópico. Composição de colegiados
2397 entrará quando houver suficiente interesse da comunidade universitária de que
2398 ele entre. Não há nenhuma restrição a trazê-lo, desde que estejam dispostos a
2399 votar, porque apenas discutir não serve para nada.” **Cons. Gabriel Maurílio**
2400 **Colombo de Freitas (imagens projetadas sem som, a pedido do**
2401 **conselheiro)**: “Faço essa intervenção em nome dos alunos da moradia da
2402 Casa do Estudante Universitário, no *Campus* de Piracicaba. A Casa do
2403 Estudante tem 53 anos hoje, quando fez 52 entrou em um processo de
2404 reforma, porque já tinha vários problemas de infiltração, problemas hidráulicos
2405 e elétricos, mas após um ano e três meses do início da reforma, a mesma foi
2406 abandonada pela empresa, por problemas jurídicos, e desde 25 de setembro,
2407 os alunos estão lidando com a casa nessa situação, sem conseguirem avançar
2408 em nenhuma medida. Houve compromissos por parte da prefeitura e por parte
2409 do Reitor para solucionar essa questão, mas nada foi tratado efetivamente.
2410 Então, eles solicitaram que eu passasse essas imagens, com a situação em
2411 que todos estão tendo que conviver. Atualmente, há mais de 80 estudantes
2412 morando na casa, não está uma situação agradável. Os alunos de lá têm um
2413 histórico de excelente desempenho acadêmico e estão tendo que dividir muitos
2414 espaços, tiveram que conviver com entulho durante um tempo, essa é a

2415 habitação da área comum, área externa. A situação está bem precária e estão
2416 muito preocupados com o próximo ano, quando terão de receber os alunos
2417 ingressantes que também necessitam do programa de permanência estudantil.
2418 Não sabem como farão se 40 quartos hoje estão impossibilitados de serem
2419 habitados, porque o primeiro andar está todo quebrado, com as janelas abertas
2420 - em relação à segurança, também é perigoso. Tem fiação exposta, quartos
2421 que foram reformados estão com problemas de infiltração. Mesmo quartos que
2422 foram reformados, devido a problemas com a qualidade feita pela empresa, os
2423 quartos estão inabitados, seja por problemas de infiltração no banheiro, seja
2424 por umidade excessiva dentro dos próprios quartos. Então, eles querem expor
2425 a situação e com o objetivo de cobrar certa celeridade nesse processo para
2426 que isso se solucione, seja chamando a segunda empresa da licitação, seja
2427 fazendo um novo processo de licitação, que isso tenha prioridade, pois é
2428 fundamental para permanência estudantil. Essas casas, que já são prédios
2429 antigos, contam com todas as condições de infraestrutura e são próximas à
2430 escola, não podem ser substituídas por bolsas de R\$ 400,00, que são
2431 insuficientes para adequar moradia próxima à ESALQ a todos que precisam,
2432 incluindo os que necessitarão no próximo ano. Portanto, de certa forma é uma
2433 cobrança e uma exposição dessa situação, pedindo a compreensão para que
2434 se solucione rapidamente esse problema. Dentro do contexto de cortes,
2435 pedimos que se dê atenção devida a essa situação e a prioridade à
2436 continuidade da reforma, no âmbito do programa de permanência estudantil.”

2437 **M. Reitor:** “Muito obrigado. Reafirmo o que disse: é prioridade da Universidade
2438 resolver isso. Obviamente, já cobrei a solução e recebi respostas que envolvem
2439 dificuldades com licitações do poder público, e assim por diante. Mas continua
2440 sendo prioridade, vou examinar isso pessoalmente. Se você quiser, está
2441 convidado a acompanhar todos os procedimentos burocráticos envolvidos na
2442 solução desse problema, para saber exatamente onde e por que as coisas
2443 pegam. Para ficar claro que a Universidade faz seu esforço, ou detectar que
2444 não faz e depois voltar aqui e denunciar. Não temos nada a esconder com
2445 relação a isso. Garanto-lhe que sou tão interessado quanto o Conselheiro em
2446 resolver isso no menor prazo possível. Então, se quiserem nos ajudar serão
2447 muito bem-vindos.” **Cons. André Simmonds de Almeida:** “Primeiramente,
2448 nosso grupo é a favor da polícia no *Campus*. Não temos essa ala

2449 sensacionalista que acha que estamos na ditadura ainda. Somos favoráveis.
2450 Sou da Escola Politécnica, fiz parte do Grêmio Politécnico e na minha gestão,
2451 fizemos um plebiscito com os alunos e 88% deles foram favoráveis à PM.
2452 Portanto, temos um dado concreto de que muitos alunos querem, mas ainda
2453 não têm voz com o Movimento Estudantil. Outra coisa, tenho que discordar da
2454 minha colega, acho que a gestão Zago é, sim, muito mais transparente,
2455 mantém um diálogo com os alunos - quando os alunos têm interesse. Apesar
2456 de não concordar com tudo, mas existe esse diálogo, tanto é que desde o
2457 Grêmio e agora, como representante discente pela USP, temos várias
2458 conversas sobre diversos assuntos, discordando e concordando, mas
2459 chegando em um consenso para melhorar a vida de todos. Uma dessas
2460 discordâncias, por exemplo, era a questão das festas. Concordo com o
2461 professor que subiu aqui, acho que dá para regularmos isso com o diálogo
2462 entre professores e alunos, para tentar chegar a uma coisa bem feita, bem
2463 regulada, para que tenhamos esses eventos, essa integração, os quais os
2464 centros acadêmicos e atléticas necessitam muito, porque além dessa parte de
2465 integração entre os alunos, o dinheiro que se tem desses eventos é destinado
2466 para esporte e para extensão. Então, isso é muito importante para nós, pois do
2467 contrário se tem vários problemas. A Atlética da Poli, por exemplo, já teve
2468 vários problemas, sem dinheiro para investir em esporte, assim como grêmio,
2469 essas entidades mais próximas. Quanto à crise, o Professor Krieger falou muito
2470 bem das fundações e como ex-representante discente de CTA, CG e agora de
2471 departamento, nossa chapa também considera muito importante as fundações
2472 dentro da Universidade. Elas acabam ajudando muito, principalmente com
2473 bolsas para os alunos que fazem iniciação científica e iniciação tecnológica, e
2474 dinamismo com pesquisa e inovação. Acho que o Professor que fez o
2475 levantamento, o fez muito bem, inclusive agradeço, porque acaba se colocando
2476 os dados na mesa e assim se tem um passo para discussão, diferente de ficar,
2477 em todos os Conselhos Universitários, falando que se deve acabar ou se deve
2478 continuar com as fundações, sem avançar na discussão. Precisamos avançar.
2479 Tem que aumentar o repasse? Não tem? O que a fundação faz? Acho que falta
2480 isso no Conselho Universitário, avançarmos mais na discussão e não ficar tão
2481 parado. Acho que nessa linha de raciocínio, uma coisa que até ia pedir ao
2482 Conselho Universitário, é que não fiquemos batendo tanto na COP, mas que

2483 possamos trazer soluções, até para um longo prazo. Por exemplo, a questão
2484 do *endowment* que falamos, o *endowment* da Poli tem quatro anos e já investe,
2485 por ano, R\$ 350 mil reais. Parece pouco, mas em quatro anos você já
2486 consegue ter vários laboratórios, várias disciplinas novas que estão sendo
2487 contempladas com isso. Imagine tendo a USP inteira em torno desse assunto e
2488 em um longo prazo, daqui a 10 ou 15 anos. Temos que pensar em certas
2489 soluções e não ficar só falando que não devemos fazer o que a COP está
2490 falando, enquanto a COP tenta arrumar soluções. Quanto ao reajuste zero,
2491 achamos que ele é necessário. Se formos ver, até pelos gráficos que os
2492 professores mostraram, a gestão Rodas aumentou muito os salários dos
2493 funcionários. Tivemos no portal da Folha - a transparência - vendo que
2494 secretários recebiam R\$ 20 mil, motoristas R\$ 15 mil, e se colocarmos isso no
2495 papel, é totalmente inviável. Somos uma Universidade pública, a saída fácil
2496 seria aumentar imposto, mas esse imposto sai de algum lugar: ou da
2497 população que paga, sendo que é a população mais pobre que acaba arcando
2498 com o ICMS, ou tira de algum outro dinheiro, que seria a educação e a saúde.
2499 Essa é a solução mais fácil, mas é inviável. Portanto, precisamos pensar em
2500 soluções paralelas, e o reajuste zero para o ano que vem, em nossa opinião, é
2501 a eventual saída. Somos uma Universidade pública, não temos outro dinheiro.”

2502 **Cons.^a Julia Machini de Miranda:** "Gostaria de colocar alguns temas que já
2503 foram abordados. O primeiro é que tudo o que aconteceu com relação aos
2504 estudantes das escolas públicas mostra algo que nós, estudantes da USP,
2505 temos tentado colocar aqui dentro da USP, que é defender uma educação de
2506 qualidade. E não vamos ter medo de colocar isso, independentemente das
2507 dificuldades que tenhamos que enfrentar aqui dentro. Tem sido muito frustrante
2508 participar deste Conselho, porque parece, muitas vezes, que não tem muita
2509 coisa acontecendo dentro da Universidade. E sabemos que toda essa questão
2510 do orçamento é preocupante, mas as escolhas que fazemos ao votar e ao
2511 colocar as discussões aqui, são determinantes para a vida do estudante e,
2512 também, dos professores e funcionários. O conselheiro que me antecedeu,
2513 falou sobre a presença do Reitor para debater temas, mas na minha
2514 Faculdade, por exemplo, isso nunca aconteceu, e creio que nunca acontecerá.
2515 Temos situações, por exemplo, como nessa semana, em que fiz várias provas
2516 em salas lotadas, onde os estudantes tinham que ficar para fora da sala de

2517 aula fazendo prova. Acho que esta é uma situação insustentável. Como você
2518 faz uma prova fora da sala de aula? Além de várias questões de infraestrutura
2519 e professores, que todo dia se colocam como empecilhos para a qualidade do
2520 nosso ensino aqui dentro. Penso que se os estudantes secundaristas
2521 conseguiram mostrar que queremos uma educação boa e aqui na USP não
2522 devemos ter medo de colocar essas situações. O segundo tema que gostaria
2523 de abordar é sobre as festas, porque acho lamentável termos que ver uma
2524 cena dessas para justificar uma política que, na visão dos estudantes, não faz
2525 sentido nenhum. Sabemos que as festas fazem parte da vida universitária e se
2526 elas não acontecerem aqui dentro, acontecerão fora da Universidade, e
2527 situações como essas vão continuar acontecendo. Agora, acho que é muito
2528 ruim a Universidade ter uma postura de falar 'se é do nosso muro pra fora, tudo
2529 bem, os estudantes que cuidem da sua vida'. Não é assim que funciona. Penso
2530 que se queremos realmente reverter esse quadro, não é a partir da proibição
2531 de festas que vamos conseguir fazer isso. Precisamos fazer um debate sério e
2532 campanhas, por exemplo, a partir da 'Calorada' que teremos no próximo ano.
2533 Nós tentamos, enquanto DCE, fazer, desde sempre, uma discussão sobre o
2534 que significam os trotes, quais os tipos de práticas, o que é violência na
2535 Universidade. Já está formada uma rede de professoras que quer debater este
2536 tema, tanto institucional, quanto o que acontece em espaço de festa, e acho
2537 que poderíamos levar isso com seriedade. A Cons.^a Marcela comentou sobre
2538 um plano alternativo de segurança e temos questões que são bem pontuais,
2539 como o fato de que saímos das aulas às 11 horas da noite e o ponto de ônibus
2540 não tem luz, a rua está vazia e temos que ficar uma hora esperando um circular
2541 passar. Isso aumenta muito a chance de violência. Para além disso, tem toda a
2542 questão dos estupros na Universidade. Estamos sempre abordando isso,
2543 porque é uma preocupação nossa de todo dia. Existem vários casos,
2544 aconteceu uma CPI que apurou os casos, ficamos sabendo de vários e a única
2545 punição que ouvi dizer foi uma suspensão, que depois de alguns meses o
2546 menino podia pegar o diploma dele, como se nada estivesse acontecido. Se
2547 queremos repudiar questões de violência em festas que acontecem, não é
2548 jogando para fora dos muros da Universidade que vamos conseguir.
2549 Precisamos fazer uma discussão sobre que tipo de campanha e medidas
2550 podemos adotar com os estudantes para fazer isso. Como foi comentado,

2551 muitos Centros Acadêmicos, como Atlética, dependem muito dessa renda para
2552 fazer as atividades com os estudantes. De forma, que venho nesta última
2553 reunião do ano, abordando sobre a frustração de fazer parte desse Conselho,
2554 porque muitas vezes parece que isso não está acontecendo. E se queremos
2555 fazer com que a Universidade seja uma condutora de inovações, a primeira
2556 coisa que precisamos inovar é o modo como tomamos as decisões e as
2557 decisões que tomamos. Temos que conseguir olhar as coisas de um modo
2558 diferente." **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu**: "A Faculdade de Filosofia
2559 tem três conjuntos didáticos, que são: Conjunto de Letras, Conjunto de
2560 Ciências Sociais e Conjunto de História e Geografia. Os prédios, por razões
2561 que não vou ficar aqui agora detalhando, foram sofrendo deterioração ao longo
2562 dos anos. O pior deles, o mais deteriorado é o prédio de História e Geografia,
2563 por intervenção longa, por ser um prédio de tombamento e isso exige uma
2564 série de cuidados para que as medidas possam ser tomadas. Ao longo da
2565 minha gestão, no caso do prédio de História e Geografia, procurei criar uma
2566 comissão, mas essa comissão, infelizmente, não avançou. É que eu queria que
2567 a comissão de alunos, professores e funcionários fizessem propostas visando à
2568 recuperação do prédio. Lá há dificuldades muito grandes nas salas de aulas,
2569 temos consciência disso, estamos procurando intervir, mas essas intervenções
2570 não dependem da vontade do diretor. Temos problemas com vedação de
2571 salas, mas por causa do prédio não posso fazer como seria adequado; tem
2572 problema de troca do piso, que também por causa do prédio não posso fazer.
2573 O prédio de Letras, de fato, também não é um prédio que foi adequadamente
2574 planejado para atender o número de alunos. Anualmente entram no curso de
2575 Letras 840 alunos e o fluxo interno é grande. Sei que há problemas,
2576 evidentemente, estou aberto a conversar com alunos, com os chefes de
2577 Departamentos e sempre que os problemas vão aparecendo, vamos tentando
2578 intervir. O prédio de Ciências Sociais - prédio do meio - talvez seja o que tem
2579 menos problemas. De fato, reconheço que as instalações não são as mais
2580 adequadas para propiciar as melhores condições de ensino e de pesquisa. A
2581 despeito disto, os cursos de História, Geografia, Ciências Sociais e alguns
2582 cursos de Letras estão entre os 100 melhores cursos do mundo. De forma que
2583 temos que olhar os dois lados: há, realmente, problemas, esses problemas não
2584 são fáceis de serem enfrentados, mas, por outro lado, reconheço que

2585 professores e alunos têm feito um esforço muito grande de superar essas
2586 dificuldades, ainda que tenhamos que lutar para que haja condições mais
2587 adequadas." **M. Reitor:** "Reconhecemos esse esforço, assim como a
2588 contribuição da Faculdade nas várias áreas do conhecimento nas quais é
2589 proeminente. Portanto, entendo, da manifestação do Prof. Sérgio, que o
2590 primeiro passo para resolver estes problemas é internamente equacionarem
2591 quais soluções priorizam, para que elas possam ser abordadas
2592 adequadamente." **Cons. Junior Barrera:** "Gostaria de dividir uma
2593 preocupação, mas antes de mais nada, quero parabenizar os Professores
2594 Vahan Agopyan e Marco Antonio Zago, por todo esforço que têm feito no
2595 sentido de manter a Universidade funcionando, apesar de todos os problemas
2596 conjunturais. Minha preocupação é com relação à missão da Universidade de
2597 São Paulo, ou seja, a excelência - a excelência acadêmica, científica e de
2598 formação de alunos. E vejo elementos extremamente preocupantes nesse
2599 sentido. Tomo por exemplo o meu Departamento, que vi ser construído por 30
2600 anos, com muito zelo e continua até hoje, nas contratações. Diria que hoje, dos
2601 40 professores que temos, entre 20 e 30 tem mercado internacional, e vejo
2602 uma situação muito difícil na USP. Por exemplo, o topo da carreira da nossa
2603 Universidade está 40% abaixo das Escolas Federais; minha secretária, se for
2604 contar por hora, ganha mais do que eu; e tem secretárias que ganham valor
2605 absoluto maior do que professor titular do Departamento do Instituto. Enfim,
2606 estas são situação anômalas que não são cabíveis em uma Universidade que
2607 tem intenção de ser uma das melhores do mundo, simplesmente porque é
2608 insustentável. Se queremos contratar gente muito boa, tem que ser
2609 competitiva, de forma que temos que ser mais ousados. É muito importante
2610 manter as coisas funcionando, mas, no meu ponto de vista, o perfil jurídico da
2611 USP é completamente inviável. Sobreviver com recursos do Estado é inviável,
2612 a FAPESP também é Estado. Estive no Texas há um mês e visitei a
2613 Universidade Texas A&M, que visito há quase 20 anos, que é uma das
2614 universidades mais populares dos Estados Unidos, que tem excelente
2615 qualidade e diversos cursos *top ten*, como por exemplo, a pós-graduação em
2616 Engenharia. E o recurso que o Estado do Texas fornece à Universidade é 20%
2617 do *budget* total. De forma que temos desafios muito importantes. Vejo que a
2618 sociedade, mesmo a capital de São Paulo, o Estado de São Paulo, não tem o

2619 respeito e o amor pela USP que ela merece. A razão da USP existir é ela
2620 mudar o país, ela tem pessoas que formam pessoas diferentes, que traz
2621 conhecimento que pode mudar a história do país. Se não tivermos este perfil,
2622 pode fechar, podemos ceder a Universidade para a UNIP ou para qualquer
2623 outra instituição. Temos que ser diferentes e para ser diferente temos que ter o
2624 perfil diferente, e o perfil jurídico da USP é inviável, não tem como ser
2625 competitivo desse jeito. Então, temos que estudar isto com extrema
2626 profundidade. As nossas contratações de professores são importantes,
2627 reposições são importantes, mas igualmente importante é que os professores
2628 jovens queiram vir para cá e que os professores daqui não queiram ir para os
2629 Estados Unidos ou para as universidades federais. Fico olhando o que escrevi,
2630 com o apoio do Departamento, no nosso Plano de Metas e estava escrito que
2631 queremos ser um dos 50 departamentos do mundo nos próximos 10 anos. Nós
2632 podemos ser, mas também podemos desaparecer daqui dois anos. Gostaria de
2633 dividir isso como todos. Obrigado." **M. Reitor:** "O Cons. Junior Barrera fez uma
2634 contribuição importante nesta reunião. Tenho apenas um reparo: com relação
2635 ao que disse que não há respeito do Estado de São Paulo com sua
2636 Universidade. Discordaria disso. Penso que todos têm direito de achar que a
2637 Assembleia Legislativa não respeita, ou mesmo o Governador, ou seja quem
2638 for, de qual partido for, mas o Estado de São Paulo respeita a sua
2639 Universidade. E, de fato, não há equivalente, no Brasil ou no mundo, do
2640 tamanho do apoio que o Estado de São Paulo, tradicionalmente, há muitos
2641 anos, como uma política de estado do povo paulista, dá à sua Universidade.
2642 Penso que temos que ser gratos ao Estado e ao povo paulista. É o único
2643 reparo que tenho. Agora, que digam que o governador presente ou passado,
2644 ou outro, isso faz parte da luta política e entendo isto perfeitamente, mas o
2645 nosso Estado respeita a sua Universidade, porque ele sabe que grande parte
2646 do que ele é, deve à sua Universidade." **Cons. Junior Barrera:** "Eu quis dizer
2647 o cidadão comum. A USP é muito menos conhecida e respeitada pelo cidadão
2648 comum do que devia ser." **M. Reitor:** "Concordo e acho que temos culpa
2649 nisso." **Cons. Junior Barrera:** "Devemos fazer um esforço grande em
2650 participar da vida da sociedade. Por exemplo, aconteceu uma confusão
2651 recentemente com as medidas do governo do Estado, propondo mudanças na
2652 forma de organização do ensino. Nós devíamos ter opiniões técnicas, não

2653 políticas, mas *blogs* de discussão, com especialistas sobre outras coisas, como
2654 o trânsito da cidade de São Paulo. Não é possível que não exista uma
2655 cooperação entre a Prefeitura e a Escola Politécnica, que exista um centro de
2656 cooperação, como tem em Nova York, na Colômbia. Esse é meu ponto de
2657 vista, a sociedade tem que entender o que é USP, temos que nos aproximar da
2658 sociedade. Quando falamos que queremos vestibular intelectual, intelectual
2659 não significa dizer que nasceu em classe rica, no meu ponto de vista, as
2660 pessoas talentosas para aprender aparecem em qualquer lugar, é uma
2661 distribuição disforme. Deveríamos ter aqui, se prospectassem bem na
2662 população a capacidade das pessoas, uma distribuição socioeconômica similar
2663 à da população - 90% de pobre. É essa aproximação que acho que é um
2664 desafio que todos nós temos que nos debruçar para atingir. Isso é mais ousado
2665 do que estamos fazendo." **M. Reitor**: "Tenho mais dois comentários que
2666 derivam da fala do Conselheiro. A questão do teto, que obviamente todos
2667 temos que trabalhar para resolver isto - e aqui não se trata de defender
2668 interesse de um ou de outro, mas trata-se, principalmente, de preservar o
2669 interesse dos jovens para a carreira universitária nas três universidades
2670 públicas paulistas em comparação, por exemplo, às universidades federais.
2671 Isto é um tópico que, na medida do possível, cada um de nós deve trabalhar e
2672 o Reitor está fazendo isso. Obviamente, a maneira como faço é diferente da
2673 maneira como cada um dos senhores fazem. Outro ponto é o Conselheiro
2674 tomar como exemplo uma universidade estrangeira em que 20% dos recursos
2675 vem do governo do estado local. Isto é um padrão que se reproduz em grande
2676 parte, na maioria, por exemplo das grandes universidades americanas e
2677 mesmo das universidades europeias - talvez uma exceção com relação às da
2678 Alemanha. Mas isto apenas aponta ou repete um tema que já passou por esta
2679 reunião do Conselho hoje numerosas vezes, isto é, temos que nos organizar
2680 institucionalmente - o estudante também fez a mesma contribuição - para
2681 buscarmos fontes adicionais de recursos. E aqui não basta uma pequena fonte,
2682 porque não iria resolver o nosso problema, temos que mudar a nossa
2683 perspectiva. Para isto é necessário que toda Universidade se envolva, é
2684 preciso que este Conselho tome medidas. Não basta querer que a Reitoria
2685 traga ideias, ideias nós temos, o problema é viabilizar isto, é institucionalizar
2686 isto. Mas estou convencido de que há, neste Conselho, uma grande tendência

2687 a promover uma busca de recursos adicionais àqueles da nossa fonte
2688 tradicional, que é o ICMS." **Cons.^a Gabriella da Silva Luz**: "Vim a pedido dos
2689 estudantes do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira, de São Carlos,
2690 trazer a carta que os estudantes deste Centro fizeram, para demonstrar a
2691 realidade dos alunos lá no *Campus*. 'Carta aberta do CAASO por uma
2692 Universidade justa. O *Campus* USP de São Carlos sofreu um forte golpe da
2693 sua própria Reitoria. Durante o mês de outubro passamos por um amplo
2694 processo político envolvendo estudantes, professores e funcionários, que
2695 resultou em um termo de acordo para desocupação da Prefeitura do *Campus*,
2696 com compromisso de ambas as partes para procurar uma solução para a
2697 complexa situação que se desenhou na Universidade, consequência de uma
2698 gestão irresponsável e, por muitas vezes velada, dos nossos recursos. Dentre
2699 os pontos acordados, um deles definia que seria montada uma comissão para
2700 estudar os processos internos do restaurante universitário e se haveria alguma
2701 outra alternativa para a manutenção do funcionamento integral, que não fosse
2702 a terceirização, uma vez que são conhecidas suas consequências para a
2703 qualidade do alimento, da vida dos trabalhadores e para a garantia de um
2704 serviço estável, além de reduzir os desperdícios da Universidade em um
2705 momento de aguda crise econômica. Desrespeitando todo um processo de
2706 debates de ideias, um dos cernes da Universidade, nosso Reitor Marco Antonio
2707 Zago, decidiu que este ponto - principal motivo pelo qual o *Campus* se
2708 mobilizou - será ignorado, e determinou a imediata terceirização do
2709 restaurante, estendendo a decisão para o *Campus* de Piracicaba e o
2710 restaurante da Prefeitura do *Campus*. O prazo para que o edital fique pronto é
2711 de 20 dias, sendo que ele já está em São Paulo e não passou por qualquer
2712 estudo prévio qualificado ou consulta aos principais envolvidos com os
2713 restaurantes, os estudantes e funcionários, como sugere qualquer bibliografia
2714 de Administração. Diante deste atentado à lógica e à democracia, o Centro
2715 Acadêmico Armando de Salles Oliveira - CAASO, vem a público manifestar sua
2716 posição. Em primeiro lugar, lamentamos profundamente a posição do nosso
2717 Reitor, que passou por cima dos diretores das Unidades, do Conselho Gestor
2718 do *Campus* e do CAASO, ao tomar uma decisão que não é respaldada por
2719 qualquer argumento lógico, se configurando uma posição meramente política.
2720 Já era notícia nos bastidores que a Universidade irá, mais uma vez, propor que

2721 não haja reajuste nos salários, o que, evidentemente, resultará em mobilização
2722 de toda comunidade universitária. E não seria interessante para a Reitoria que
2723 a discussão sobre terceirização ocorresse no mesmo momento. Gostaríamos,
2724 também, de afirmar que repudiamos completamente esta maneira de fazer
2725 política expressa na ação da Reitoria. Infelizmente, no Brasil, prevalece a
2726 vontade daquele que tem maior força política, ignorando todo o processo
2727 democrático e afastando as pessoas que pretendem chegar a um modelo mais
2728 saudável de vida, através do confronto de ideias. Esperamos que a USP possa
2729 um dia ser um exemplo a ser seguido e não uma mera reprodutora dos vícios
2730 da nossa sociedade, onde prevaleçam as melhores ideias e não aquele com a
2731 caneta maior. Infelizmente esse é, ainda, um horizonte distante. O Reitor Zago,
2732 às vezes em que estive em nosso *Campus*, sempre enalteceu o papel do
2733 CAASO enquanto entidade representativa e progressista. Enfatizamos,
2734 portanto, que a partir desse momento, Marco Antonio Zago é considerado
2735 *persona non grata* pelo CAASO, justamente por ter atacado diretamente aquilo
2736 que reconhece como papel histórico do nosso Centro Acadêmico. Faremos
2737 questão de lembrá-lo deste título em todas as visitas que forem feitas em São
2738 Carlos e lamentamos que esta seja a maneira como ele trata seus estudantes
2739 que querem debater uma universidade melhor. O CAASO, em todas as suas
2740 reivindicações, soube reconhecer o momento delicado em que a USP passou e
2741 acordou reivindicações que fossem possíveis de serem concretizadas. Em todo
2742 momento colocamos a nossa preocupação de ter uma Universidade que
2743 avance, tanto quanto possível, mas de maneira responsável para com seus
2744 recursos. Procuramos ser uma voz que se baseasse no diálogo e na crença de
2745 que pessoas razoáveis são capazes de encontrar uma solução. Infelizmente,
2746 os resultados justificam por que na USP se faz necessário, às vezes, realizar
2747 ocupações, greves e outras medidas de enfrentamento. Lamentamos não ser
2748 possível dar um voto de confiança em nossos dirigentes. Por fim, deixamos
2749 claro que são por motivos como esses que pautamos tanto a questão da
2750 estrutura da Universidade. É preciso fazer uma reforma para um modelo onde
2751 posicionamentos como esse não sejam possíveis, e onde prevaleça a
2752 democracia e a lógica. Além disso, deixamos clara a nossa manifestação de
2753 que um edital feito em 20 dias, sem estudos prévios, sem consultar à
2754 comunidade universitária, feito de maneira atropelada, terá uma série de

2755 defeitos, cujas consequências recairão sobre os estudantes e configura uma
2756 série de irresponsabilidade com a gestão do dinheiro público. Convidamos
2757 todos os Centros Acadêmicos, DCEs, alunos, diretores de unidades,
2758 professores, funcionários e cidadãos, a divulgar esse ocorrido e a se unir a nós
2759 em uma luta para uma sociedade onde, como diz o Brasão da USP, a 'Ciência
2760 vença'. Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira - CAASO, 24 de
2761 novembro de 2015.' " **Cons.ª Maria Isabel de Almeida**: "Quero manifestar total
2762 e irrestrito apoio à manifestação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, nas
2763 palavras do Cons. Carlos Martins. Acho que a Universidade de São Paulo está
2764 plenamente contemplada com suas palavras. Volto, como representante da
2765 minha Congregação, para retomar um assunto que já apareceu nas
2766 manifestações de hoje, pelo representante de pós-graduação. Trata-se do
2767 nosso Programa de Formação de Professores. Achei muito oportuna a
2768 manifestação do nosso Reitor ao se colocar de maneira positiva e favorável à
2769 importância que tem o nosso Programa de Formação de Professores nesta
2770 Universidade e, como ele lembrou, esta é uma das razões da própria criação
2771 da Universidade de São Paulo. Se considerarmos a importância que tem hoje a
2772 presença do professor no cenário nacional, ele recebe um apoio unânime em
2773 todos os momentos, de todas as autoridades que ouvimos manifestações
2774 públicas. No entanto, a condição de sua formação, de trabalho e de salário é
2775 das mais precárias que historicamente já vivemos. A USP tem um
2776 compromisso de qualidade com a formação de professor. Na década de 90,
2777 fizemos uma atualização do nosso programa de formação de professores,
2778 buscando colocá-lo em sintonia com a legislação federal, que passava por
2779 mudanças naquele momento e, também, na perspectiva de superar as
2780 dificuldades que a própria Universidade viveu ao longo de várias décadas no
2781 campo da formação. Criamos o chamado Programa de Formação de
2782 Professores da Universidade de São Paulo, o nosso PFP-USP. O Programa de
2783 Formação já foi bastante explanado pelo Cons. Renato, não vou entrar nos
2784 detalhes, tem, no entanto, uma estrutura que busca, com a sua criação e seu
2785 funcionamento, reposicionar a importância e o lugar das instituições
2786 formadoras de professor no seio dessa Universidade. Esta Comissão se chama
2787 CIL - Comissão Interunidades de Licenciaturas. Temos mais de 26 cursos de
2788 licenciatura e cada um desses cursos tem uma representação que compõe

2789 esta Comissão, articulada com a Pró-Reitoria de Graduação. E desde que o
2790 Programa foi aprovado, em 2004, e colocado em efetivação, esta instância tem
2791 crescido na sua importância, no seu papel, no sentido de pensarmos as
2792 necessidades e as possibilidades que se colocam no campo da formação dos
2793 professores. De forma que é neste sentido minha manifestação, estamos
2794 ouvindo - ainda estamos neste território de ouvir dizer - sobre a possibilidade
2795 de extensão desta Comissão na estrutura da Pró-Reitoria de Graduação. Não
2796 quero crer que isso possa se confirmar, inclusive diante da manifestação de
2797 apoio do nosso Reitor a minutos atrás. De qualquer forma, queria deixar neste
2798 Conselho o veemente pedido para que cuidemos com bastante esmero da
2799 temática da formação de professores, no sentido da preservação da sua
2800 estrutura, que é bastante significativa quando saímos pelo país afora para
2801 discutirmos aquilo que a USP construiu como proposta estruturante de
2802 formação de professores. Muito obrigada." **M. Reitor:** "Reservei para este
2803 momento os agradecimentos deste Conselho Universitário e da Universidade
2804 de São Paulo a três Conselheiros que deixam o Conselho: Professor Luiz
2805 Silveira Mena Barreto, Professor José Renato C. Araújo e Professor Valdecir
2806 de Assis Janasi. Estes não estarão aqui no dia 1º de março de 2016, portanto,
2807 cabe-nos agradecer a contribuição que deram nesse tempo que aqui
2808 passaram." Palmas. Encerradas as manifestações do Expediente, o **M. Reitor**
2809 retorna à Ordem do Dia, passando ao **CADERNO VII – MINUTA DE**
2810 **RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO 2015.1.14726.1.3 – COMISSÃO DE**
2811 **ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO.** Minuta de Resolução que cria o Programa
2812 Parceiros da USP e dá outras providências. Ofício da Procuradora Geral, Dr.^a
2813 Márcia Walquíria Batista dos Santos, ao Presidente da COP, Prof. Dr.
2814 Adalberto Américo Fischmann, encaminhando, em atendimento ao
2815 anteriormente solicitado pela COP, os documentos elaborados referente ao
2816 “Estudo sobre doações e outras formas de entrada de recursos financeiros na
2817 USP”, que incluem minuta de Resolução e Roteiro para doações e apoio da
2818 iniciativa privada (11.08.15). **Parecer da PG:** quanto à minuta de Resolução,
2819 esclarece que se trata de criação de um “Programa Parceiros da USP”, à
2820 semelhança do que hoje já ocorre em Unidades e órgãos da USP, como FEA,
2821 Poli e SIBi. Objetiva-se a institucionalização de um amplo projeto de apoio
2822 financeiro às atividades da USP, em reconhecimento ao relevante papel da

2823 Universidade no desenvolvimento da educação, ciência e inovação. Em relação
2824 ao roteiro elaborado, objetiva-se traçar os principais aspectos legais sobre o
2825 tema, expondo, ainda, os principais pontos sobre algumas das leis de incentivo,
2826 cujo escopo poderia beneficiar projetos no âmbito da USP, com ênfase à Lei
2827 Rouanet, citando projetos de sucesso já realizados com unidades como a FEA,
2828 FM e MAC. (17.08.15). **Parecer da COP:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr.
2829 Adalberto Américo Fischmann, favorável à minuta de Resolução que cria o
2830 Programa Parceiros da USP e dá outras providências. Aprova, ainda, a
2831 divulgação do roteiro elaborado pela Procuradoria Geral, que trata de doações
2832 e apoio da iniciativa privada (15.09.15). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
2833 relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, favorável à minuta de Resolução que cria
2834 o Programa Parceiros da USP e dá outras providências (04.11.15). **Cons.**
2835 **Adalberto Américo Fischmann:** "Saudamos este Programa como sendo mais
2836 uma oportunidade de recebermos aportes de recursos que a sociedade, de
2837 diversas formas, pode trazer para a USP. Entendemos que o Programa irá
2838 contribuir bastante com as possibilidades de arrecadação de recursos
2839 adicionais. Portanto, saudamos esta iniciativa." **Cons. Laerte Sodré Júnior:**
2840 "Minha pergunta é se isso substitui as procuras por *endowment* das unidades
2841 ou isto é uma regra para toda a USP? E como isso se articularia com eventuais
2842 programas semelhantes das unidades? **Cons. Adalberto Américo**
2843 **Fischmann:** "Penso que não substitui, mas complementa." **M. Reitor:**
2844 "Entendo que o Programa cria a fundamentação legal, ou seja, fica criado o
2845 Programa Parceiros da USP, ações de comunicação e divulgação sobre as
2846 formas de elaboração com que a Universidade, por parte da comunidade
2847 uspiana e da sociedade, especialmente por meio de doações de bens e
2848 imóveis. Quero dizer, a Universidade poderá receber isso - doações em
2849 espécie, doações de cessões artificiais, cessões de direito e assim por diante.
2850 Então, a USP poderá receber várias formas de contribuição, por se tratar de
2851 uma entidade pública, é preciso dizer que pode, é diferente das instituições
2852 privadas, em que é preciso ver o que não pode. A Lei diz 'não pode fazer isso',
2853 'não pode matar', aqui é preciso se dizer 'pode receber'. E fica prevista, desde
2854 já, a possibilidade de que a Universidade torne pública a parceria, poderá
2855 anunciar 'estamos recebendo recursos disso ou daquilo para esta finalidade'.
2856 **Secretário Geral:** "Na verdade, a COP, preocupada com o problema das

2857 finanças da Universidade, já em várias reuniões vinha debatendo e
2858 questionando o que seria possível fazer. Por conta disso, a COP pediu que a
2859 Procuradoria Geral da USP apresentasse um marco regulatório que facilitasse,
2860 tornasse acessível, inclusive para todos os dirigentes, os mecanismos para
2861 recebimento de recursos em ajuda à Universidade. Inclusive, a Procuradoria
2862 partiu de experiências pré-existentes de programas de parceiros, por exemplo,
2863 da EESC, Poli, entre outras. Então, nesta proposta está sendo regulamentado
2864 um programa de parceiros da Universidade como um todo, não exclui nenhuma
2865 unidade e, ao contrário, serve até como modelo para que as unidades façam
2866 também o seu programa parceiro, se assim o desejarem." **M. Reitor**: "Quero
2867 dizer, se vai se criar um fundo de doações para a Universidade de São Paulo
2868 ou para o IAG, alguém poderia dizer que a Universidade não pode receber,
2869 mas ela pode receber, ou seja, aqui não trata de nenhuma situação específica,
2870 simplesmente diz que estes processos que terão que ser trabalhados no
2871 próximo ano com a colaboração de todos, podem, sim, ocorrer. Penso que está
2872 claro." **Cons. Douglas Rogério Anfra**: " Gostaria de voltar a um debate de
2873 anos atrás que ainda se materializa. Sei que os conselheiros aqui veem com
2874 bons olhos as fundações de direito privado, mas venho trazer manifestação dos
2875 colegas que tradicionalmente se opõem ao cruzamento de interesses, no caso
2876 entre as fundações ditas de interesse privado aqui da Universidade. E
2877 justamente a forma como elas se tornam unidas e imiscuídas com a
2878 administração da Universidade, gestores que estão nas duas entidades, já tem
2879 casos históricos - lembro que isso acabou sendo saneado um pouco com o
2880 tempo - de cursos, por exemplo, que eram administrados por fundações
2881 específicas e os alunos que tinham um tipo de curso que necessitaria de uma
2882 complementação e eles eram obrigados a observar este curso dentro da
2883 instituição privada, caso tivessem dinheiro, ou mesmo observar esse processo
2884 contínuo de dependência a essa verba adicional, supostamente em ajuda,
2885 mera externalidade que aparece para a Universidade e se coloca como um
2886 aspecto que vai se tornando essencial dentro da sua organização. Ela parece
2887 tranquila e dentro desse modelo geral, que vejo sempre com imagens voltadas
2888 para as universidades norte americanas, mas cabe lembrar que nosso modelo
2889 de fundação aqui é um modelo europeu, inserido no continente latino
2890 americano dentro de um processo que insere uma universidade relativamente

2891 jovem e que necessita de outros tipos de aportes, de outro tipo de relação
2892 dentro de seu processo de organização, tal como funcional. O aporte específico
2893 dentro das universidades norte americanas geram seus problemas também
2894 específicos: as bolhas de dívidas, as relações como casos emblemáticos, como
2895 dois reitores - da Universidade Havard, e Lawrence Summers, que todos
2896 devem conhecer - que foi notório, da sua relação específica pela pregação em
2897 favor do livre mercado. Ele era ligado à crise da bolha financeira que explodiu
2898 no país, mas ao mesmo tempo era reitor da Universidade de Harvard. Era
2899 ligado, basicamente, também, às capitações das agências que financiavam a
2900 universidade e, também, em parte das agências que determinavam a qualidade
2901 de certos fundos - se o mercado deveria investir ali ou não, ou a qualidade de
2902 certos tipos de investimentos. Depois mostrou que isso era falho, que essas
2903 regras de determinações dos valores desses fundos não eram correspondentes
2904 à realidade, houve a última crise e mesmo assim, enfrentando este tipo de
2905 liberalidade, de recursos e a união desses dois aspectos levou à crise, além de
2906 outros problemas que não convém observar aqui. Além, é claro, dos problemas
2907 dos estudantes mais pobres, que se endividam crescentemente em dívidas
2908 gigantescas que não conseguem sanar naqueles países e que se tornam
2909 bolhas de investimento, no caso trabalhar e investir sobre essas dívidas e que
2910 não podem ser sanadas tão facilmente. No caso deste Projeto, vejo dois
2911 problemas específicos à forma da relação das cessões de, basicamente,
2912 propriedade intelectual, que não entendo ainda como se aplica certos casos
2913 específicos. Por exemplo, uma amiga desenvolveu um projeto ligado à algo
2914 específico de fisioterapia ligado à saúde da mulher e queria desenvolver um
2915 tipo de patente em *creative commons* - CC; uma licença CC era impossível,
2916 porque a Universidade só privilegia contratos que vão render dinheiro. Ela não
2917 pode fazer uma cessão que seja de utilidade pública e que só se tiver aplicação
2918 privada reverta recursos para a Universidade, ela não conseguia fazer isso, ela
2919 só tinha uma possibilidade de fazer recursos específicos e que isso fosse
2920 cedido como propriedade intelectual daquela descoberta. Há um outro
2921 problema, já trabalhei como captador de recursos e essa figura aparece um
2922 pouco aqui, alguém que vai estar procurando editais de financiamento para a
2923 Universidade cria um problema, que é justamente a figura do captador, que é o
2924 mediador desses processos, você busca o edital, mas o edital não se

2925 materializa, tem que buscar depois empresa parceira e essa figura de
2926 regulação pode criar certas vicissitudes comuns em algumas instituições
2927 culturais; além de enxergar em paralelo como interferem essas leis, tipo Lei
2928 Rouanet, tipo de incentivo indireto, nesses mercados culturais ou outros
2929 setores que utilizam essas regras. Penso que cabe mais análise para
2930 podermos aderir ou não a esse tipo de projeto, nesse formato." **Cons.**
2931 **Guilherme Zdonek Mongeló**: "Esta é minha primeira fala no Co e vou fazer
2932 coro à fala do Cons. Douglas. Acho que o primeiro elemento em relação a este
2933 projeto é que a administração da Universidade assume, de fato, nas palavras
2934 dos que falaram antes, que as atividades fins da Universidade não estão sendo
2935 feitas de forma adequada devido a problemas financeiros. Se houvesse um
2936 problema orçamentário profundo, não teríamos uma proposta tal qual a que foi
2937 apresentada. Vivemos um momento de profunda crise política e econômica no
2938 país, com cortes graves no Ministério da Educação, no Ministério da Ciência e
2939 Tecnologia, que afetam diretamente a vida dos estudantes em geral, mas
2940 principalmente dos pós-graduandos. E um ponto muito importante para colocar
2941 é que acho que esse programa - isso é muito claro e evidente - não significa
2942 outra coisa, a não ser a institucionalização da entrada do capital privado para
2943 dentro da Universidade, que deve ser uma universidade pública. Isso é um
2944 problema muito grave. Então, desde já, a representação dos pós-graduandos e
2945 a gestão da Chapa 'Pós ativa, Voz Ativa', querem deixar muito claro que é
2946 veementemente contra qualquer iniciativa da entrada de capital privado, porque
2947 isso, principalmente, desrespeita a liberdade científica. O Cons. Adalberto falou
2948 que é muito difícil que pressionemos o governo estadual para que aumente o
2949 repasse do ICMS, mas que esse é o caminho mais fácil, e tenho certeza de
2950 que os conselheiros vão prezar muito pela liberdade científica ao escolhe-la ao
2951 aprisionamento a essas medidas de doação. Penso que é muito ilusório
2952 acharmos que a contrapartida da doação de dinheiro ou uma sala de aula ou
2953 uma biblioteca seja unicamente uma plaquinha de meio metro em cada uma
2954 dessas doações. Sabemos que existe uma série de elementos escusos em
2955 relação a esses processos, muito difíceis de entendermos, mas que permeiam
2956 estas questões. Gostaria de lembrar que estas crises abrem espaço justamente
2957 para a entrada cada vez maior da iniciativa privada na Universidade. A última
2958 vez que tivemos uma discussão grande sobre o papel das Fundações na

2959 Universidade e sobre a entrada do capital privado e o fim da liberdade da
2960 pesquisa científica, foi em 2007, que causou um assenso muito grande do
2961 movimento dos estudantes, dos professores e dos funcionários. Não preciso
2962 lembrá-los da grande vitória que tivemos ao derrotar a então Reitoria,
2963 expulsando as fundações privadas de dentro da Universidade de São Paulo.
2964 Se este programa for em frente, penso que a Reitoria já sabe qual será a
2965 resposta do movimento organizado das três categorias. Lembrando ainda
2966 2007, depois de uma ocupação tão forte, que resultou nesta vitória, espero que
2967 o Reitor, ao invés de chamar a Polícia Militar pra conter o movimento, que ele
2968 aceite a realidade da vida, tal qual ele espera que as pessoas que estão lá fora
2969 protestando por mais creches o façam também." **Cons. Carlos Gilberto**
2970 **Carlotti Junior**: "Acho extremamente importante termos um arcabouço legal
2971 sobre esses assuntos. Quando um diretor recebe a informação de algum
2972 professor de que a escola vai receber uma doação ou alguém quer fazer algum
2973 convênio com a escola, hoje o professor fica receoso, porque os problemas
2974 que ele vai enfrentar são grandes. E esse material que foi preparado resolve o
2975 problema, diminui o tempo que esses processos são submetidos às nossas
2976 unidades, aos órgãos centrais da Reitoria, de forma que felicito a iniciativa da
2977 COP, por fornecer esse material para as unidades e para a Universidade. E,
2978 não necessariamente fundações, penso que existem diversas situações, o
2979 material não foi proposto para fundações, mas para contemplar diversas
2980 oportunidades. Gostaria de comentar uma delas, o *endowment*, que tem sido
2981 bastante comentado aqui. Acho que precisamos fazer a partir desse
2982 arcabouço, essas iniciativas, mas precisamos ter uma profissionalização do
2983 processo. Acho que, individualmente, somos muito amadores para fazermos
2984 um projeto com essa envergadura. A Universidade deveria procurar
2985 mecanismos profissionais para que possamos ter um *endowment*
2986 extremamente forte e garantir um financiamento para a Universidade, como
2987 tem a Poli - conforme comentado, R\$ 300 mil por mês -, isso resolveria muitos
2988 problemas da Universidade, sem nenhuma abertura de liberdade de ideia,
2989 liberdade à pesquisa, acho que esse problema já foi superado em vários locais
2990 no mundo e já temos formas de solucionar esses problemas. De forma que
2991 parabeno a COP e trago esse comentário de que devemos procurar uma
2992 profissionalização para fazermos essa parceria e, também buscar os órgãos

2993 públicos para nos facilitar, como uma Lei Rouanet para as universidades. Já
2994 existem algumas iniciativas no Legislativo e seria extremamente importante que
2995 possamos ter esse tipo de iniciativa para a USP." **Cons. Bruno Sperb Rocha:**
2996 "Serei breve, pois o Cons. Gabriel me economizou conteúdo. É uma premissa
2997 elementar, deveria ser indiscutível que, para garantir a liberdade de
2998 pensamento e pesquisa, a Universidade não pode estar atrelada a nenhum
2999 interesse privado. Deve ter financiamento público e garantida a sua autonomia
3000 em relação a esse ente que a financia. É evidente que financiamento privado
3001 não vem com essa garantia e, não à toa, está aí documentado por escrito a
3002 previsão de contrapartida por parte da Universidade em relação às mal
3003 chamadas doações. Se, de repente, alguém quiser financiar - como é uma das
3004 modalidades que está prevista - a doação de sala de aula - constrói e coloca
3005 seu nome na sala de aula - talvez a Cons.^a Julia passe a ter a sala de aula para
3006 fazer sua prova, será a sala de aula da Fundação FORD; se fosse na
3007 Faculdade de Direito, faria prova na sala da Família Pinheiro Neto, ou, talvez,
3008 se tivesse que arriscar um palpite, sejamos colocados, em um futuro próximo,
3009 para a reunião do Co, no auditório Santander. Agora, a garantia de liberdade
3010 de pensamento dentro da Universidade vai embora junto com as plaquinhas de
3011 metal que vêm para ficar nas portas das salas de aulas e nos carimbos das
3012 pesquisas, das patentes, do conhecimento produzido aqui. Acho que estou
3013 falando algo que todos dentro deste Conselho sabe e sabe bem, está mais do
3014 que consolidado, em termos de princípio, o que é a universidade pública,
3015 autonomia, enfim. E penso que é muito conscientemente que isto está sendo
3016 violado aqui no Co e, francamente, penso que ninguém acredite que, por
3017 liberalidade, as pessoas vão começar a financiar a Universidade sem nenhuma
3018 contrapartida, sem nenhum interesse naquilo que é produzido dentro dela e,
3019 portanto, sem nenhuma medida ou garantia de controle sobre o que é
3020 produzido dentro dela." **M. Reitor:** "Vou convidar o Cons. Guilherme a não vir
3021 no Conselho Universitário fazer ameaça a ele; isto é um comportamento
3022 inaceitável. É a sua estreia, portanto, aprenda que aqui as pessoas se
3023 respeitam, elas trazem ideias para discussão, por mais retrógradas que elas
3024 sejam, por mais que tratem de conceitos que já foram resolvidos no mundo
3025 todo há mais de século, mesmo assim, todos têm direito de vir aqui e defendê-
3026 los, porque isto é uma universidade livre para pensar, mas não para ameaçar

3027 este Conselho – 'se o Conselho decidir discutir isso ou aquilo ...'. Penso que
3028 meus colegas conselheiros estão indignados com esta audácia: 'se vocês
3029 fizerem nós iremos pra cima'. Será que entendi corretamente? Espero até que
3030 tenha entendido mal, e se entendi mal, me desculpo. Mas, como presidente
3031 deste Conselho, não posso aceitar que alguém venha aqui fazer ameaças a
3032 ele. Este Conselho discutirá tudo o que for trazido aqui por interesse da
3033 Universidade. Discutirá, sim, fundações, se achar que deve discutir e que é
3034 chegado o momento; discutirá, sim, a entrada de doações na Universidade,
3035 como está discutindo neste momento. Porque durante toda essa sessão ouvi
3036 que a Universidade tem que buscar fontes alternativas, e se estas fontes não
3037 estão nos recursos repassados pelo governo do Estado de São Paulo, se são
3038 outras fontes, obviamente que inclui fontes de natureza privada ou de natureza
3039 pública outras e, para isso, a Universidade tem que ter o arcabouço legal. Não
3040 estamos discutindo agora quais serão e em que formato, mas esta discussão
3041 será feita aqui, sim. E se o Conselheiro não concorda, o senhor pode preparar
3042 as suas tropas, porque este Conselho não se submete a este tipo de ameaça
3043 infantil." Palmas. A seguir, o **M. Reitor** coloca em votação a Minuta de
3044 Resolução que cria o Programa Parceiros da USP. **Votação.** Pelo painel
3045 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não =
3046 10 (dez) votos; Abstenções = 2 (dois); Total de votantes = 93 (noventa e três).
3047 É aprovado parecer da CLR, favorável à minuta de Resolução que cria o
3048 Programa Parceiros da USP e dá outras providências. A seguir, o M. Reitor
3049 passa ao **CADERNO VIII – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE INSTITUTO**
3050 **ESPECIALIZADO. 1. PROCESSO 79.1.9945.1.6 – CENTRO DE ENERGIA**
3051 **NUCLEAR NA AGRICULTURA.** Proposta de alteração do Regimento do
3052 CENA. Ofício do Diretor do CENA, Prof. Dr. Antonio Vargas de Oliveira
3053 Figueira, ao M. Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, submetendo aos órgãos
3054 competentes a proposta de alteração do Regimento do Centro de Energia
3055 Nuclear na Agricultura (21.10.2013). **Parecer da PG:** primeiramente, questiona
3056 se o CENA, embora não seja obrigatório, não pretende incluir o Presidente da
3057 Comissão de Pesquisa como um de seus membros. Sugere algumas
3058 alterações, a saber: nova redação ao inciso XII do artigo 5º; nova redação ao
3059 artigo 9º e parágrafos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º; consequente adequação ao inciso I do
3060 artigo 5º; dispor os artigos 18 e 19 em capítulo próprio, titulado "Da Comissão

3061 de Pós-Graduação do CENA”, constante do Título II (Dos Órgãos de Direção);
3062 nova redação ao inciso I do artigo 19; quanto às disposições relativas aos
3063 concursos para provimento de cargos de Professor Doutor (Capítulo I do Título
3064 IV), questiona se a Unidade não pretende inserir no seu Regimento a
3065 possibilidade de realização dos concursos em duas fases, conforme faculta o
3066 artigo 135 do Regimento Geral; supressão do inciso II do artigo 29; nova
3067 redação ao *caput* do artigo 29; nova redação ao *caput* do artigo 32;
3068 manutenção do artigo 34; e, com referência à criação da Comissão de
3069 Pesquisa (Título VI), sugere que esta disposição seja transferida para o Título
3070 II, criando-se um capítulo distinto para a sua inserção, devendo-se realizar as
3071 alterações nos artigos seguintes para que se adeque a nova redação do
3072 regimento da unidade; nova redação ao capítulo referente à Comissão de
3073 Pesquisa do CENA (21.01.2015). Informação da Diretora do CENA, Prof.^a Dr.^a
3074 Tsai Siu Mui, encaminhando o Regimento do Centro de Energia Nuclear na
3075 Agricultura com as alterações propostas pela Procuradoria Geral, acrescido ao
3076 artigo 26 os pesos para as diversas provas (11.02.2015). **Parecer da PG:**
3077 constata que as alterações e sugestões foram integralmente acolhidas,
3078 considerando apenas a necessidade de converter o inciso III do artigo 11 em
3079 artigo, visto que o artigo 11 dispõe sobre a composição da Comissão de
3080 Pesquisa, ao passo que o inciso III trata de sua competência para elaborar e
3081 promover modificações nas normas gerais que regerão suas atividades
3082 (25.06.15). Informação do Vice-Diretor do CENA, Prof. Dr. José Albertino
3083 Bendassolli, encaminhando o Regimento do Centro de Energia Nuclear na
3084 Agricultura com a última alteração proposta pela Procuradoria Geral
3085 (30.06.2015). Minuta de Resolução que baixa o novo Regimento do CENA,
3086 preparada pela Secretaria Geral. **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator,
3087 Prof. Dr. Victor Wünsch Filho, favorável ao novo Regimento do Centro de
3088 Energia Nuclear na Agricultura (12.08.15). Em Sessão do Conselho
3089 Universitário de 25.08.2015, o Magnífico Reitor retirou os autos de pauta
3090 (25.08.15). **M. Reitor:** "Trata-se de proposta de alteração do Regimento do
3091 Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA. É uma proposta antiga, que
3092 já passou por todas as Comissões, particularmente, a CLR. O Regimento terá
3093 que sofrer novamente algumas alterações, em virtude das modificações que
3094 foram aprovadas hoje pelo Conselho, mas isso não impede que, neste

3095 momento, a matéria de pauta seja tratada e depois eles resolverão as novas
3096 pendências que surgirem. Pergunto se alguém quer comentar este tópico."
3097 Nenhum Conselheiro querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** passa à
3098 votação. **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim =
3099 82 (oitenta e dois) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 4 (quatro); Total
3100 de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao
3101 novo Regimento do CENA. A seguir, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO IX –**
3102 **REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR - CRIAÇÃO DE CURSO / AUMENTO DE**
3103 **VAGAS / EXTINÇÃO DE CURSO. 1. PROCESSO 2013.1.1609.27.5 –**
3104 **ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES.** Proposta de reformulação nas
3105 estruturas curriculares dos cursos do Departamento de Música, as quais
3106 implicarão em alterações no Concurso Vestibular da FUVEST, do Básico de
3107 “Música” e Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em “Música”,
3108 para o ano de 2015. Aprovada pela Congregação em 28.08.13. Ofício da
3109 Diretora da Escola de Comunicações e Artes, Prof.^a Dr.^a Margarida Maria
3110 Krohling Kunsch, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Dr.^a Telma Maria Tenório
3111 Zorn, encaminhando a proposta de reformulação na estrutura curricular dos
3112 cursos do Departamento de Música, as quais implicarão em alterações no
3113 Concurso Vestibular da FUVEST, do Básico de “Música” e Licenciatura em
3114 Educação Artística com Habilitação em “Música”, para o ano de 2015,
3115 aprovado pela Congregação em 28.08.2013 (10.09.13). **Parecer da CIL:**
3116 aprova o parecer da relatora, Prof.^a Dr.^a Cristina Cinto Araujo Pedroso,
3117 referente às alterações propostas para o curso de Licenciatura em Educação
3118 Artística – Habilitação em Música (21.02.14). **Parecer da CCV:** aprova o
3119 parecer da relatora da CIL, favorável às alterações solicitadas (11.03.14).
3120 **Parecer do CoG:** aprova a manifestação da Câmara Curricular e do Vestibular,
3121 favorável, especificamente, à reformulação curricular do curso de Licenciatura
3122 em Educação Artística – Habilitação em Música. Aprova, ainda, a reformulação
3123 curricular do Curso de Música, com a criação, para o Bacharelado, das
3124 Habilitações abaixo citadas, ampliação das vagas oferecidas e a distribuição
3125 das mesmas pelos Cursos (de 35 para 50 vagas): 10 vagas para a Licenciatura
3126 em Música; 09 vagas para o Bacharelado em Música com Habilitação em
3127 Composição ou em Regência (opção no 2º semestre); 03 vagas para o
3128 Bacharelado em Música com Habilitação em Canto e Arte Lírica; 28 vagas para

3129 o Bacharelado em Música com Habilitação em Instrumento, sendo: 11 vagas
3130 para a Habilitação em Instrumento de Sopros; 07 vagas para a Habilitação em
3131 Instrumento de Cordas; 05 vagas para a Habilitação em Instrumento de
3132 Teclado; 03 vagas para a Habilitação em Instrumento de Cordas Dedilhadas;
3133 02 vagas para a Habilitação em Instrumento de Percussão (08.05.14). **Parecer**
3134 **da CAA:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Valdecir de Assis Janasi,
3135 favorável à proposta de reformulação nas estruturas curriculares dos cursos do
3136 Departamento de Música, as quais implicarão em alterações no Concurso
3137 Vestibular da FUVEST, do curso Básico de “Música” e Licenciatura em
3138 Educação Artística com Habilitação em “Música”, para o ano de 2015
3139 (15.09.14). **M. Reitor:** “Temos três tópicos que tratam de alterações
3140 curriculares na Escola de Comunicações e Artes - ECA. Tendo em vista que
3141 todos tiveram acesso ao material com antecedência, pergunto se há algo em
3142 particular que precisa ser tratado.” Nenhum Conselheiro querendo fazer uso da
3143 palavra, o **M. Reitor** solicita que os processos do Caderno IX sejam colocados
3144 em votação em bloco, sem prejuízo de destaques. Estando todos de acordo, o
3145 **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o
3146 seguinte resultado: Sim = 84 (oitenta e quatro) votos; Não = 0 (zero);
3147 Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 94 (noventa e quatro). São
3148 aprovados os pareceres da CAA, favoráveis: **1)** à proposta de reformulação nas
3149 estruturas curriculares dos cursos do Departamento de Música, as quais
3150 implicarão em alterações no Concurso Vestibular da FUVEST, do curso Básico
3151 de “Música” e Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em “Música”,
3152 para o ano de 2016; **2)** à proposta de reformulação nas estruturas curriculares
3153 dos cursos do Departamento de Música, do curso Básico de “Música”,
3154 Bacharelado em Música com Habilitações em “Canto e Arte Lírica”,
3155 “Composição”, “Instrumento” e “Regência”, para o ano de 2016; **3)** à proposta
3156 de reformulação curricular dos cursos do Departamento de Artes Cênicas, de
3157 Bacharelado e Licenciatura em Artes Cênicas, para o Vestibular de 2016, com
3158 a alteração do número de vagas (de 25 para 30), alteração do prazo máximo
3159 de duração (de 14 para 12 semestres), concessão de dupla titulação, ingresso
3160 único pelo Vestibular FUVEST e Extinção das seguintes habilitações:
3161 Cenografia; Direção Teatral; Interpretação Teatral e Teoria do Teatro. A seguir,
3162 o M. Reitor passa ao **CADERNO X – AUMENTO DE VAGAS. 1.**

3163 **PROTOCOLADO 2015.5.40.14.6 – INSTITUTO DE ASTRONOMIA,**
3164 **GEOFÍSICA E CIÊNCIAS ATMOSFÉRICAS.** Proposta de aumento de número
3165 de vagas do curso de Bacharelado em Astronomia, de 15 para 20 vagas. Ofício
3166 do Diretor do IAG, Prof. Dr. Laerte Sodré Júnior, ao Pró-Reitor de Graduação,
3167 Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez, encaminhando a solicitação de acréscimo
3168 no número de vagas do curso de Bacharelado em Astronomia, aprovada pela
3169 Congregação em 25.03.2015 (26.03.15). **Parecer da CCV:** aprova o parecer da
3170 relatora, Prof.^a Dr.^a Renata Pontin de Mattos Fortes, favorável à alteração
3171 solicitada (28.05.15). **Parecer do CoG:** aprova a manifestação da Câmara
3172 Curricular e do Vestibular, favorável à proposta de ampliação de vagas do
3173 curso de Bacharelado em Astronomia, de 15 para 20 (18.06.15). **Parecer da**
3174 **CAA:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Luiz Henrique Catalani, favorável à
3175 solicitação de acréscimo do número de vagas do curso de Bacharelado em
3176 Astronomia, de 15 para 20 vagas (14.09.15). **Parecer da COP:** aprova o
3177 parecer do relator, Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli, favorável à proposta de
3178 ampliação do número de vagas para ingresso no vestibular, de 15 para 20
3179 vagas, do curso de Bacharelado em Astronomia (03.11.15). **M. Reitor:** "Trata-
3180 se de uma proposta do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências
3181 Atmosféricas - IAG, de aumento de 5 vagas adicionais no curso de
3182 Bacharelado em Astronomia, de 15 para 20 vagas." Nenhum Conselheiro
3183 querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** passa à votação. **Votação.** Pelo
3184 painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 87 (oitenta e sete)
3185 votos; Não = 0 (zero); Abstenções = 4 (quatro); Total de votantes = 91 (noventa
3186 e um). É aprovado o parecer da CAA, favorável à ampliação do número de
3187 vagas do curso de Bacharelado em Astronomia, de 15 para 20 vagas. Ato
3188 seguinte, o M. Reitor passa ao **CADERNO XI – RECURSOS. 1. PROCESSO**
3189 **2015.1.673.25.7 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU.** Recurso
3190 interposto por Eliel Soares Orenha contra a decisão da Congregação da FOB,
3191 que indeferiu sua inscrição no concurso público de títulos e provas visando à
3192 obtenção do Título de Livre-Docência junto ao Departamento de
3193 Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva – Disciplina Orientação
3194 Profissional, da Unidade. Edital nº 001/2015/FOB ATac, de abertura de
3195 inscrições ao concurso público de títulos e provas visando à obtenção do título
3196 de Livre-Docência junto ao Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e

3197 Saúde Coletiva – Disciplina Orientação Profissional, da Faculdade de
3198 Odontologia de Bauru, publicado no Diário Oficial de 15.01.2015. Inscrição do
3199 candidato Eliel Soares Orenha ao referido concurso. **Trecho da Ata da**
3200 **reunião da Congregação da FOB, realizada em 16.04.2015**, em que indefere
3201 o pedido de inscrição do candidato Eliel Soares Orenha ao concurso de títulos
3202 e provas visando a obtenção do título de Livre-Docência, junto ao
3203 Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva – Disciplina de
3204 Orientação Profissional, da Faculdade de Odontologia de Bauru e parecer do
3205 relator (16.04.15). Recurso interposto por Eliel Soares Orenha contra a decisão
3206 da Congregação da FOB, que indeferiu sua inscrição no concurso público de
3207 títulos e provas visando à obtenção do Título de Livre-Docência junto ao
3208 Departamento de Odontopediatria, Ortodontia e Saúde Coletiva – Disciplina
3209 Orientação Profissional, requerendo que seja fielmente seguido o Edital de
3210 abertura do concurso; a concessão da inscrição ao referido concurso,
3211 permitindo ao recorrente regular exercício do seu direito de se submeter à
3212 banca examinadora para julgar seu mérito ao pleito; a não continuidade de
3213 quaisquer outros pleitos em que sejam orientados pelo Edital, sob pena de
3214 macular a justiça em detrimento do recorrente; a apresentação imediata à
3215 Congregação da FOB para rever seu posicionamento em relação aos itens
3216 anteriores; encaminhamento, ex officio, ao Conselho Universitário para tramitar
3217 (27.04.15). **Trecho da Ata da reunião da Congregação da FOB, realizada**
3218 **em 27.05.2015**, onde o recurso é analisado e indeferido pela Congregação
3219 (27.05.15). **Cota da PG:** solicita que seja anexada cópia de todos os
3220 documentos apresentados pelo candidato quando de sua inscrição no concurso
3221 e que seja esclarecido qual o motivo ensejador do indeferimento da inscrição
3222 do recorrente (11.08.15). Ofício da Diretora da FOB, Prof.^a Dr.^a Maria
3223 Aparecida de Andrade Moreira Machado, ao Procurador Dr. Maurício Montané
3224 Comin, informando a motivação do indeferimento da inscrição do candidato
3225 Eliel Soares Orenha (18.08.15). **Parecer da PG:** conclui que, ao indeferir o
3226 pedido de inscrição do candidato no concurso de provas e títulos para
3227 obtenção da Livre-Docência sob a alegação de que o recorrente “não atingiu a
3228 maturidade acadêmica” necessária, a E. Congregação da FOB extrapolou os
3229 limites da vinculação do ato praticado, já que agiu com discricionariedade onde
3230 não lhe era legalmente permitido, viciando o ato administrativo, ensejando a

3231 sua nulidade. Opina pelo conhecimento e provimento do recurso administrativo
3232 interposto, com a consequente anulação do ato de indeferimento de inscrição
3233 do candidato no concurso público (03.09.15). **Parecer da CLR:** aprova o
3234 parecer do relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, favorável ao recurso
3235 interposto por Eliel Soares Orenha e a consequente anulação do indeferimento
3236 de sua inscrição (07.10.15). **Cons. Umberto Celli Junior:** "Trata-se de
3237 recurso interposto por Eliel Soares Orenha contra a Congregação da FOB, que
3238 indeferiu sua inscrição ao concurso de Livre-Docência. Em sua análise, a
3239 Procuradoria Geral entendeu que os critérios utilizados para a não aceitação da
3240 inscrição haviam extrapolado aquilo que prevê o Regimento da USP e,
3241 portanto, votou pela anulação da decisão da Congregação, acatando, portanto,
3242 o pedido de inscrição do candidato à Livre-Docência, revertendo, portanto, a
3243 decisão anterior." **Cons. Antonio Marcos de Aquirra Massola:** "Na Escola de
3244 Engenharia de Lorena estamos fazendo uns procedimentos para aceitação de
3245 inscrição de candidatos à Livre-Docência. De forma que seria interessante
3246 saber por que o candidato não preencheu alguns requisitos, apenas para
3247 conhecimento prévio do diretor e do representante da Congregação." **Cons.^a**
3248 **Maria Aparecida Andrade Moreira Machado:** "Acho extremamente oportuna
3249 essa fala, eu não iria falar, porque o assunto foi muito discutido, gerando duas
3250 reuniões da Congregação. O indivíduo alvo desse recurso é oriundo de uma
3251 outra universidade estadual, ficou lá 14 anos e não galgou o título de Livre-
3252 Docente. Estava há 7 meses na nossa Instituição e, oportunamente, achou que
3253 poderia. Na FOB, ao longo dos seus 53 anos, os que galgam o estágio de livre-
3254 docente trabalham duro para isso, e não menos no interstício de 5 anos, para
3255 que possam se sentir entre o título de doutor e a livre-docência, para poder se
3256 sentir suficientemente amadurecido e integrado, uma vez que entendo que a
3257 livre-docência é um dos concursos mais difíceis da nossa Universidade. Mas o
3258 Estatuto está fragilizado, porque acho que oportunistas podem se valer dele, no
3259 mérito, como aconteceu na avaliação da CLR. Sabíamos disso, mas a
3260 Congregação denegou essa inscrição e essa é a posição que temos que
3261 respeitar, afinal não foram um ou dois que levaram a este resultado, foi a
3262 Congregação toda, porque isto não caracteriza o perfil da nossa Escola. Os
3263 nossos professores que galgam o título de livre-docente se preparam para isso
3264 e entendem que há necessidade de um período de amadurecimento, até

3265 porque o Professor não estava inserido na cultura da nossa Escola. Então, por
3266 isso a Congregação, na primeira oportunidade, por um e dois votos apenas, por
3267 abstenção, nas reuniões, respectivamente, tomou esta decisão. Penso que isto
3268 mostra quão respeito a FOB tem pela carreira docente dentro dessa
3269 Universidade." **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** "Como fui membro da
3270 CLR e esses casos continuam sendo recorrentes, acho que devemos deixar
3271 claro que são duas coisas diferentes. O que a Congregação verifica é se a
3272 pessoa tem os requisitos formais para a inscrição, ela não pode se atribuir a
3273 função de julgar o mérito do candidato, quem tem que fazer isto é a banca. Se
3274 ela achar que o candidato não preenche as condições intelectuais, o candidato
3275 é reprovado. Isso precisa ficar claro. É preciso separar o que é exame das
3276 exigências formais para a inscrição, da banca, que vai julgar o mérito da
3277 candidatura." **Cons. José Alfredo Gomes Arêas:** "Gostaria de ressaltar que o
3278 exame de livre-docência - a não ser que tenha entendido errado nos últimos 39
3279 anos em que estou nesta Universidade - é uma prova, também, de título, e é
3280 aberta a qualquer pessoa que queira se inscrever, desde que tenha o título de
3281 Doutor. Uma permanência em uma instituição por, no mínimo, cinco anos é
3282 absolutamente descabido, isto não faz parte do espírito do que é livre-
3283 docência. Livre-docência é uma prova de reconhecimento daquela
3284 competência no indivíduo, que pode vir de qualquer canto da sua cidade, pode
3285 vir da indústria, de outra universidade, de onde for, ele tem o direito de se
3286 inscrever e se submeter àquelas provas, e o departamento é obrigado a
3287 organizá-las. Já tivemos, em nossa Faculdade, vários títulos de livre-docente
3288 concedidos a pessoas que são de outras universidades; elas voltaram para
3289 suas universidades e o que fizeram com este título lá não é problema nosso,
3290 nós apenas conferimos aquela competência nessas pessoas. Então,
3291 realmente, essa Congregação, no zelo que tem pela carreira de seus próprios
3292 docentes, talvez tenha cometido um excesso. Essa regra não pode ser
3293 estabelecida, nem que seja uma regra não escrita. A seguir, o **M. Reitor** coloca
3294 em votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado:
3295 Sim = 81 (oitenta e um) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 5 (cinco);
3296 Total de votantes = 90 (noventa). É aprovado o parecer da CLR, favorável ao
3297 recurso interposto por Eliel Soares Orenha e a consequente anulação do
3298 indeferimento de sua inscrição. **M. Reitor:** "Acho que poderíamos ajuntar uma

3299 questão, porque com muita frequência vemos a Congregação, às vezes até
3300 indignada com as qualificações e os currículos daquele que se inscreve em um
3301 concurso. E, repetidamente, o Conselho Universitário tem dito que a
3302 Congregação não pode fazer isso. Mas um instrumento que a Congregação
3303 pode legitimamente utilizar é descrever um perfil desejável, não em um caso
3304 especial, particular, mas mais genérico. E, desta forma, focalizando muito mais
3305 naquela área do conhecimento no qual a unidade transita, escrever um ideal
3306 daquilo que é esperado. E este é um documento que pode ser entregue aos
3307 membros da banca como orientação do pensamento da unidade. Agora, o que
3308 não se pode tirar é o direito de cada membro da banca se manifestar de
3309 maneira absoluta, sem nenhum tipo de restrição. Antes de passar ao próximo
3310 processo, gostaria de lembrar que esta é a última reunião da qual participa o
3311 Prof. Valdemar Mallet da Rocha Barros, da FORP. Sua substituta já foi eleita e
3312 sei que ele está se preparando para se recuperar deste período com uma longa
3313 e merecida férias no exterior.” Palmas. “O mandato do Prof. Douglas Emygdio
3314 de Faria também vence e agradecemos pela participação do Professor no
3315 Conselho Universitário. Muito obrigado.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao
3316 item **2. PROTOCOLADO 2014.5.145.42.7 – JOÃO GUSTAVO PESSINI**
3317 **AMARANTE MENDES.** Recurso interposto pelo Departamento de Imunologia
3318 do ICB, contra a decisão da Congregação, que deferiu o recurso do Prof. João
3319 Gustavo Pessini Amarante Mendes, que solicita sua transferência, do Depto.
3320 de Parasitologia para o Depto. de Imunologia, apesar da manifestação
3321 contrária do Depto. de Imunologia. Ofício do Professor João Gustavo Pessini
3322 Amarante Mendes, ao Chefe do Departamento de Parasitologia, Prof. Dr.
3323 Marcelo Urbano Ferreira, solicitando sua transferência e reintegração junto ao
3324 Departamento de Imunologia do Instituto de Ciências Biomédicas. Esclarece
3325 que por ocasião do último concurso para indicação de cargo de Professor
3326 Titular, acabou sendo transferido para o Departamento de Parasitologia, apesar
3327 do referido concurso ter tido um caráter supradepartamental (07.08.13). Ofício
3328 do Chefe do Departamento de Parasitologia, ao Diretor do ICB, Prof. Dr.
3329 Jackson Cioni Bittencourt, informando que o Conselho do Departamento de
3330 Parasitologia, em 15.08.13, aprovou o pedido do Professor João Gustavo
3331 Pessini Amarante Mendes, de transferência e reintegração ao Departamento
3332 de Imunologia (16.08.13). Ofício do Chefe do Departamento de Imunologia, ao

3333 Diretor do ICB, Prof. Dr. Jackson Cioni Bittencourt, informando que o Conselho
3334 do Departamento de Imunologia, em 10.09.13, realizou votação nominal e
3335 secreta em atenção ao pedido de transferência e reintegração do Professor
3336 João Gustavo Pessini Amarante Mendes para este Departamento e
3337 manifestou-se contrário à transferência do referido docente (16.09.13). Ofício
3338 do Professor João Gustavo Pessini Amarante Mendes, ao Chefe do
3339 Departamento de Parasitologia, solicitando que encaminhe ao Conselho do
3340 Departamento de Imunologia sua solicitação de reconsideração sobre a
3341 posição do referido Conselho, contrária à sua solicitação de reintegração ao
3342 Departamento de Imunologia (22.09.13). Ofício do Chefe do Departamento de
3343 Parasitologia ao Diretor do ICB, manifestando-se sobre a decisão do Conselho
3344 do Departamento de Imunologia, referente à transferência do Professor João
3345 Gustavo Pessini Amarante Mendes (04.10.13). Ofício do Chefe do
3346 Departamento de Imunologia, Prof. Dr. Niels Olsen Saraiva Câmara, ao Diretor
3347 do ICB, encaminhando questões levantadas durante a reunião do Conselho do
3348 Departamento de Imunologia de 19.11.13, referente ao pedido de
3349 reconsideração de transferência do Prof. Dr. João Gustavo Pessini Amarante
3350 Mendes, do Depto. de Parasitologia para o Depto. de Imunologia. Solicita,
3351 ainda, que as questões sejam encaminhadas à Procuradoria Geral da USP,
3352 tendo em vista que o assunto foi retirado da pauta da reunião, por não haver
3353 condições de deliberar sem que fossem fornecidos os esclarecimentos
3354 levantados (28.11.13). Ofício do Diretor do ICB, ao Procurador Geral da USP,
3355 Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, solicitando esclarecimentos
3356 quanto à conduta a ser seguida pela Diretoria e Congregação para tramitação
3357 da matéria, consultando o seguinte: i) se cabe à Congregação deliberar sobre o
3358 assunto, tendo em vista que um dos Departamentos se manifestou de forma
3359 negativa à transferência; ii) o docente pode impetrar recurso sobre o
3360 indeferimento do pedido de sua transferência ao Depto. de Imunologia? e, iii)
3361 na hipótese de ter esse recurso negado, poderá recorrer em instância superior,
3362 no caso, à Congregação? (19.09.13). **Parecer da PG:** ressalta que acordo
3363 informal, como mencionado nos autos, não tem eficácia jurídica. Portanto, para
3364 que a Universidade não tenha eventuais prejuízos futuros, entende que,
3365 independente do requerimento do interessado, a questão deverá ser submetida
3366 à Congregação para apreciação, restando prejudicadas as questões

3367 formuladas, considerando que cabe à Administração rever seus próprios atos
3368 quando eivados de vícios que o maculem, adequando-os, se o caso, à
3369 legislação universitária. Lembra que, de qualquer modo, do ponto de vista
3370 jurídico, considerando a divisão departamental da Unidade, no caso dos autos,
3371 para lotação do docente no Departamento de Imunologia, o único procedimento
3372 viável, salvo melhor juízo, é o de transferência estabelecido no artigo 130 do
3373 Regimento Geral da USP, ou seja, a transferência será possível sempre que
3374 houver conveniência para o ensino e para pesquisa e desde que, além da
3375 anuência do docente, tenha pronunciamento favorável dos Conselhos de
3376 Departamento e da Congregação. Trata-se, portanto, de ato complexo o qual
3377 somente se aperfeiçoa com a conjugação de vontade dos órgãos envolvidos.
3378 Diante da inexistência do ato, em princípio, não caberia recurso, mas apenas o
3379 pedido de reconsideração do interessado ao órgão que se manifestou
3380 desfavoravelmente ao seu requerimento. Porém, na hipótese de haver
3381 irregularidades, estas sempre poderão ser analisadas pelo Colegiado Superior
3382 (30.01.14). Ofício do Chefe do Departamento de Imunologia ao Diretor do ICB,
3383 informando que tomou ciência do parecer da PG sobre a transferência de
3384 docentes entre departamentos e que o Departamento não submeteu o pedido
3385 de reconsideração do interessado à análise do Conselho porque o mesmo não
3386 estava de acordo com os trâmites que regulam a situação e não foi dirigido à
3387 instância que se manifestou desfavoravelmente ao pedido de transferência
3388 (18.03.14). Ofício do Prof. Dr. João Gustavo Pessini Amarante Mendes, ao
3389 Chefe do Departamento de Imunologia e aos Conselheiros do Departamento
3390 de Imunologia, solicitando que que analisem e deliberem sobre seu pedido de
3391 reconsideração da decisão negativa anterior do Conselho de Imunologia, em
3392 relação à aceitação de sua solicitação de reintegração e retorno àquele
3393 Departamento (30.05.14). **Parecer do Conselho do Departamento de**
3394 **Imunologia:** indefere o pedido de reconsideração encaminhado pelo Prof. Dr.
3395 João Gustavo Pessini Amarante Mendes (10.06.14). Recurso interposto pelo
3396 Prof. Dr. João Gustavo Pessini Amarante Mendes, encaminhado à
3397 Congregação do ICB, contra a decisão do Conselho do Departamento de
3398 Imunologia, que indeferiu seu pedido de reconsideração sobre sua solicitação
3399 de reintegração ao Departamento de Imunologia, solicitando: a) a nulidade da
3400 decisão do Conselho do Departamento de Imunologia, em não aceitar seu

3401 pedido de reintegração ao Departamento; b) a sua reintegração imediata ao
3402 Departamento de Imunologia. (30.06.14). Ofício do Diretor do ICB ao
3403 Procurador Geral da USP, solicitando os seguintes esclarecimentos: a) o
3404 pedido de reconsideração enviado pelo docente ao Conselho do Departamento
3405 pode ser caracterizado como um recurso juridicamente aceito e reconhecido?
3406 b) caso o pedido seja caracterizado como recurso e, tendo em vista o art. 254
3407 do RG, o julgamento do recurso deve inicialmente ser avaliado pelo órgão
3408 colegiado de cuja decisão se recorre, isto é, o Conselho do Depto. de
3409 Imunologia, ou a manifestação do Conselho do Depto. de Imunologia ao pedido
3410 de reconsideração poderá ser aceito como não acolhimento do recurso
3411 impetrado e, portanto, o novo recurso protocolado pelo interessado poderá ser
3412 apreciado pela Congregação? c) caso a reconsideração não seja reconhecida
3413 como recurso juridicamente perfeito e, a fim de manter instrução formal
3414 determinada pelo art. 254 do RG, o documento protocolado e endereçado à
3415 Congregação poderá ser enviado ao Conselho do Departamento de Imunologia
3416 ou o interessado deverá providenciar um novo documento mesmo que em
3417 caráter intempestivo? d) considerando os artigos do RG, e mantida a hierarquia
3418 citada no art. 254, e o artigo 39, o qual cita a competência da Congregação
3419 para deliberar em grau de recurso de decisão do Conselho do Departamento, e
3420 ainda o artigo 130, o qual fala claramente em manifestação favorável dos dois
3421 Departamentos e da Congregação nos pedidos de transferência, a
3422 Congregação tem poderes legais para deliberar o litígio, acolhendo ou não o
3423 pleito do docente? (15.07.14). **Parecer da PG:** esclarece que as manifestações
3424 dos departamentos, por si só, não possuem caráter decisório, mas podem ser
3425 impugnadas isoladamente no tocante a eventuais vícios de forma. Como
3426 apontou no parecer da PG já mencionado, 'na hipótese de haver
3427 irregularidades, estas sempre poderão ser analisadas pelo Colegiado Superior'.
3428 Desse modo, as petições apresentadas pelo interessado contendo as suas
3429 razões de inconformismo poderão ser conhecidas, como exercício do
3430 contraditório, em relação às manifestações dos Departamentos, submetendo-
3431 se os autos à Congregação para que, considerando todos os elementos do
3432 processo, delibere sobre eventuais irregularidades (12.08.14). **Parecer da**
3433 **Congregação:** defere o recurso do Prof. Dr. João Gustavo Pessini Amarante
3434 Mendes (24.09.14). Recurso interposto pelo Prof. Dr. Momtchilo Russo, decano

3435 no exercício da Chefia do Departamento de Imunologia, contra a Congregação
3436 do ICB, “de impor ao Departamento de Imunologia a transferência do Professor
3437 João Gustavo Pessini Amarante Mendes, do Depto. de Parasitologia ao Depto.
3438 de Imunologia” (03.10.14). **Parecer da Congregação:** indefere o recurso
3439 impetrado pelo Departamento de Imunologia (29.10.14). Ofício do Diretor do
3440 ICB ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago, encaminhando o
3441 recurso impetrado pelo Departamento de Imunologia, que foi indeferido pela
3442 Congregação do ICB (28.11.14). **Parecer da PG:** manifesta que a decisão da
3443 Congregação do ICB, em seu entender, é irregular, pois foi proferida em
3444 desconformidade com o entendimento jurídico manifestado anteriormente no
3445 Parecer PG.P. 2174/2014. Esclarece que o Departamento de Imunologia não
3446 aprovou a transferência do Professor. Não foi apontado vício qualquer nesta
3447 decisão do Conselho. Assim, a Congregação do ICB não decretou a nulidade
3448 da decisão do Conselho Departamental, mas simplesmente a reviu, impondo
3449 ao Departamento a transferência. Cita o art. 130 do Regimento Geral e
3450 manifesta que a norma é muito clara: para a transferência de docente, os dois
3451 Departamentos envolvidos tem que se manifestar favoravelmente, parecendo
3452 impossível vislumbrar outra interpretação para o dispositivo. Quisesse o
3453 legislador universitário possibilitar que a Congregação determinasse, por si só,
3454 a transferência, a norma teria sido redigida de outra forma, tal como
3455 “(...) dependerão da prévia anuência do docente e de manifestação favorável
3456 das Congregações, ouvidos os Conselhos dos Departamentos envolvidos.”
3457 Assim, a norma regimental, tudo indica, pretendeu mesmo vedar a imposição
3458 de uma transferência contra a vontade dos Departamentos interessados.
3459 Conclui que, independentemente da (in)admissibilidade do recurso, a notícia a
3460 respeito da ilegalidade da decisão deve ser analisada pela Administração; ao
3461 fazê-lo, dever-se-á decretar a nulidade da decisão tomada pela Congregação
3462 do ICB em 24.09.14, em razão da afronta ao quanto disposto no art. 130, § 1º
3463 do Regimento Geral. Destaca, ainda, que as notícias de possíveis
3464 malversações de recursos públicos, bem como de outras supostas infrações
3465 disciplinares, alegadamente cometidas pelo Prof. João Gustavo devem, se
3466 ainda não foram, ser objeto de apuração. E, evidentemente, caso confirmadas
3467 tais notícias, far-se-á necessária a responsabilização disciplinar do docente
3468 (28.05.15). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Umberto

3469 Celli Junior, pela nulidade da decisão da Congregação do Instituto de Ciências
3470 Biomédicas (07.10.15). **Cons. Umberto Celli Junior**: "Neste caso, o Professor
3471 João Gustavo Pessini Amarante Mendes pertencia ao Departamento de
3472 Imunologia do ICB. Foi aberto um concurso para o provimento de cargo de
3473 Professor Titular no Departamento de Parasitologia e esse Professor prestou
3474 concurso, foi aprovado para o Departamento de Parasitologia e solicitou,
3475 depois, a sua transferência para o seu Departamento de origem -
3476 Departamento de Imunologia. Pelo que se verificou nos autos, houve várias
3477 discussões e o Departamento de Imunologia não quis aceitar a transferência do
3478 Prof. João Gustavo Pessini. O que ocorreu depois de idas e vindas foi que a
3479 Congregação indeferiu o pedido do próprio Departamento de Imunologia, que
3480 era contrário ao retorno desse Professor, que havia prestado concurso em um
3481 outro Departamento. A PG analisou - e posso falar com mais propriedade,
3482 porque fui o relator pela CLR – e, com base no artigo 130 do Regimento Geral,
3483 que é muito claro e diz que só pode haver a transferência quando os dois
3484 departamentos estiverem de acordo. Nesse caso, o Departamento de
3485 Imunologia não estava de acordo, portanto não foram preenchidos os requisitos
3486 do artigo 130. Agregue-se a isso, também, o fato de que é preciso respeitar a
3487 vinculação do edital. De forma que se um concurso foi prestado para um
3488 departamento e isto estava previsto no edital, espera-se que seja respeitado o
3489 edital. Com base nisso, a PG sugeriu a anulação da decisão da Congregação,
3490 no que, foi acompanhada pela CLR. Portanto, a CLR, em seu relatório, propõe
3491 que seja anulada a decisão da Congregação, que concordou, a revelia do
3492 Departamento de Imunologia, com a transferência ou volta do Professor ao
3493 Departamento de origem." **Cons. Jackson Cioni Bittencourt**: "De forma
3494 nenhuma vou discutir o parecer da CLR, o mérito da Comissão está nos
3495 conformes do Regimento, vou fazer apenas algumas considerações. No
3496 parecer da CLR tem a desconformidade do nosso procedimento perante o
3497 Regimento. Esta desconformidade aconteceu por mais de 10 anos, mas foi
3498 uma grande oxigenação dentro do Instituto, porque teve uma mobilidade muito
3499 grande entre os Departamentos daqueles docentes que, eventualmente,
3500 quiseram ter o título de Professor Titular e poderiam contribuir com outros
3501 Departamentos. Então, esta mobilidade entre os sete Departamentos de
3502 Ciências Básicas do Instituto foi uma oxigenação que não víamos desde a

3503 criação da Universidade. Essa desconformidade é apenas um detalhe de
3504 Regimento que podemos considerar no próximo ano, pois se houver essa
3505 mudança, penso que toda Universidade sai ganhando. Dentro do parecer
3506 existem considerações a respeito da honestidade da pessoa do Professor João
3507 Gustavo - e aqui apelo para a testemunha do Prof. Vahan, que acompanhou o
3508 processo em vários episódios -, esse Professor já passou por auditoria, por
3509 duas comissões sindicantes e nada foi encontrado que o desabonasse. A
3510 última sindicância acabou exatamente ontem e li o resumo ontem na
3511 Congregação. O que, infelizmente, o Departamento está fazendo é tentar criar
3512 um obstáculo para a volta de um docente que era deles por mais de 15 anos,
3513 por motivos pessoais. E o artigo 130 do Regimento Geral diz respeito a aceitar
3514 a transferência com base naquilo que o docente contribui para o ensino e para
3515 a pesquisa, e isso o Prof. Gustavo contribui muito, em termos de graduação, de
3516 pós-graduação e de extensão; ele é um dos que mais traz dinheiro para o
3517 Departamento de Imunologia, é Presidente atual da Sociedade Brasileira de
3518 Imunologia, o Programa que ele ajudou a construir é nota 7 na CAPES, de
3519 forma que a contribuição dele em termos de qualidade e quantidade de
3520 produção científica é inegável. Infelizmente, nessa mobilidade, nesse acordo
3521 de cavalheiros – e o Prof. Celli está correto, esta desconformidade nossa -
3522 mesmo assim foi usado motivação pessoal para impedir o retorno. Não estou
3523 discordando do parecer da CLR, votarei favorável a esse parecer, mas queria
3524 deixar clara a situação que há por baixo desse parecer. Obrigado." **Cons. João**
3525 **Cyro André**: "A manifestação do Prof. Umberto Celli é absolutamente
3526 consistente, o parecer da CLR está muito bem estabelecido e tem um aspecto
3527 que é muito importante, que é valorizar o posicionamento dos departamentos.
3528 Acho que isso é muito importante para a preservação do mínimo setor, da
3529 mínima célula administrativa da Universidade. O Prof. Jackson levantou alguns
3530 pontos que mostram a situação meio que Kafiquiana desse caso: um professor
3531 de Imunologia de prestígio nacional e internacional sai para fazer um concurso
3532 em um Departamento de Parasitologia, e supostamente necessita desse
3533 recurso para melhorar o seu desenvolvimento, imediatamente após o recurso,
3534 aceita a transferência para o outro Departamento, o que é estranho por si, já
3535 que ele abriu vaga para aquela posição, mas é uma decisão da Escola fazer
3536 concursos supra departamentais e também é estranha a situação que, com a

3537 concordância do Departamento de Parasitologia, o Departamento de
3538 Imunologia não aceita o recebimento de um professor de excelente nível.
3539 Obviamente, o Prof. Jackson colocou de uma forma bastante clara, há um
3540 problema interno a ser resolvido, não é um problema que este Co possa tratar,
3541 mas pode haver um tratamento com as reparações nas Comissões de Ética e
3542 nos órgãos devidos, para tratar um caso que pode ser de retaliação pessoal. O
3543 que este Conselho Universitário não pode é driblar o artigo 130 do Regimento
3544 Geral, que valoriza o posicionamento dos Departamentos e devemos lutar por
3545 essa valorização de uma Unidade que tem sido extremamente debilitada no
3546 processo dentro da Universidade. Então, apoio o parecer da CLR e votaria a
3547 favor desse parecer. Conheço o Prof. João Gustavo Pessini e declaro que
3548 apesar de ser meu amigo pessoal, meu conhecido, a minha posição é contrária
3549 ao pleito dele em função dessa manifestação. Obrigado." **Cons. Carlos**
3550 **Gilberto Carlotti Júnior**: "Como pano de fundo desse problema estão os
3551 critérios de como as unidades fazem concurso de professor titular. A CAA está
3552 em um momento agora em que está discutindo com todas as unidades esses
3553 critérios, já que no começo do ano foi delegado às unidades que estabeleçam
3554 seus critérios de distribuição de cargos de professor titular em relação aos
3555 cargos vacantes. Só queria lembrar aos diretores que ainda não fizeram os
3556 seus critérios, que estão trabalhando nesses critérios, a importância de torná-
3557 los bastante claros e definidos, para que possamos evitar problemas como
3558 esse. Quero dizer, isso era um critério de distribuição, era um acordo dentro da
3559 unidade, um acordo não escrito, que quando dá algum problema, se transforma
3560 em uma situação até que chega no Conselho Universitário. Então, nos critérios,
3561 quanto mais claros e definidos formos, poderemos evitar que casos
3562 semelhantes aconteçam. Só queria estimular os diretores para que continuem
3563 trabalhando para que seus critérios fiquem bastante claros quando enviados
3564 para a CAA. Obrigado." A seguir, o **Vice-Reitor** passa à votação. **Votação. M.**
3565 **Reitor**: "Vou me abster porque tenho relações pessoais e científicas com este
3566 candidato." Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 72
3567 (setenta e dois) votos; Não = 1 (um) voto; Abstencões = 11 (onze); Total de
3568 votantes = 84(oitenta e quatro). É aprovado o parecer da CLR, pela nulidade da
3569 decisão da Congregação do ICB. A seguir, o **M. Reitor** passa ao item 3.
3570 **PROCESSO 2014.1.1148.58.9 – JANETE APARECIDA ANSELMO FRANCI.**

3571 Recurso interposto pela Prof.^a Janete Aparecida Anselmo Franci, contra a
3572 decisão da Congregação da FORP, que designou os membros da Comissão
3573 Julgadora do concurso para o provimento de um cargo de Professor Titular,
3574 junto ao Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica da
3575 Unidade. Edital ATAc/FORP 005/2014, de abertura do concurso de títulos e
3576 provas visando o provimento de um cargo de Professor Titular, junto ao
3577 Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica da Faculdade de
3578 Odontologia de Ribeirão Preto, publicado no Diário Oficial de 29.03.2014. Edital
3579 ATAc/FORP 015/2014, comunicando que a Congregação da FORP, em
3580 17.11.2014, aprovou as inscrições, bem como designou a Comissão Julgadora
3581 do concurso público de títulos e provas, visando o provimento de um cargo de
3582 Professor Titular junto ao Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia
3583 Básica da Unidade, publicado no Diário Oficial de 19.11.2014. Recurso
3584 interposto pela Prof.^a Janete Aparecida Anselmo Franci, contra a decisão da
3585 Congregação da FORP, que designou os membros da Comissão Julgadora do
3586 referido concurso. Assim sendo, alegando conflitos de interesse, requer a
3587 exclusão do Prof. Dr. Ricardo Gariba Silva da Comissão Avaliadora, sem deixar
3588 de considerar a possibilidade de tratamento imparcial para o Prof. Dr. Geraldo
3589 A. S. Passos (26.11.14). **Parecer da Congregação da FORP:** com base no
3590 parecer do Prof. Dr. Arthur Belém Novaes Junior, deliberou não dar provimento
3591 ao recurso interposto pela Prof.^a Dr.^a Janete Aparecida Anselmo Franci. Na
3592 mesma sessão, baseada no § 6º do artigo 254 do Regimento Geral da USP,
3593 deliberou pela suspensão do citado concurso público (15.12.14). **Parecer da**
3594 **PG:** manifesta que a Procuradoria Geral possui entendimento consolidado e
3595 manifestado em outros pareceres, no sentido de que os critérios para aferição
3596 do conflito de interesses dos membros das comissões julgadoras de concursos
3597 são os previstos nos artigos 134 e 135 do Código de Processo Civil, que
3598 estabelecem as situações em que os magistrados são considerados suspeitos
3599 ou impedidos de julgar determinada causa, observando que as hipóteses que
3600 podem ensejar o conflito de interesses são de natureza objetiva, sendo certo
3601 que as razões recursais apresentadas pela recorrente não se enquadra em
3602 nenhuma delas. Opina pelo conhecimento e desprovimento do recurso
3603 administrativo interposto, com a consequente manutenção da decisão proferida
3604 pela Congregação da FORP (10.09.15). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do

3605 relator, Prof. Dr. Oswaldo Baffa Filho, contrário ao recurso interposto pela
3606 interessada (04.11.15). **Cons. Umberto Celli Junior:** "Aproveitando que estou
3607 fazendo uso da palavra, gostaria de externar meus sentimentos ao querido
3608 Prof. Valdemar Mallet da Rocha Barros, uma das pessoas mais queridas que
3609 encontrei na magnífica Ribeirão Preto." Palmas. "Trata-se, portanto, de um
3610 recurso interposto pela Professora Janete Aparecida Anselmo Franci, contra a
3611 decisão da Congregação, que designou membros de Comissão Julgadora para
3612 concurso de provimento de um cargo para professor titular. Em síntese, houve
3613 alegação por parte da candidata, de suspensão ou conflito de interesses dos
3614 membros dessa comissão que foi aprovada pela Congregação. A Congregação
3615 não acatou o recurso, porque entendeu que havia constituído esta comissão
3616 julgadora obedecendo a critérios técnicos e objetivos. O assunto veio para a
3617 Procuradoria Geral, que muito bem se apoiou no que tange a critérios de
3618 conflitos de interesse ou de suspensão, nos artigos 134 e 135 do Código de
3619 Processo Civil, que realmente ali estabelece critérios, como por exemplo,
3620 natureza objetiva que tem que ser observada na composição de uma comissão
3621 e, portanto, a CLR acompanhou o parecer da Procuradoria Geral, já que bem
3622 embasado naquilo que deve ser os critérios que realmente devem pautar a
3623 constituição de uma comissão. Nesses dois artigos é que se pode entender o
3624 significado de conflito de interesses. E, nesse caso, a PG apoiou a decisão da
3625 Congregação, no que, foi acompanhada pela CLR. Portanto, não houve o
3626 acatamento do pedido de modificação dessa comissão julgadora, formulado
3627 pela Professora Janete Aparecida Anselmo Franci." A seguir, o **M. Reitor**
3628 passa à votação. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte
3629 resultado: Sim = 79 (setenta e nove) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 7
3630 (sete); Total de votantes = 87 (oitenta e sete). É aprovado o parecer da CLR,
3631 contrário ao recurso interposto pela interessada. **M. Reitor:** "Com isso,
3632 chegamos ao fim do ano de 2015 e quero agradecer a todos que contribuíram
3633 para o funcionamento do Conselho Universitário: Conselheiros, Conselheiras,
3634 Convidados, o pessoal técnico que nos apoia. Quero, também, lembrar que
3635 também é a última sessão do Professor Benedito Machado, representante da
3636 FMRP - representante da minha Congregação, portanto tenho muito prazer em
3637 homenageá-lo. E quero dizer a todos que desejamos um bom descanso de
3638 final de ano, boas festas com seus familiares e amigos, e dia primeiro de março

3639 estaremos de volta." Palmas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
3640 dá por encerrada a reunião, às 17h40. Do que, para constar,
3641 eu,  , Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
3642 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será
3643 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for
3644 discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 08 de dezembro de
3645 2015.

ANEXO I

Contribuições para o fortalecimento do Programa de Formação de Professores da Universidade de São Paulo

Documento Final do I Encontro de Educadores e Monitores Bolsistas do PFP-USP

INTRODUÇÃO

O I Encontro de Educadores e Monitores Bolsistas do PFP-USP foi realizado nos dias 14 e 15/09/2015, por iniciativa da equipe do PFP-FEUSP, com proposta discutida e acolhida pelas CoC-Pedagogia e CoC-Licenciaturas. Os objetivos eram constituir um panorama do trabalho realizado nas diferentes unidades da USP, compartilhar experiências e debater a relação do Programa com as escolas públicas, bem como refletir sobre as especificidades do trabalho de educador (funcionários e monitores bolsistas).

O evento reuniu 29 pessoas, sendo 11 educadores funcionários e 18 monitores bolsistas de 10 unidades: EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades); ECA (Escola de Comunicação e Artes); EEFE (Escola de Educação Física e Esportes); FEUSP (Faculdade de Educação); FFCLRP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto); FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas); IF (Instituto de Física); IGC (Instituto de Geociências); IME (Instituto de Matemática e Estatística); IQ (Instituto de Química), representando 39 cursos de Licenciatura.

Desde que o documento fundador do PFP foi divulgado, em 2004, houve dois encontros (2009 e 2010) entre monitores e educadores dos Institutos de Biociências, Física, Geociências, Matemática e Estatística e Química, para discutir o papel do educador e compartilhar informações, reflexões e experiências. Dando continuidade a esse movimento, mas com representação de um maior número de cursos de Licenciatura e unidades da USP, tanto da capital como do interior, o Encontro deste ano (2015) permitiu uma visão geral sobre como o PFP efetivamente se realiza no conjunto da Universidade. Nesse sentido, uma síntese de seus resultados pode contribuir para um processo de balanço do desenvolvimento do Programa, com vistas a sua ampliação e a seu fortalecimento na Universidade.

UMA VISÃO GERAL SOBRE O PFP

Os relatos e discussões durante o Encontro permitiram coletar um conjunto de dados sobre o papel do educador e sobre a relação com a escola pública como campo privilegiado para a realização do estágio supervisionado, além de verificar os principais avanços, a diversidade na implementação do PFP nas várias unidades, as similaridades e limitações.

A figura do Educador e a relação com a escola pública – A existência da função técnica de Educador no quadro funcional da USP permitiu a contratação de pessoal qualificado para o desempenho das tarefas relacionadas ao foco principal do PFP, explicitado no Documento Fundador como “valorização dos projetos de estágio supervisionado, com ênfase em formas de interação que sejam dinâmicas, contínuas e sistemáticas entre a universidade e as escolas.”¹ Os três docentes da FEUSP presentes à abertura do Encontro, Elizabeth dos Santos Braga, Marcos Neira e Sandra Maria Sawaya², reconheceram a importância fundamental desses profissionais para a mediação da relação da Universidade com a escola e para um melhor atendimento dos estagiários, como também apontaram a complexidade inerente a um cargo administrativo com funções pedagógicas. Nesse sentido, é preciso reconhecer o papel específico dos educadores, garantindo-lhes mais espaço e autonomia para a proposição de ações.

¹ Pró-Reitoria de Graduação / USP. Comissão Permanente de Licenciaturas. Programa de Formação de Professores. São Paulo, 2004. p. 31. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/programa-de-formacao-de-professores/programa-de-formacao-de-professores.pdf>. [acessado em 25 nov.2015]

²As professoras Elizabeth dos Santos Braga e Sandra Maria Sawaya são, respectivamente, as atuais coordenadora da CoC-Pedagogia e da CoC-Licenciaturas. O professor Marcos Neira foi coordenador da CoC-Pedagogia e é atualmente presidente da CG (Comissão de Graduação).

Diversidade nas ações, unidade no propósito – Em decorrência das diferentes matrizes curriculares das disciplinas e das especificidades dos cursos de Licenciatura e das unidades da USP, o PFP foi implementado com distintos formatos de organização e realização do trabalho. Na maioria delas, não existe a figura do educador, por exemplo, sendo o Programa desenvolvido sob coordenação de docentes que supervisionam o trabalho de monitores bolsistas (em alguns casos apenas um monitor bolsista), com apoio administrativo de secretarias de departamentos. Ao longo desses 11 anos de existência, a partir das condições materiais disponíveis e das especificidades da organização dos cursos nas unidades, diversas ações vêm sendo efetivadas pelos educadores e monitores bolsistas no cumprimento da missão do Programa:

- Estabelecimento de relação com escolas públicas de São Paulo, mediando a realização de estágios curriculares, envolvendo docentes, licenciandos e profissionais da educação básica.
- Assinatura de convênios e termos de parceria com escolas públicas, avançando na formalização e adequação à Lei de Estágio (Lei 11.788/2008).
- Atendimento aos licenciandos para esclarecimentos gerais sobre estágio – documentação, legislação, escolas campo, normas e procedimentos das unidades da USP.
- Acompanhamento das disciplinas com estágio para apoiar o trabalho do docente quanto à supervisão dos estágios na universidade e nas escolas, incluindo orientação de projetos e relatórios de estágio, organização de portfólios com a produção dos estagiários, etc.
- Atuação em laboratórios didáticos, com a confecção de materiais, sequências e projetos didáticos com a participação de licenciandos.
- Apoio a projetos especiais de estágios coordenados por docentes envolvendo parcerias específicas com escolas públicas.
- Participação nas ações de contrapartida oferecidas às escolas públicas co-formadoras dos licenciandos da USP, como projetos de extensão, oficinas pedagógicas, intervenções formativas nas escolas, etc.
- Criação e manutenção de ferramentas comunicativas (site, blog, publicações, murais, revistas eletrônicas) para divulgar informações sobre licenciaturas, estágios, escolas parceiras, eventos acadêmicos.
- Organização de eventos voltados para a discussão do estágio curricular e das licenciaturas: encontros, seminários, mostras de estágio, etc.
- Assessoramento técnico às Comissões Coordenadoras de Cursos de Licenciatura (CoCs) em questões relativas ao estágio curricular obrigatório e às escolas públicas.
- Levantamento e sistematização de informações e dados relativos aos estágios e às redes públicas pertinentes à consecução dos objetivos do PFP, como legislação e normativas de estágio, dados das escolas, pesquisas junto a docentes e estagiários e equipe escolar.
- Produção de documentos de orientação aos estagiários e às escolas sobre o funcionamento do estágio na universidade.

Em suma, com diferentes ações, a equipe do Programa busca manter a unidade de propósito do PFP, construindo diferentes pontes entre a Universidade e a escola pública, apoiando docentes, licenciandos e escolas no estabelecimento do estágio curricular supervisionado como “elemento integrador na formação do [futuro] professor”.³

Desafios para a consolidação do PFP– Após o debate sobre os itens acima destacados, os participantes do Encontro concluíram que o PFP vem se instituindo como uma forma efetiva de contribuição na formação de licenciandos na Universidade. No entanto, discutiu-se também a necessidade de que se ofereçam as condições para que o Programa seja consolidado conforme seu projeto inicial. Basicamente, tais desafios estão relacionados a

³ Pró-Reitoria de Graduação / USP. Comissão Permanente de Licenciaturas. Programa de Formação de Professores. São Paulo, 2004. p. 27. Disponível em: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/programa-de-formacao-de-professores/programa-de-formacao-de-professores.pdf>. [acessado em 25 nov.2015]

condições de implementação expressas no item IV do Documento Fundador do PFP⁴: “recursos humanos, materiais e de apoio institucional, além da instauração de mecanismos para um acompanhamento sistemático de sua evolução e contínua avaliação”.

As ações mencionadas poderiam ter abrangência muito maior, caso tivessem sido contratados, por meio de concurso público, os quarenta (40) educadores previstos no Documento Fundador. Em lugar dessa provisão, entretanto, foram selecionados monitores bolsistas, estudantes de vários programas de pós-graduação da USP. Figura não prevista no projeto inicial do PFP, os monitores bolsistas têm constituído meio fundamental para a realização do Programa e desenvolvem as mesmas tarefas que os funcionários. No entanto, o tipo de vínculo a que são submetidos causa rotatividade e instabilidade na execução das atividades do Programa. O Encontro proporcionou perceber que as unidades que possuem educadores são aquelas onde o PFP está mais consolidado, atendem de maneira mais adequada aos objetivos propostos pelo documento Fundador e conseguem estabelecer planejamento a longo prazo dando maior continuidade nas ações.

PROPOSTAS PARA O PFP USP

Os debates durante o Encontro levaram os participantes a formular um conjunto de propostas com o ensejo de contribuir para o fortalecimento do Programa de Formação de Professores da USP, o que requer o envolvimento de diversas instâncias da estrutura universitária, em especial a Pró-Reitoria de Graduação (PRG), a Comissão Interunidades das Licenciaturas (CIL) e as Comissões Coordenadoras de Cursos de Licenciatura (CoCs) nas Unidades.

Assim, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento do PFP, os educadores e monitores bolsistas reunidos no Encontro apresentam as seguintes propostas:

- **Formalização do diálogo e da parceria entre USP e redes de educação básica** para a promoção do estágio curricular obrigatório, com a adoção de instrumentos que regulamentem essa relação, conforme determina a Lei de Estágio, de modo a fortalecer a aproximação, definindo os papéis de cada parte envolvida.
- **Ampliação da contrapartida da Universidade às escolas** parceiras, avançando para um modelo de estágio que desencadeie ações de formação continuada para os profissionais da escola pública.
- **Contratação de mais educadores**, com valorização da carreira, política de incentivo à sua permanência, desenvolvimento profissional e à formação em serviço.
- **Rediscussão e revisão do papel, atuação, processo seletivo e contrato dos monitores bolsistas** da pós-graduação, com valorização de sua experiência profissional e enquadramento de incentivo à condição de pesquisadores, para um melhor aproveitamento de sua contribuição ao Programa. Faz-se necessário um processo seletivo mais transparente e eficaz, com envolvimento das CoCs na formulação do edital, maior tempo de inscrição, explicitação de critérios de seleção, divulgação da lista de aprovados e de espera e contratação dos selecionados antes do início do ano letivo.
- **Melhoria das condições materiais para atuação das equipes**, como salas de trabalho, equipamentos e recursos de transporte para visitas às escolas e às outras unidades.
- **Representação dos educadores nas CoCs e na CIL**, respeitando o princípio, já praticado na USP, de representação de todos os segmentos nas instâncias de decisão.
- **Apoio institucional da USP ao Encontro de Educadores, Bolsistas e Docentes do PFP** com sua inclusão no calendário da Universidade e recursos para sua realização.

Com este documento e, principalmente, com as propostas acima, os participantes do I Encontro de Educadores e Monitores Bolsistas do PFP-USP esperam a abertura de diálogo nas várias instâncias, de modo a contribuir para que o Programa se aperfeiçoe no cumprimento do seu projeto original de proporcionar a integração de saberes e práticas na formação inicial de professores para a educação básica pública.

⁴ IV. Condições de implementação do Projeto, p. 30. Ver: <http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/programa-de-formacao-de-professores/programa-de-formacao-de-professores.pdf> [acesso em 24 nov. 2015].